



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS –  
UFAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA**

## ***Reconstruindo a Belle Époque Manauara:***

**Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro  
Amazonas e da Praça de São Sebastião**

**MÁRCIA HONDA NASCIMENTO CASTRO**

**Manaus, 2006/2**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS –UFAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

MÁRCIA HONDA NASCIMENTO CASTRO

***Reconstruindo  
a Belle Époque Manauara:***

Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas  
e da Praça de São Sebastião

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Sociedade e Cultura na Amazônia, do  
Instituto de Ciências Humanas e  
Letras/ UFAM, para obtenção do título  
de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa,

**Manaus, 2006/2**

CASTRO, Márcia Honda Nascimento .

Reconstruindo a Belle Époque Manauara: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião

Márcia Honda Nascimento Castro. – Manaus: UFAM, 2008

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas.

120 p. ilustr.

1.

I. Título

CDU

**MÁRCIA HONDA NASCIMENTO CASTRO**

**RECONSTRUINDO A BELLE ÉPOQUE MANAUARA: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça São Sebastião**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, do Instituto de Ciências Humanas e Letras/ UFAM, para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em

**Banca Examinadora**

---

**Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa**  
**Orientador**

---

**Prof. Dr. Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto**  
**Membro**

---

**Prof. Dr. Otoni Moreira de Mesquita**  
**Membro**



À minha família: esposo e filhos, de cuja presença necessitei subtrair-me, por vezes, para dedicar-me a esta etapa de minha formação.

**DEDICO**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, inicialmente, a Deus, pela dádiva da existência.

A meus pais, Antônio Carlos e Magali, pelos anos de dedicação e pelo referencial de vida.

A meus filhos, Fabrizio, Ludmila e Paola, pelos momentos em que deixei de acalotá-los, para dedicar-me a este trabalho.

A meu esposo, Lincoln, pelo companheirismo e incentivo, durante todo o nosso convívio.

Ao meu orientador, Prof. Hideraldo, pelas sábias contribuições de historiador.

**Orgulhem-se! Esta conquista é de todos nós!**

## RESUMO

Este trabalho propõe-se a analisar o Projeto Manaus Belle Époque, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas, em sua etapa Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião, um de seus principais cartões postais. Inicialmente o leitor será apresentado ao repertório de bens tombados da cidade, em suas três instâncias de poder, analisando-lhes a legislação referente e os diversos posicionamentos, assumidos pela sociedade, no tocante à sua preservação. Em seguida, traça-se uma retrospectiva da evolução histórica processada, a partir de um recorte temporal – da gênese, a partir da fundação do forte de São José da Barra do Rio Negro, até o considerado período em crise, quando do declínio da comercialização da borracha amazônica -, para ser observado como se deu a conformação do patrimônio edificado local. Por fim, após ter-se contextualizado o panorama do patrimônio histórico de Manaus, vai-se tratar do projeto supracitado, atribuindo-lhe o grande mérito de restituir o direito à cidade, fazendo com que a população retornasse ao centro antigo, podendo usufruir de um logradouro público com segurança e qualidade de infra-estrutura e de serviços. Contudo a dualidade antigo *versus* novo, inerente às questões de requalificação urbana, manifestam-se neste exemplo, despertando atitudes reflexivas quanto às metodologias adotadas, posto que o valor histórico e a originalidade das construções, tão primados nesta experiência, tornam-se, por vezes discutíveis, comprometendo a identidade da memória coletiva.

**Palavras-chave:** patrimônio histórico; revitalização; restauração; memória.

## ABSTRACT

This work proposes to analyze the Manaus Belle Époque, Project created by Secretary of Culture of the State of Amazonas in your phase of restoration of the Amazon Theatre and São Sebastião's bordes, one of the principal's post cards. Initially the reader will be showed to quantity of the properties tumbled of the city, in yours three instances of power, analyzing them the referring legislation and their several positions, assumed by the society, in the respect to your preservation. Up next, treats of a retrospective of the history evolution processed, from a cutting storm – of the genesis, from the foundation of the São José da Barra do Rio Negro's fort, until the considered period in crisis, when the decline of the commercialization of the Amazonian rubber, to be observed as gave the resignation of the patrimony built localities. In the end, after it have put into context the panorama of the historical patrimony of Manaus, will threat of the describe project, attributing him the big merit of return the right to the city, doing with that the population returned to the old center, being able to make use of a public place with security and quality of infrastructure and of service. However the old duality versus new, inherent to the questions of urban qualification, manifest itself in this example, awaking reflexive attitudes as regards the methodologies adopted, since the historical value and the originality of the constructions, they are so much exceled in this experience, become, for times debatable, compromising the identity of the collective memory.

**Keys-word:** historical patrimony; restoration; memory.

# Sumário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM .....	1
Manaus, 2006/2 .....	1
Manaus, 2006/2 .....	2
Introdução .....	10
Capítulo 01 - Evolução Urbana de Manaus.....	20
1.1 A GÊNESE DA OCUPAÇÃO .....	22
1.2. A BELLE ÉPOQUE EM MANAUS .....	39
1.3. O Período em Crise.....	58
Capítulo 02 - A Situação do Patrimônio Histórico em Manaus .....	76
2.1.Patrimônio Cultural e suas Subdivisões .....	77
<i>V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico. ....</i>	<i>80</i>
2.2.Bens Tombados e Legislação Patrimonial de Manaus .....	82
2.3.Posturas sobre a Preservação.....	97
Capítulo 03 - Pensando o Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião .....	115
3.1. O Programa Manaus Belle Époque .....	116
3.2.Histórico e legislação da área de abrangência .....	119
3.3. Metodologias.....	121
3.4. City Marketing .....	153
Considerações Finais.....	156
Referências Bibliográficas .....	159
Documentos e Legislações .....	162
Anexos .....	164

# Introdução

Solicito, inicialmente, permissão ao leitor para apresentar-me e assinalar os caminhos que me conduziram a lutar pela preservação do patrimônio histórico da nossa querida Manaus, perpassando questões de cunho pessoal e profissional, para, posteriormente compreendermos a justificativa da escolha do objeto de estudo do presente trabalho.

Promovendo uma retrospectiva, inicio declarando um amor incondicional por esta cidade, onde nasci e me criei. Ela contém todo o meu referencial de vida, minhas raízes, e esta experiência, certamente, influenciou-me a valorizar-lhe seus monumentos, seus espaços, alguns deles, hoje, inexistentes, mas que constituem “lugares, receptáculos de memórias”, parafraseando Freire (1997), repletos de significados, inicialmente identificados como de âmbito particular, pois remetem ou evocam recordações de tempos pretéritos, por mim vivenciados, aos quais estes referenciais estão interligados.

A primeira relação que estabeleço, portanto, com a cidade, é tomada por uma nostalgia, reportando-me aos momentos, principalmente da infância à adolescência, isso nas décadas de 1980 e 1990. Mesmo residindo distante do Centro, era para lá que nos dirigíamos, eu e minha família, nos fins de semana – àquela época, as possibilidades de lazer aconteciam neste local ou nos distantes balneários (não havia as atuais comodidades dos *shopping centers*). Minhas lembranças mais marcantes, desse período, são o comércio, as praças e os cinemas. As lojas de importados (vivia-se, ainda, o auge da Zona Franca de Manaus), traziam seus mostruários e vitrines repletos de produtos de todos os gêneros, vindos de toda a parte do mundo, atijando nosso consumismo típico de uma sociedade capitalista. Os estabelecimentos fervilhavam de compradores, não apenas locais, mas, sobretudo, de turistas, procedentes de várias regiões do país, atraídos pelas vantagens no preço mais reduzido das mercadorias. As praças, por sua vez, eram a possibilidade de lazer passivo,

contemplativo, e, assinale-se, com segurança. Três delas, para mim, foram marcantes: na infância, a Praça da Matriz, mais precisamente com seu Aviaquário, permitindo, em plena área urbana, o contato com vários tipos de animais, e a Praça da Saudade, ou “Praça do Avião”, como carinhosamente era conhecida, por abrigar, até certo tempo, uma aeronave, consistindo em grande atrativo, além de um playground; na adolescência, a Praça da Polícia, para onde os jovens dirigiam-se na saída das sessões de cinemas, para cortejar, ou para freqüentar as lanchonetes do entorno. Por fim, os cinemas, com suas filas compridas, que se estendiam pelos quarteirões, a cada estréia.

Este cenário modifica-se com o advento do *shopping center* e com as limitações de incentivos à Zona Franca - o Centro foi decaindo a olhos vistos: as importadoras fecharam e foram substituídas por lojas de produtos de qualidade duvidosa. Ao transitar, atualmente, por ruas como Marcílio Dias, Doutor Moreira e Guilherme Moreira, por exemplo, e deparar-se com tantos estabelecimentos fechados, alguns ainda mantendo suas placas publicitárias originais, tem-se a impressão de estar em uma cidade abandonada. Dos cinemas, nenhum restou – substituídos por salas de projeções nos centros comerciais. O Aviaquário foi desativado, o avião foi removido, e a Praça da Polícia, a exemplo de tantas outras, tem seus espelhos d’água e jardins cercados de grades e se torna infreqüentável pelos marginais que por lá se instalaram. Ainda assim, com tantas mudanças, retorno ao Centro, buscando resgatar elos com um passado que não retornará jamais, permanecendo vivo, apenas, em minha memória.

Na faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Luterano de Ensino Superior de Manaus (ILES-MAO), à época, atual Centro Universitário Luterano do Brasil (CEULM-ULBRA), na qual ingressei em 1993, conscientizei-me de que poderia tornar-me um sujeito ativo em defesa do patrimônio histórico, enquanto profissional qualificado. Disciplinas teóricas, como Estética e História da Arte, História da Arquitetura, Arquitetura Brasileira e Patrimônio Cultural, e Evolução Urbana, concederam-me todo o embasamento informacional, principalmente em relação às tipologias arquitetônicas, aos sistemas e materiais construtivos, esclarecendo sobre os hábitos, costumes e

conhecimentos daquelas sociedades antigas, configurados em suas construções. Percebi, através destas disciplinas, que a cidade traz significados muito além de minhas impressões pessoais – ela interessa a todos, porque é patrimônio da coletividade. As disciplinas de Planejamento Arquitetônico, Planejamento Urbano e, principalmente, Plástica 04 (primeira disciplina que possibilitou a experiência acadêmica de intervenção em área histórica da cidade), permitiram-me a aplicação destes conteúdos na elaboração de projetos, para tentar solucionar o desafio de zelar pela originalidade das construções, ao mesmo tempo destinando-as a uma função útil aos seus usuários.

Ainda como acadêmica, em 1997, no I Salão de Iniciação Científica da ULBRA, iniciei minha produção científica com apresentação da pesquisa “A Viabilidade de Convivência entre o Novo e o Velho nas Fachadas de um Quarteirão no Centro de Manaus”, sugerindo estratégias de utilização prática dos imóveis antigos, concomitantes à sua preservação, elegendo-se, como objeto de estudo, a quadra formada pelas Ruas Epaminondas, Dez de Julho, Ferreira Pena e Monsenhor Coutinho.

No mesmo ano, surgiu minha primeira oportunidade de experiência profissional, contribuindo, de forma decisiva para a escolha de minha área de atuação em Arquitetura e Urbanismo, a partir de então: fui convidada a participar da equipe da recém-formada Coordenadoria do Patrimônio Histórico, da Secretaria de Estado da Cultura, onde permaneci como Inspetora de Patrimônio Histórico até 2003. O maior legado deste período foi a prática – vivenciar a realidade dos imóveis históricos de Manaus. A missão da Inspetoria era de vigilância: inicialmente foram cadastradas todas as unidades de interesse de preservação, divididas em setores que passaram a ser periodicamente fiscalizados. Posso informar que, percorrendo a pé todo este espaço compreendido entre a Rua



Leonardo Malcher até a orla do Rio Negro (delimitação oficial do Centro Antigo da cidade), conheci e identifiquei estas construções, algumas delas não tão evidentes ou acessíveis, como no caso de imóveis localizados no interior de vilas, ou ainda em se tratando de fachadas, ainda mantendo características originais, mas totalmente escamoteadas por placas, letreiros e outras parafernálias visuais. Quando identificada alguma irregularidade, fazia-se a denúncia formal aos órgãos competentes, uma vez que este departamento, ao qual pertenci, não tinha poder de embargo às obras, e orientava-se o proprietário ou inquilino sobre a legislação vigente, apresentando-lhes as vantagens e as penalidades ali contidas, e sobre a importância da preservação. Outra responsabilidade consistia em prestar, gratuitamente, orientações técnicas aos projetos de intervenção de imóveis de particulares e públicos, buscando um equilíbrio entre as adequações demandadas pela necessidade de novos usos e a mínima interferência às informações originais remanescentes.

Esta experiência possibilitou concluir, também, quão a sociedade não é esclarecida sobre a importância de preservação destes imóveis, sobre as possibilidades de intervenções, capazes de adequá-los a novas necessidades de uso, e muito menos sobre a legislação patrimonial. Um dos equívocos mais recorrentes envolvia o direito de propriedade: ao ser anunciada a equipe de fiscalização, os proprietários ou inquilinos manifestavam temer a perda do imóvel, por acreditarem que o tombamento ou o fato de a unidade ser de interesse de preservação, implicaria nesta circunstância.

A Secretaria de Estado da Cultura, preocupada com o aprimoramento técnico de seus funcionários, investiu na sua capacitação, a partir de várias programações, das quais pudemos

participar, dentre eventos, cursos e consultorias, ministrados por profissionais advindos de vários estados brasileiros e também estrangeiros, e desenvolveu vários projetos de revitalização de áreas históricas, dentre eles o pioneiro – Projeto Casas da Sete (entorno do Palácio Rio Negro) -, e o Projeto Manaus Belle Époque (entorno da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, entorno do Teatro Amazonas, e outros monumentos isolados). Estas oportunidades foram valiosas por permitirem compartilhar experiências desenvolvidas em outras cidades que também se defrontaram com as dificuldades de preservação de seus patrimônios edificados, pois estas eram tomadas como referência, sobretudo a experiência do Rio de Janeiro com seu Corredor Cultural. Destaca-se, também, deste momento, o contato com o Professor Otoni Moreira de Mesquita, primeiro coordenador desta equipe, um artista que conseguiu mobilizar seus colegas de trabalho para serem incansáveis nesta luta árdua de sensibilização da sociedade, em prol da memória coletiva. Sucedendo-lhe, tive oportunidade de trabalhar com os arquitetos Alfredo Marques Junior (foi meu professor na ULBRA, atualmente meu colega de trabalho, compondo o corpo docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Uninorte) e Regina Lobato (permanece no cargo até a atualidade), permitindo-me o exercício de buscar solucionar a adequação do novo ao antigo.

Em 1999, concluí o curso de Arquitetura e Urbanismo, tendo, como Trabalho Final de Graduação, a proposta de um manual de intervenções a imóveis de interesse de preservação, tendo, como objeto de estudo um segmento da Rua Luiz Antony, dando continuidade à nossa preocupação com os imóveis antigos da cidade.

Prevalendo na equipe da Secretaria de Estado da Cultura, ingressei, em 2000, no corpo docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do antigo Instituto

Cultural de Ensino Superior do Amazonas (ICESAM/ Faculdades Objetivo), atual Centro Universitário do Norte (Uninorte), onde até hoje permaneço, como coordenadora e professora do mesmo curso. Nesta oportunidade, busco transmitir a meus alunos minha experiência na área do patrimônio histórico, possibilitando-lhes atividades práticas, como elaboração de projetos, mapeamento de danos, diagnósticos de estado de conservação, prospecções cromáticas, visitas técnicas a obras fundamentais, organizando-lhes palestras com profissionais de renome, e participação aos eventos oferecidos na cidade, sensibilizando-os e auxiliando-os para a formação de senso crítico e de atitudes práticas, afetos a essas questões da memória coletiva. A maior parte destas atividades é articulada em conjunto com a própria Secretaria de Estado da Cultura, tomando partido dos contatos firmados à época em que lhe fui funcionária, e com os demais órgãos competentes, como a IMPLURB (Instituto Municipal de Planejamento Urbano), Manaustur (Fundação Municipal de Turismo) e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com os quais também pude contatar, por intermédio da mesma situação.

Interessante observar que a mesma reação vivenciada por mim é sentida pelos meus alunos: de deslumbre frente à descoberta da própria cidade, possibilitada pela graduação em Arquitetura e Urbanismo, reforçando a carência dos ensinamentos fundamental e médio sobre educação patrimonial. Sinto-me realizada quando consigo conquistá-los e percebo estar ganhando cada vez mais adeptos, ao observar a frequência do tema nos seus Trabalhos Finais de Graduação<sup>61</sup>, e ao verificar os estágios firmados com os órgãos e instituições envolvidos com a defesa do patrimônio.

Minha produção intelectual teve novo impulso em 2001, quando publiquei sete ensaios para a Série Memória, sob iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura, que descreviam parte do repertório antigo de Manaus: Represa e Estação de Bombeamento de Águas, Igreja dos Remédios, Ecletismo em Manaus: Conforto Térmico, Ecletismo em Manaus: Tipologias das Edificações, Ecletismo em

---

<sup>61</sup> Destaque para o Trabalho Final de Graduação da acadêmica Maria do Socorro Gouvêa, propondo revitalização para o antigo Palacete Provincial, na Praça Heliodoro Balbi, que, com algumas adaptações, atualmente está sendo executado pela Secretaria de Estado da Cultura, na qual a mesma atua como arquiteta.

Manaus: Códigos de Posturas, Ecletismo em Manaus: Materiais Construtivos e de Revestimento, Ecletismo em Manaus: Placas e Letreiros. Essa produção destinou-se a socializar as informações adquiridas através de minha experiência enquanto inspetora de patrimônio histórico, descrevendo as principais características da arquitetura eclética da cidade, e tomam, por base, o já mencionado tema que escolhi para meu Trabalho Final de Graduação. Atualmente estes textos encontram-se disponíveis em meio eletrônico, no site da Secretaria de Estado da Cultura.

Em 2002, concluí especialização em Metodologia do Ensino Superior, pelo ICESAM, para subsidiar-me enquanto docente, desenvolvendo a monografia "A Percepção Visual como Habilidade Operatória para o Curso de Arquitetura e Urbanismo", que, apesar de não se reportar, diretamente, ao tema do patrimônio histórico (como o próprio título anuncia), traz sua contribuição ao estudo da semiótica, importante aspecto a ser considerado para a imagem, para a legibilidade da cidade.

Em 2004, instigada por novos desafios e buscando aprimorar minha formação profissional, ingressei no Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, para o qual desenvolvi o presente trabalho. O caráter multidisciplinar do programa atraiu-me pela possibilidade de pensar o patrimônio histórico, agora congregando outros saberes, advindos de mestres, de diversas formações - engenheiros, geógrafos, sociólogos, historiadores, por exemplo, - que contribuíram, sobremaneira, para as reflexões sobre o tratamento da cidade e de seus monumentos.

A escolha do objeto de estudo - o Projeto Manaus Belle Époque de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião - , portanto, decorreu de tais antecedentes, principalmente pela oportunidade de participação ao mesmo, enquanto funcionária

da Secretaria de Estado da Cultura, como já exposto, permitindo-me o depoimento e a crítica a partir do testemunho, da experiência de quem vivenciou o processo, mas também pela peculiaridade do exemplo, resultante de processo de intervenção pública em área tombada, conciliando as três instâncias de poder (municipal, estadual e federal), demonstrando que, com boa vontade política, participação popular e intervenções adequadas, o patrimônio possa ser mantido, como neste caso, revitalizando-se um dos principais cartões postais da cidade – teatro, igreja e praça – três monumentos, ícones de relevância para a memória local.

Graças à recuperação dos imóveis ecléticos datados da transição do século XIX para o XX e dos de tipologia mais recente, somados aos equipamentos e mobiliários urbanos inspirados nos estilos de época, e à programação ali implantada, a sociedade vislumbra a restituição de seu direito à cidade, podendo reapropriar-se deste espaço pertencente ao Centro Antigo, com segurança e com opções culturais e de serviços.

O Projeto também procura desmistificar o conceito de que a preservação associa-se a uma idéia de congelamento da cidade, pois, apesar da ambientação da Belle Époque recriada, uma legítima estratégia política de *city marketing*, como será abordado posteriormente, tem-se uma destinação útil dos imóveis e da praça, permitindo a fruição e a interação, não se tratando de mera cenografia, ou apelo visual.

Estas particularidades despertaram-me a atenção, conduzindo-me, inicialmente, a uma pesquisa aprofundada acerca do patrimônio histórico local, buscando caracterizá-lo enquanto resultado de três séculos de história, de processos econômicos e políticos e de diversidade cultural, assuntos tratados no primeiro capítulo: “Evolução Urbana de Manaus”.

Observando o repertório edificado remanescente, verificaram-se perdas irreversíveis na cidade, e ainda a persistirem, fazendo estes suportes da memória coletiva desaparecerem a uma velocidade assustadora: apesar da proteção legal, prescrevendo benefícios para a sua conservação e penalidades para as infrações, os imóveis que testemunharam e fizeram história sofrem ações contumazes. Identificar os motivos que geram tamanho desprezo pela cidade, apresentar estratégias para conciliar as novas necessidades do homem urbano à manutenção da originalidade das construções antigas, traduzem-se em imperativos, não apenas para salvaguardar a identidade cultural, evitando-se o risco de as gerações futuras resgatarem suas origens somente através de registros escritos, iconográficos ou a partir de lembranças saudosistas, mas a preservação do patrimônio histórico também deve justificar-se pela qualidade de vida, como será tratado a seguir, no segundo capítulo: “A Situação do Patrimônio Histórico de Manaus”.

Por fim, dedicamo-nos ao projeto de revitalização acima reportado, verificando suas contribuições e metodologias, analisando-o sob a ótica dos valores histórico, arquitetônico e urbano, no terceiro capítulo: “Pensando o Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião”.

A metodologia adotada para nortear o processo investigativo compreendeu:

- Pesquisa bibliográfica: Além da análise de documentações antigas e atuais, como legislações e relatórios de administradores, foi de fundamental importância o depoimento de autores que se propõem a discutir o urbano, tais como Leonardo Benévolo e Marshall Berman; para o caso da cidade de Manaus, destaque para Otoni Mesquita, Etelvina Garcia, Mário Ypiranga Monteiro, Moacir Andrade, José Alcimar de Oliveira, Maria Evany do Nascimento; para as questões sociais, Francisca Deusa Costa, Hideraldo Costa e Edinea Dias; para o patrimônio histórico, Carlos Lemos, Márcia Braga e Cristina Freire, além da experiência do Corredor Cultural do Rio de Janeiro;

- Pesquisa iconográfica: A análise iconográfica antiga e atual da cidade de Manaus permitiu conclusões acerca de sua tipologia arquitetônica, de seu estado de conservação e da evolução urbana processada. Serviram, como fontes, revistas, jornais, postais, mapas, acervos oficiais e de particulares, além do registro fotográfico contemporâneo do acervo remanescente;
- Visitas técnicas: O contato com os órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico da cidade ampliou as informações sobre a realidade do panorama de Manaus. Especial destaque para o Departamento de Patrimônio Histórico, da Secretaria de Estado da Cultura, responsável pelo projeto analisado, possibilitando todos os esclarecimentos necessários para sua compreensão. Também o próprio logradouro estudado – o Largo de São Sebastião -, e o Centro Antigo de Manaus, evidentemente, também foram conferidos *in loco*.

Todos esses dados foram coletados, organizados e analisados, resultando em um grande memorial do patrimônio histórico local.

Almeja-se que esta pesquisa contribua para registrar o memorial deste projeto, tomando-o por base para novas reflexões sobre o patrimônio histórico local, suscitando não apenas opiniões, mas se revertendo a atitudes práticas, salvaguardando a memória da cidade.

## Capítulo 01 - Evolução Urbana de Manaus

### Evolução Urbana de Manaus

Este capítulo destina-se a reconstituir o histórico da cidade de Manaus, buscando, assim, identificar como se deu a conformação do repertório edificado remanescente da cidade, no qual se incluem as construções do patrimônio oficial, a partir de uma análise dos trâmites políticos, sociais, econômicos e culturais por que passou.

A tentativa de resgate das informações históricas foi resultante de pesquisa bibliográfica, em documentos de época e de autores contemporâneos, e também de fontes iconográficas antigas – ilustrações, fotografias, mapas, projetos arquitetônicos, anúncios publicitários, etc.

Da fundação do forte de São José da Barra do Rio Negro, estendendo-se até o período de instalação da Província, tem-se o processo de ocupação inicial da cidade. Destaque para os relatos de pesquisadores e estudiosos que visitaram o local, permitindo uma parcial reconstituição do cenário entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Esclareça-se a utilização do termo “parcial”, pois suas observações foram condicionadas pelo interesse externo, buscando identificar situações favoráveis ao estabelecimento de uma ocupação efetiva na colônia, a partir de interesses mercantilistas e exploratórios, não revelando, portanto, a visão do colonizado, alvo destas ações.

Em seguida, tem-se o período republicano e as transformações urbanas na passagem do século XIX para o XX, com a administração de Eduardo Ribeiro, possibilitadas pelo capital advindo da comercialização da borracha. A pesquisa aponta a influência do modelo parisiense, com os trabalhos empreendidos pelo Barão Hausmann, e são analisados os Códigos de Posturas, permitindo verificar as diretrizes reguladoras das construções e do aspecto urbano da cidade, buscando esquecer o tímido aspecto provinciano e



transformá-la aos padrões europeus. Contudo, assinale-se essa pretensa homogeneidade modernizadora permanecerá, apenas, no discurso da elite extrativista, responsável pela comercialização da borracha a nível internacional, pois beneficiou, apenas, o centro, palco das negociações, em detrimento das periferias e da classe menos favorecida, como será observado.

Finaliza-se com o declínio da produção gomífera, de cujas conseqüências sofrerá o patrimônio edificado, com suas residências e comércios abandonados, e com a falta de recursos para melhoramentos na cidade. O novo surto de desenvolvimento econômico vai acontecer, somente, com a Zona Franca de Manaus, que, se por um lado vai contribuir para a descaracterização dos imóveis, por outro será responsável pelo surgimento de uma consciência coletiva em prol da preservação, pois a sociedade reagirá a tais agressões.

## 1.1 A GÊNESE DA OCUPAÇÃO

Manaus teve sua origem não muito diferenciada em relação a outras cidades brasileiras, reportando-se às justificativas de sua fundação e aos procedimentos políticos e urbanos admitidos para seu desenvolvimento, fatos que não são de se estranhar, a partir do berço comum – o sistema de colonização lusitano, caracterizado pelo uso da fé e da força para subjugar o conquistado, materializando e demarcando esta dominação através de ícones, construções típicas destes cenários.

Remontando aos idos de 1669, tem-se a gênese da fundação desta capital, quando, sob ordem do general Antonio de Albuquerque Coelho<sup>62</sup>, o capitão Francisco da Mota Falcão<sup>63</sup> ergue a Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro (vide prospecto na fig. 01), com o objetivo de proteger o lugar contra as incursões estrangeiras.

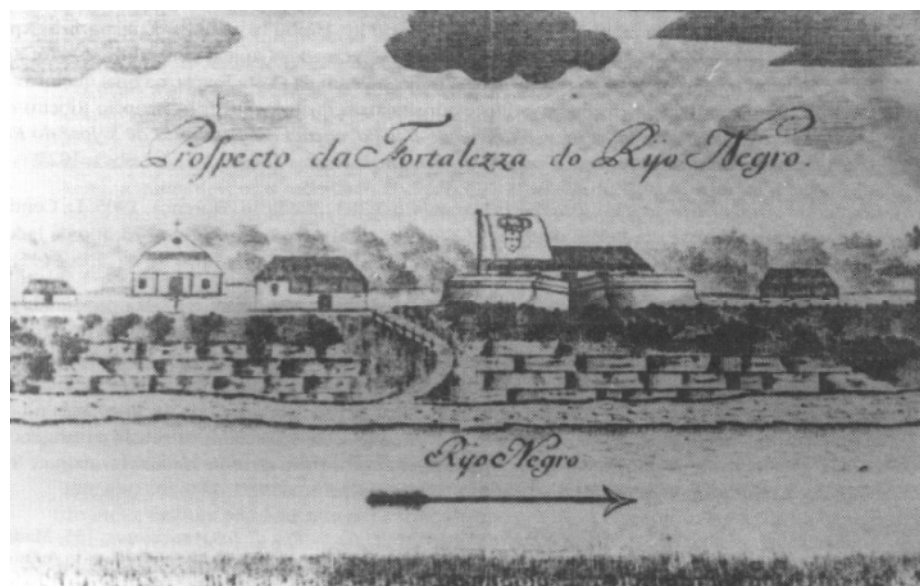


Fig. 01 - Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro (1699).

In: MONTEIRO, Mário Ypiranga. Fundação de Manaus.

Este primeiro ícone – a fortaleza, ou casa forte – representava a dominação militar e sua implantação, neste caso, também configurava este

<sup>62</sup> Relato do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que visitou a Capitania de São José do Rio Negro em 1774-75 (SAMPAIO apud MESQUITA, 1999, p. 24).

<sup>63</sup> Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis, Mota Falcão lançou os fundamentos do fortim, cuja conclusão, após sua morte, deu-se com seu filho Manuel da Mota Siqueira (IGHA, 2001, p. 58).

simbolismo, afinal, teria sido construída sobre um antigo cemitério indígena<sup>64</sup>, ilustrado na imagem abaixo (fig. 02), em uma demonstração típica da força opressora do colonizador sobre o conquistado.

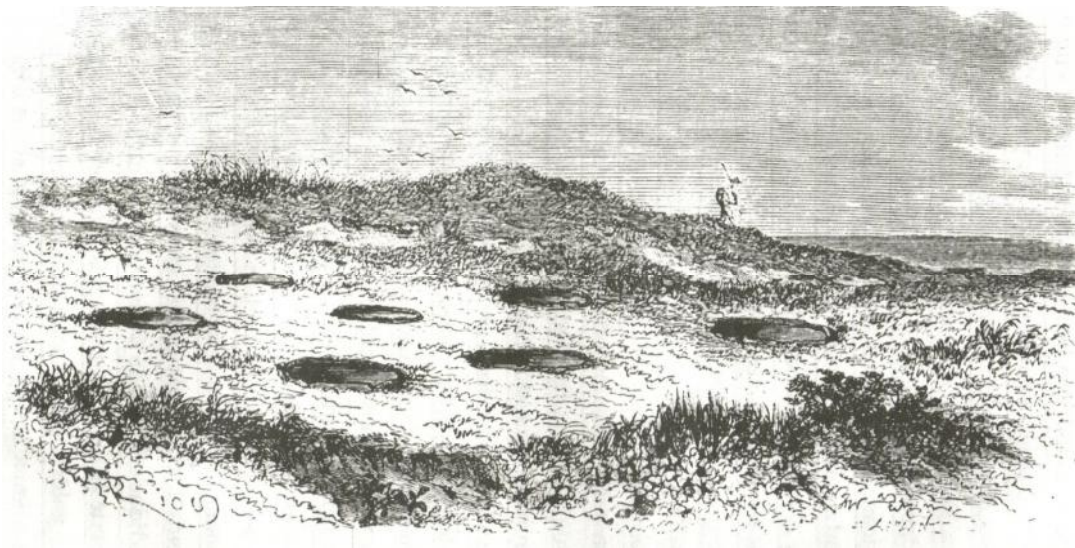


Fig. 02 – Cemitério dos índios Manaos. In: MARCOY, Paul. Viagem pelo Rio Amazonas.

Não houve, inicialmente, pretensões colonizadoras, entretanto, ao redor desta singela construção, constituiu-se o primeiro núcleo populacional, formado pelos índios mais dóceis, que se aproximaram, - o local já era ocupado por um pequeno aldeamento dos nativos (MESQUITA, 1999, p. 24), somados a colonos e mercadores, em busca de drogas do sertão (NERY, *in* IGHA, 2001, p. 22).

Em 1695, surge o segundo ícone da política lusitana de ocupação – a igreja, reportando-se à dominação pela fé. De aparência simples, a construção foi obra dos religiosos carmelitas, sendo considerada o principal edifício do

---

<sup>64</sup>Paul Marcoy (2001) informa que, na encosta oriental da colina onde se situava o forte, encontrava-se o cemitério dos índios Manaós. Eram cavidades de 40 cm de diâmetro, abertas ao nível do chão, com profundidade de 70 cm a 1m, onde se depositavam as urnas funerárias. Estas, feitas de barro, apresentavam, em seu bojo, grafismos geométricos em preto – losangos, zigue-zagues, galões, etc. – algumas eram fechadas por tampas. (MARCOY, 2001, p. 166).

Lugar da Barra, estando situada próxima ao forte (vide, novamente, prospecto na fig. 01 – a ermida é a segunda construção, à esquerda).

A ocupação do território, portanto, não partiu de um planejamento urbano, ao contrário – as aglomerações surgidas ao redor do forte e da igreja estenderam-se pela orla do rio e avançaram pelo interior, à mercê da acidentada topografia do lugar, entrecortada por igarapés, não lhe havendo alterações significativas.

O cenário da Manaus colonial não sofrerá grandes alterações até o período de instalação da Província (1852), predominando a informalidade e a precariedade das intervenções. Esta é a confirmação obtida a partir dos relatos dos viajantes que, a partir do final do século XVIII, dirigem-se à região amazônica, e passam a divulgar as riquezas encontradas no Novo Mundo (vide fig. 03 a 10).

De um modo geral, percebe-se que os itens a serem investigados são, praticamente, os mesmos: clima, vegetação, relevo, hidrografia, construções, benfeitorias, população (ênfase sobre os nativos) e atividades econômicas, nada parece escapar aos olhos desses viajantes. Seus discursos, entretanto, precisam ser analisados de forma cuidadosa, pois norteados pelos seus ideais civilizatórios e pretensões exploratórias, transpunham a simples descrição e partiam para um diagnóstico da cidade, buscando definir-lhe uma nova ordem urbana, à sua conveniência:

Esses olhares não são ingênuos, pois os viajantes tinham na cidade interlocutores, e muitas de suas observações coincidem, em maior ou menor grau, com os interesses de alguns setores ávidos por transpor os inúmeros limites que a cidade e seus moradores apresentavam.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> COSTA, Hideraldo Lima da. Tensões Sócio-Culturais na Manaus de Meados do Século XIX – Discurso dos Viajantes. In: Amazônia em Cadernos, no. 04, out., 1998. Manaus: EDUA, p. 35.

Assim, o panorama retratado é de uma cidade a se desenvolver timidamente, conforme relata o viajante alemão Ave-Lallemant, em sua passagem por Manaus em 1859: os assentamentos são informais, à mercê dos acidentes geográficos, que buscam ser superados através de tentativas singelas, como pontes de madeira. Não existem ruas, nem passeios – à maneira como se implantam as construções, têm-se delineados os caminhos, os acessos, feitos de terra batida, sem pavimentação, configurando “... meros lanços, términos, esquinas e interrupções.” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 101).

Observem-se outras descrições dos viajantes estrangeiros, por volta de 1840 a 1850:

Uma longa avenida, larga e ondulada, estreitada aqui e acolá por muros desalinhados e sacadas proeminentes, corta a cidade de norte a sul. Algumas vielas saem desta rua em direção ao leste, enquanto a oeste há uma série de grandes espaços vazios. Três riachos providos de passarelas serpenteiam pela cidade e servem de docas e estaleiros para a sua flotilha mercantil. (MARCOY, 2001, p. 167).

A cidade da Barra do Rio Negro está situada na margem oriental do Rio Negro, a doze milhas de sua confluência com o Amazonas. Assenta-se em terreno irregular, a uma altitude média de uns trinta pés acima do nível do rio. Atravessam-na dois córregos tão insignificantes que até parecem valos. Na época das chuvas, porém, as águas sobem consideravelmente nos seus leitos. Para atravessá-los, foram construídas duas pontes de madeira sobre cada um. As ruas são dispostas de maneira regular, mas não têm qualquer tipo de calçamento. Ademais, são esburacadas e cheias de altos e baixos, tornando-se bem desagradável o ato de caminhar-se por elas à noite. (WALLACE, 1979, p. 109).

Percebe-se o predomínio da horizontalidade, com as casas térreas, e os poucos sobrados pertencendo aos mais ilustres e importantes do lugar. Os materiais provêm da natureza – barro para a taipa e para as telhas, estas últimas restritas a poucas casas, palha para a cobertura da maioria das construções, madeira para as grades do pau-a-pique e para a armação da cobertura, pedras para os alicerces das edificações mais sólidas, cal para a pintura das paredes, segundo informações dos bávaros Spix e Martius que, em 1819, passaram pelo Lugar da Barra:

... consta, como todas as demais vilas do Estado, quase exclusivamente de casas de um só pavimento, cujas paredes são construídas de pau-a-pique e barro, cobertas geralmente de folhas de palmeira. As casas estão muito espaçadas umas das outras e formam algumas ruas irregulares. (SPIX, 1981, p. 140).

Com o advento da Província, em 1850, a cidade sofre tímidos ímpetus de desenvolvimento, e começam a surgir construções melhor elaboradas como que para fazer jus ao novo status. Entretanto o contexto urbano ainda é deficiente, de infra-estrutura precária, com iluminação a lampião e água não canalizada, transportada em recipientes da fonte até seu destino, pelos aguadeiros<sup>66</sup>. Avé-Lallemant chegou a denominar Barra como “arremedo de cidade” (AVÉ-LALLEMANT, 1980):

Terras altas e baixas – casas nos oiteiros e à beira d’água – sólidos edifícios em estilo europeu, primitivas casas tapuias de barro – ora rua, ora igarapé – ali uma estrada, aqui uma comprida ponte de madeira; junto à margem, um vapor; perto dele, uma canoa do Amazonas; numa porta, boceja uma cara branca; bem perto daí, banha-se um menino fusco – e assim tudo gira, pára, anda e nada confusamente. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 100).

Outras construções mais importantes também eram precárias, como o Palácio do Presidente, a casa do Chefe de Polícia e o teatro em obras, que, pelas técnicas singelas aplicadas, mereceu, do viajante, o comparativo com um “porco-espinho”. (AVÉ-LALLEMANT, 1980).

Agassiz (1975) comenta o caráter pitoresco do lugar, aspirante de importância, ao batizar construções rudimentares, às quais vai denominar “castelos oscilantes”, com títulos de prédios públicos: Tesouraria, Câmara Legislativa, Correios, Alfândega, Presidência.

---

<sup>66</sup> “... índios ou negros, que voltam pelo estreito caminho, trazendo na cabeça um grande jarro vermelho de barro, cheio d’água.” (AGASSIZ, 1975, p. 127).



Fig. 05 – Entrada da Vila da Barra do Rio Negro: note-se que o agrupamento de construções não segue um planejamento em sua implantação. *In*: MARCOY, Paul. Viagem pelo Rio Amazonas.



Fig. 06 – Palácio da Presidência da Província do Amazonas. Mesmo esta importante edificação traz a tipologia simplória predominante nas demais construções. *In*: BIARD, F. Auguste. Dois Anos no Brasil, 1858/59 (1862).





Fig. 07 – Vista parcial de Manaus. *In*: AGASSIZ, Luiz. Viagem ao Brasil, 1865-1866.

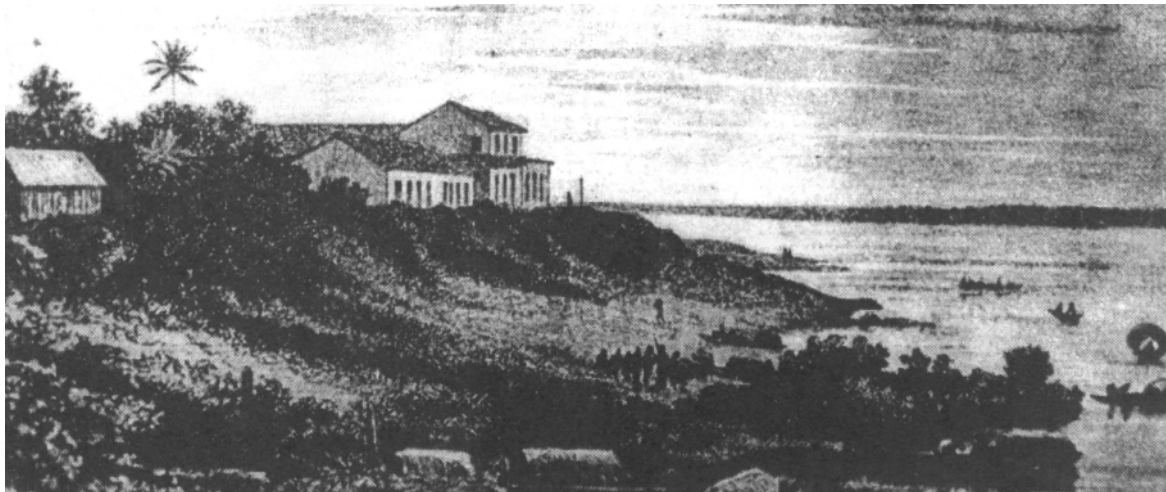


Fig. 08 – Vista parcial de Manaus. *In*: AGASSIZ, Luiz. Viagem ao Brasil, 1865-1866.

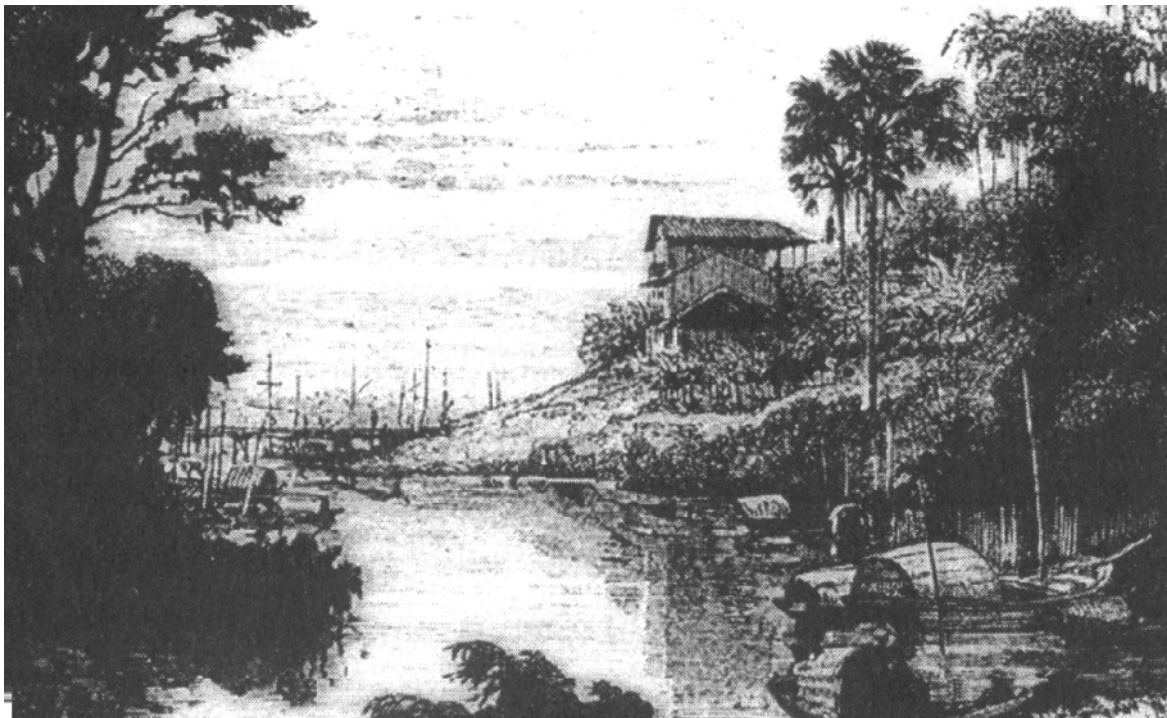


Fig. 09 - Vista do Igarapé do Espírito Santo e da ponte de madeira implantada por sobre o mesmo. *In*: KELLER-LEUZINGER, Franz. Os Rios Amazonas e Madeira (1874).

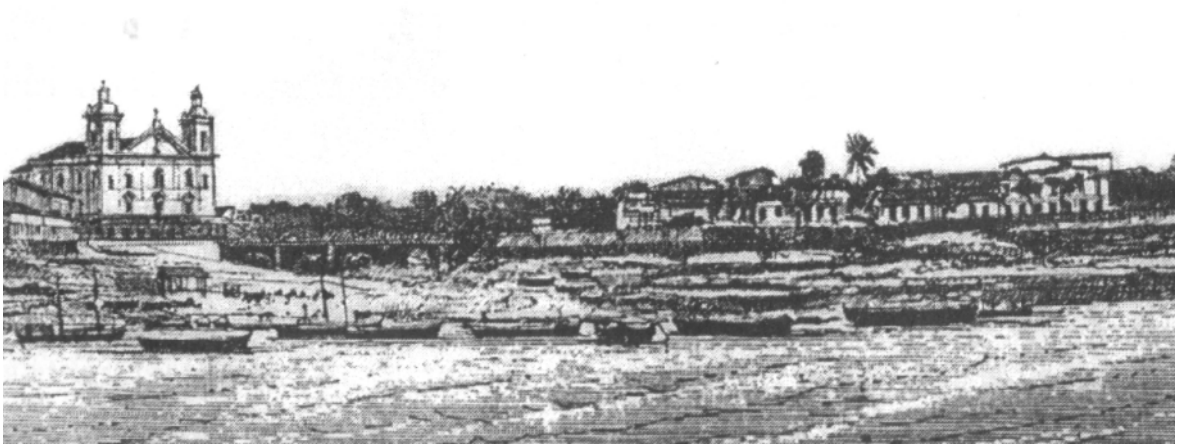


Fig. 10 – Em primeiro plano, o porto de Manaus. À esquerda, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição surge imponente neste cenário de predomínio simples e horizontal. *In*: NERY, Frederico José Sant'Anna. O País das Amazonas (1885).

O primeiro marco de ocupação da cidade, o fortim de São José da Barra do Rio Negro, vai-se arruinando até não lhe sobrar mais nenhum vestígio<sup>67</sup>, como descreve Wallace em 1849: “...restam apenas os restos de suas muralhas, que hoje circundam um montão de terra.” (WALLACE, 1979, p. 109).

Na obra de Paul Marcoy consta uma ilustração do forte em ruínas, podendo-se identificar alguns de seus materiais construtivos: base em pedras, encimada por uma paliçada provavelmente de madeira (vide fig. 11).



Fig. 11 – Ruínas da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro.  
In: MARCOY, Paul. Viagem pelo Rio Amazonas.

A primitiva igreja também não resistiu ao tempo, pois teria sido demolida, em 1781, por ordem da Junta Governativa da Capitania, devido estar bastante

---

<sup>67</sup> Segundo informa o amazonólogo Arthur Reis, foi abandonado em 22 de março de 1857, tendo suas pedras pilhadas para outras construções e muros de arrimo, chegando ao estado de ruínas em 1875. (REIS *apud* ANDRADE, 1985, p. 16,17).

Na obra de Mário Ypiranga (1994), consta que, em 1783, o forte foi desarmado sob ordem do general João Pereira Caldas:

O forte, silencioso até então, sem nenhuma utilidade prática, foi declinando de prestígio, de vez que não apresentava aspecto militar que imprimisse respeito, incapaz de resolver qualquer impasse grave que surgisse. Entrou placidamente numa fase crítica de velhez esquecida, caindo aos pedaços, sem que as atenções das autoridades se voltassem para ele. (MONTEIRO, 1994, p.48)

Segundo o mesmo autor, por volta de 1850, o então Presidente da Província, Sr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, decidiu construir um “forte de registro” em local mais adequado. Tratava-se de um posto de emergência, na realidade, destinado à vigilância do lugar, atualmente em ruínas, implantado na Colônia Oliveira Machado (MONTEIRO, 1994, p. 49). Com as denominações Guarita, Gurita e Atalaia Vileroy, o forte também batizou o igarapé, que passou a se chamar a Guarita.

arruinada (REIS, 1979, apud MESQUITA, 1999, p.59). No ano seguinte, no mesmo local, iniciou-se a reconstrução da igreja<sup>68</sup>, mas seu aspecto desagradou ao Governador Lobo D'Almada, que a mandou arrasar em 1788<sup>69</sup>, edificando outra na Praça da Trincheira<sup>70</sup>, atual Praça Nove de Novembro (MESQUITA, 1999, p.59, sendo consumida por um incêndio na noite de 2 de julho de 1850<sup>71</sup> (MONTEIRO, 1994, p. 29). A causa do sinistro teria sido uma vela acesa deixada no altar (MONTEIRO, 1998, vol. 01, p. 340).

O novo templo foi assentado no lugar da antiga olaria, mas apresentou-se durante muito tempo com a construção paralisada – o lançamento da pedra fundamental deu-se em 28 de julho de 1858, sendo inaugurada, somente, em 14 de agosto de 1877 (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2003). Neste ínterim, as obrigações litúrgicas passaram a acontecer na Igreja dos Remédios, acessada por uma ponte de madeira em péssimo estado de conservação.

---

<sup>68</sup> À simplicidade do estilo jesuítico, sucederia a disciplina arquitetônica da época (MONTEIRO, 1994, p. 29 e 42).

<sup>69</sup> A informação sobre esta data provém da publicação Museu da Catedral Nossa Senhora da Conceição (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2003).

<sup>70</sup> Na Planta da Cidade datada de 1844, vê-se a igreja localizada à esquerda do forte, mas em terreno mais elevado que este, comprovando a sua existência. Na Planta da Cidade datada de 1852, tem-se a mesma situação, entretanto, considerando-se a destruição da igreja em 1850, acredita-se que sua marcação, no mapa, faça apenas referência à sua localização, ou que o levantamento das benfeitorias tenha sido anterior ao ano de confecção do documento.

<sup>71</sup> O primeiro registro oficial deste sinistro consta do relatório do Dr. Ângelo Custódio Corrêa, vice-presidente da Província do Pará, de 13 de setembro de 1850 (Museu da Catedral Nossa Senhora da Conceição, GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2003).

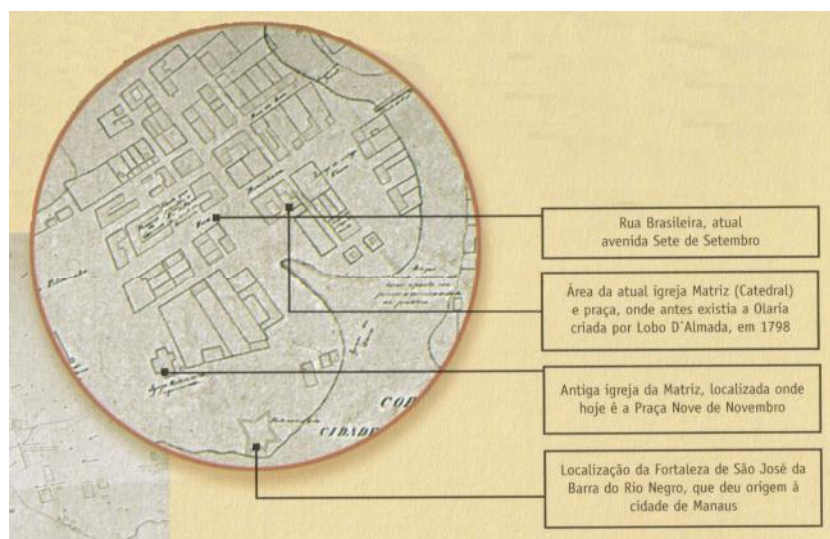


Fig. 12 – Detalhe da Planta da Cidade da Barra do Rio Negro em 1844, onde se pode visualizar a localização do forte (em formato de estrela), da antiga e da atual igreja da Matriz.  
*In: Museu da Catedral Nossa Senhora da Conceição, 2003.*

Como atividades econômicas, têm-se o pequeno comércio varejista, envolvendo mercadorias procedentes do Pará ou do exterior, e uma agricultura incipiente, resultante do tradicional processo extrativista ali implantado, nada afeto à prática do cultivar-se.

Pelo isolamento geográfico, vencido, com grande dificuldade, somente através de via fluvial<sup>72</sup>, o abastecimento da cidade por vezes era comprometido, ficando meses sem aportar uma única embarcação, faltando-lhe gêneros de primeira necessidade, e até mesmo os supérfluos. Wallace (1979), na última vez em que retornou a Barra, presenciou sua condição deplorável, indigna de capital da recém-criada Província do Amazonas: carência de suprimentos, pois, há cinco meses não aportava sequer um navio procedente do Pará, além da inexistência de diversões e eventos sociais. Some-se, ainda, o fluxo de estrangeiros e comerciantes, atraídos pelas oportunidades da nova situação. (WALLACE, 1979, p. 231,232). Além de gêneros, há deficiência na

<sup>72</sup>A forte correnteza tornava-se um desafio até para embarcações a vela: “Por isso a viagem, subindo o rio, era mais difícil do que para as Índias orientais.” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 60).

oferta de serviços: ausência de médico, boticário e professor primário (SPIX, 1981, p. 140); carência de mestres e de escolas (AVÉ-LALLEMANT, 1980)<sup>73</sup>.

O desenvolvimento conseguido quando da administração de Lobo D'Almada<sup>74</sup>, incentivando as fábricas e dotando a cidade do aparelhamento público condigno à sua situação política, é recordado com saudosismo, pois esta prosperidade não se conseguiu manter.

Por presenciarem tais reveses, os viajantes fizeram questão de registrá-las, alertando aos interessados em se aventurar por esses pagos, como o relato de Agassiz (1975): "...há muitas coisas essenciais ao bem-estar do viajante que não se encontram aqui por preço algum. Não há, por exemplo, em toda a extensão do Amazonas, um hotel decente." (AGASSIZ, 1975, p. 177), necessitando recomendações para alojamento em casas de particulares.

As belezas naturais são representadas pelo rio, com seus igarapés e cachoeiras, nos quais a população diverte-se em piqueniques e banha-se, aliviando-se do calor intenso: "O banho desempenha grande papel na vida doméstica dos brasileiros. É uma grande volúpia nesses países escaldantes, e muitas pessoas os tomam várias vezes ao dia." (AGASSIZ, 1975, p. 96). Os próprios viajantes não resistem e entregam-se às águas:

Nunca uma floresta proporcionou a Diana e suas ninfas banhos mais atraentes e bem sombreados. (...). Enquanto a cheia do rio, na

---

<sup>73</sup>A única instituição comentada pelo pesquisador é o Estabelecimento dos Educandos Artífices, com seu programa de educar as crianças carentes, concedendo-lhes, além da instrução fundamental, o aprendizado em ofícios de trabalhos manuais e música. (AVÉ-LALLEMANT, 1980)

<sup>74</sup> Manuel da Gama Lobo D'Almada foi o terceiro governador da Capitania da São José da Barra do Rio Negro. Em sua administração, houve grandes feitos, como a transferência da sede da mesma capitania, da Vila de Mariuá (Barcelos) para a Barra, em 1792, que, entretanto, somente se efetiva em 1808. Dentre as várias benfeitorias, construídas em Manaus, destacam-se: o primeiro Palácio do Governo na cidade, olaria, Hospital ou Enfermaria Militar, quartel e cadeia pública, fábrica de panos de algodão, fábrica de tecidos e redes, depósito de pólvora, pequeno estaleiro para reparo de embarcações, padaria, cordoaria, fábrica de fécula de anil, hora para distribuição de água, horta, fábrica de velas de cera, açougue, engenhos, Armazém de Fazenda e Trem de Guerra, Provedoria de Fazenda e de Oficiais e Armazém de Gêneros, além de ter iniciado o arruamento do povoado.

época das chuvas, não vem inundar e cobrir, por seis meses, essas Termas da floresta, os habitantes de Manaus fazem delas o maior uso; nós mesmos não resistimos ao prazer de mergulhar nessa água que atrai. (AGASSIZ, 1975, p. 158).

O clima causa desconforto para alguns, ao qual não conseguem adaptar-se. Alexandre Rodrigues Ferreira, por exemplo, comenta sobre a variação climática durante o dia – “Os calores depois das nove horas da manhans, até as quatro da tarde são insuportáveis, de maneira que se não póde sahir fora de casa.” (FERREIRA, p. 678) –, sobre as chuvas que, quando deságuam “... fica tão abafada a atmosphera, que mal se póde supportar no corpo a mesma camisa;...”-, e sobre as friagens – “De repente refresca a atmosphera, e ás vezes tanto que é preciso cobrir-se a gente mais do que o ordinário;...” (FERREIRA, p. 679).

O naturalista dedica uma seção exclusiva, na Participação Sétima de sua Viagem Filosófica ao Rio Negro, a tratar sobre o clima da região. Inicialmente comenta sobre o fenótipo dos nativos, decorrência do meio em que vivem:

Pelo character dos naturaes; pela sua cor e phisionomia; pelas suas vozes, e outros viziveis effeitos da influencia do clima, póde-se logo ajuizar das qualidades do céo e do terreno em que vivem. A cor em quase todos é macilenta, as vozes débeis e desentoadas, e todos elles ociosos, e negligentes. (FERREIRA, p. 678).

Em sua análise, não apenas o desconforto, mas a suscetibilidade a doenças decorre da transição climática, devendo haver orientações para que a arquitetura torne-se adaptável a tal circunstância e minimize os problemas. A arte, inclusive, já aponta as soluções: casas assobradadas, varandas espaçosas, orientação das janelas para promover a aeração interna, pé-direito elevado, cobertura em telhas de barro, proteção dos alicerces contra a umidade. Entretanto a situação que se apresenta é bem diversa, a ponto de criticar a postura dos profissionais, responsáveis pela fundação das povoações, pois estes, detentores de tais conhecimentos, não os aplicaram: “Porém para

qualquer parte que se lance a vista não se descobre um só indício, que mostre, que semelhantes architectos fizessem caso algum da physica geral na pratica das suas artes.” (FERREIRA, p. 679-681).

Outros, como Spix, são de opinião contrária: a primeira sensação que revela é a de alívio pela graciosidade da paisagem e pelo clima agradável:

Respira mais desafogado o viajante, logo que se vê transportado das várzeas do Amazonas às mais altas margens do Rio Negro. Essas margens de areia pura, (...), nunca são inteiramente inundadas pela cheia do rio; são, por isso, limpas das matas de igapós, sujas, fechadas, como as que se estendem ao longo do Amazonas. Por igual razão, não hospedam enxames de mosquitos, que até aqui perseguiram os viajantes. A floresta que perlonga aquelas margens já de longe se apresenta mais densa e regular, e, de perto, toda enfeitada com a maior variedade de magníficas flores, grandes e de lindas cores. (...).

A todos esses encantos junta-se a majestosa tranqüilidade do clima equatorial, que proporciona manhãs frescas, meios-dias ardentes, tardes agradáveis e noites serenas, estreladas, em alternância regular. De felicidade suprema se enche o coração do homem que, saindo das sombrias matas amazônicas, pode ali gozar da cálida suavidade dos dias, da solene calma das noites. Foi esta a primeira impressão com que nos encantou a nossa estada de alguns dias em Barra do Rio Negro, e, quanto mais aqui nos demorávamos, tanto mais se afirmava em nós o conceito de que esta região fora criada para doces saudades, contemplações filosóficas, sagrada paz, profunda gravidade. (SPIX, 1981, p. 139).

E, a respeito das construções, defende que “... não faltam nessas habitações as comodidades imprescindíveis nos climas quentes;...” (SPIX, 1981, p. 140).

A flora e a fauna também despertam bastante interesse, recolhendo-se vários espécimes exóticos e retratando-os em ilustrações.

A população é miscigenada, compondo-se dos nativos, em sua maioria, além dos elementos branco e negro: em 1º. de janeiro de 1786, o povoamento constava de 301 moradores, sendo 47 brancos, 243 índios e 11 pretos escravos (FERREIRA, p. 585). Em 1819, já na época de capital da Província do Rio Negro, somavam-se mais de três mil habitantes, entretanto, destes, uma



parte residia em distantes fazendas ou pesqueiros, dirigindo-se à cidade somente em ocasiões de festividades de igreja. A maioria era lusitana ou descendente, miscigenada com os indígenas. (SPIX, 1981, p. 139,140). Em 1849, a população totalizava cinco ou seis mil pessoas, a maioria índios e mestiços (WALLACE, 1979). Em 1852, segundo dados do Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Alto Amazonas, totalizavam-se 8500 pessoas (AVÉ-LALLEMANT, 1980).

O índice de natalidade é elevado, pois as moças casam-se cedo e desde então principiam a gerar filhos, numa proporção de um por ano, chegando a ter dezenas de rebentos (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 104). No contato com os índios, Agassiz, de pronto, tece um comparativo entre a vida das mulheres dessa raça e a das que vivem na cidade. As primeiras desfrutam de liberdade de ir e vir, tendo suas responsabilidades domésticas no cuidar dos filhos, no preparo da morada e da alimentação, mas também têm seus momentos de lazer, nos dias de festas e nos passeios pelas trilhas da floresta. O outro quadro, por sua vez, é de tristeza e de confinamento, calcados na tradição portuguesa:

Seus dias decorrem tão descoloridos como os das freiras dum convento e sem o elemento entusiasta e religioso que sustenta estas últimas. Muitas senhoras brasileiras passam meses e meses sem sair de suas quatro paredes, sem se mostrar, senão raramente, à porta ou à janela; pois, a menos que espere alguém, estão sempre pouco vestidas além da negligência. É triste ver essas existências fanadas, sem contato algum com o mundo exterior, sem qualquer dos encantos da vida doméstica, sem livros, sem cultura de qualquer espécie. A mulher, nessa porção do Império, se embota no torpor duma existência inteiramente vazia e sem objetivo, ou se irrita contra suas cadeias e sua infelicidade, então, só igual à nulidade de sua vida. (AGASSIZ, 1975, p. 167)

Os viajantes também observam os hábitos dos moradores e percebem que as formas de entretenimento são escassas: além dos já citados banhos e piqueniques, as esporádicas festas promovidas pelos mais afortunados atraem

a alta sociedade, que, apesar de atuar em um cenário quase decadente, veste-se a caráter dos mais refinados, com trajes luxuosos:

A adoção da moda francesa pelas pessoas abastadas, o uso de verdadeiras camisas pelos índios no lugar das camisetas usadas nos povoados de rio acima, permitem facilmente perceber que deixamos para trás a barbárie e estamos num daqueles canais chamados capitais, onde se reúnem todas as correntes geográficas, intelectuais, políticas e comerciais do país. (MARCOY, 2001, p. 169).

Agassiz (1975), por sua vez, testemunha um baile realizado na residência do Presidente da Província, para o qual os convidados, com suas devidas toaletes de festa, dirigem-se, caminhando a pé, nas ruas, cheias de poças de lama, carregando lanternas de mão para iluminar o caminho, sendo desconhecido o uso de carruagens, sem, contudo, perder a elegância (AGASSIZ, 1975, p. 174).

Postura similar acontece na missa aos domingos, à qual todos comparecem em suas melhores roupas. Esta preocupação com a aparência também vai admirar os pesquisadores, assim como a atração pelos jogos e a ausência do hábito de leitura, como nos dizeres de Wallace (1979): “Barra deve ser a comunidade civilizada que tem os costumes mais decadentes possíveis.” (WALLACE, 1979, p. 110), e justifica sua opinião, ao informar sobre uma cultura calcada em jogos, bebidas e aparências, destituída de intelectualidade.

Apesar de tantas restrições, aqui encontradas, os viajantes conseguem, ainda, projetar um futuro próspero para a cidade, se fomentadas a indústria e a economia. Para Spix (1981), com o crescimento populacional, o desenvolvimento da indústria e sua posição estratégica, o Lugar da Barra tornar-se-á importante cidade comercial, permitindo, inclusive, comunicando-se com o mercado europeu. (SPIX, 1981, p. 143). Agassiz previa: “Insignificante hoje, Manaus se tornará, sem dúvida, um grande centro de comércio e navegação.” (AGASSIZ, 1975, p. 127), mas, em seguida, torna a si, reconhecendo as dificuldades a serem vencidas:

Mas quando se pensa na imensa vastidão de terras cobertas ainda por florestas impenetráveis, nas consideráveis dificuldades que impedem a criação de povoações nesta região – insetos, clima, comunicações difíceis – parece bem longe o dia em que uma população numerosa venha fixar-se nas margens do Amazonas, em que embarcações a vapor venham circular dos seus portos aos do Mississipi e em que todas as nações do globo venham buscar a sua parcela dos ricos produtos desta bacia (AGASSIZ, 1975, p. 127).

Bates, por sua vez, anuncia que a formação de uma classe trabalhadora era fundamental para o desenvolvimento da região, precisando-se descobrir um modo de ser organizada, independentemente do sistema de escravidão. (BATES, 1979, p. 134). A esse respeito, Avé-Lallemant (1980) não se furta de um desabafo: “O povo é pobre no meio da riqueza e merece a pobreza; merece, sem nenhuma compaixão, ser pobre, porque não quer trabalhar nem fazer esforço.” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 148). Tem-se, aqui, mais uma tentativa de implantação do modelo estrangeiro, tido como ideal: o capitalismo industrial, pautado em uma sociedade produtiva, organizada através do trabalho livre ou assalariado.<sup>75</sup>

Mas o novo tempo não tardou a acontecer, e as previsões feitas concretizaram-se, causando espanto a Agassiz, que registra, surpreso, em 1867, quando escrevia sua obra, a abertura dos portos de Manaus às nações amigas. Eis suas novas considerações:

Isso não contribuirá pouco, sem dúvida para acelerar o desenvolvimento da civilização nestas regiões desertas. Nenhum ato poderia dar mais claro testemunho da política liberal seguida pelo governo brasileiro. Para completar essa grande obra, duas coisas restam a fazer: abrir uma comunicação direta entre os afluentes superiores do rio Madeira e Paraguai; retirar as subvenções às companhias privilegiadas. O tráfico colossal de que é capaz esta bacia bastará simplesmente para entreter a navegação, desde que a concorrência se torne possível.” (AGASSIZ, 1975, p. 127).

## 1.2. A BELLE ÉPOQUE EM MANAUS

---

<sup>75</sup> COSTA, Hideraldo Lima da. Op. Cit., p. 44,45.

De fato, ao final do século XIX, a cidade é tomada por um surto modernizador com a administração de Eduardo Gonçalves Ribeiro<sup>76</sup> (1893-1896), promovendo-lhe melhoramentos que irão subjugar seu triste cenário provinciano.

Vários foram os aspectos que possibilitaram a execução das obras: políticos (a fase republicana e a autonomia da Província), econômicos (os lucros advindos da produção gomífera, destacando o Estado no âmbito internacional), culturais (a sociedade cosmopolita, sob os auspícios da modernidade, precisava atualizar-se, conforme os grandes centros e Paris torna-se a grande referência – “... a espacialidade produzida em Manaus no período da borracha mais do que uma determinação nacional foi uma determinação do exterior.”<sup>77</sup>), ou seja, pode-se compreender, afora seu talento empreendedor, que sua administração foi favorecida por uma série de circunstâncias, das quais soube tirar o maior proveito, enquanto lhe foi possível.<sup>78</sup>

É desconhecido, entretanto, se este processo de desenvolvimento da cidade partiu realmente de um planejamento urbano – as opiniões dos autores que se propõem a discutir o assunto dividem-se: para Mesquita (1999), “... ignoram-se os passos dessa mudança: se foi um processo lento e gradual, ou

---

<sup>76</sup> Tornou-se lugar-comum reverenciar Eduardo Gonçalves Ribeiro como o grande urbanista de Manaus. Este reconhecimento é merecido, entretanto precisa ser analisado com mais critério, evitando-se possíveis distorções a respeito dos governantes predecessores, uma vez que a urgência de mudanças já se fazia perceber ainda no período na Monarquia, e houve, realmente, contribuições, (citem-se os feitos de Lobo D’Almada, por exemplo) mas não em escala apropriada, posto não acontecerem, ainda, os cenários político e econômico favoráveis.

<sup>77</sup> OLIVEIRA, José Aldemir de. Manaus de 1920-1967: A Cidade Doce e Dura em Excesso. Manaus: Editora Valer, Governo do Estado do Amazonas, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003, p. 36.

<sup>78</sup> Em 1896, Eduardo Ribeiro deixa o governo para seu pupilo, o tenente Fileto Pires Ferreira (MONTEIRO, 1990, p. 128) e em 14 de outubro de 1900, falece em sua chácara. Segundo Monteiro (1990), este fato não passou despercebido em Manaus, gerou os mais diversos comentários, mas jamais se admitiu, para a maioria, a idéia de suicídio, dadas as circunstâncias em que fora encontrado e a *causa mortis* atribuída. Para o autor, “A memória de Eduardo Ribeiro era para muitos um insulto que conviria afastar do caminho, relegar ao esquecimento, eliminar brutalmente como ele foi eliminado do número dos vivos por algum celerado a soldo” (MONTEIRO, 1900, p. 70).

se houve um planejamento antecipado.” (MESQUITA, 1999, p. 196). A mesma opinião é compartilhada por Corrêa (1969), ao afirmar:

Não me parece provável que o Governador tenha mandado elaborar um plano urbanístico como o concebemos hoje em dia, seguindo critérios eminentemente científicos, unindo no mesmo trabalho urbanistas, arquitetos, paisagistas, sociólogos, historiadores e economistas.

O que se pode verificar, através de suas mensagens ao Congresso Estadual, é que atacou, de imediato, as necessidades públicas mais prementes, entre elas a retificação de ruas e outros logradouros públicos, ... (CORRÊA, 1969, p. 55).

Decerto não houve o caráter científico, mas é inegável assinalar as influências do modelo urbanístico de Haussmann<sup>79</sup>, implantado em Paris, apesar de que, na opinião de Mesquita (1999), pode-se deduzi-las, mas não as apontar com precisão (MESQUITA, 1999, p. 200).

Realmente não há comprovação, nos registros oficiais, desta inspiração, mas as similaridades são evidentes, afinal, falar de história do urbanismo no período pós-liberal remete, incontestavelmente, a essa experiência desenvolvida em Paris durante o Segundo Império, de 1851 a 1870, sob a égide de Napoleão III, cujo modelo torna-se reconhecido e vai influenciar várias cidades do mundo, a partir da metade do século XIX. A esse respeito, Benévolo (1998) comenta:

O plano de Haussmann interessa-nos hoje sobretudo enquanto primeiro exemplar de uma ação suficientemente ampla e

---

<sup>79</sup> O Barão Georges Eugène Haussmann (1809-1891) foi nomeado prefeito de Sena em 1853, por Napoleão III, para promover uma reestruturação na capital parisiense que, à época, contava já com um milhão de habitantes, contingente que sua antiga e frágil estrutura medieval e barroca não podia mais suportar, quer em termos de ocupação, circulação, higiene e salubridade.

Os interesses do rei iam além dos motivos econômicos e sociais - também aspirava pretensões políticas de manutenção da ordem coletiva, em caso de rebelião, dificultando possíveis manifestações.

Durante seus dezessete anos de poder, Haussmann pôde executar várias obras, que modificaram por completo a velha e insalubre Paris (vide fig. 13, 14 e 16).

enérgica para acompanhar o passo das transformações que ocorrem em uma grande cidade moderna, e para regulá-las com determinação, ao invés de sofrê-la passivamente (BENEVOLO, 1998, p. 106).

Vale ressaltar, entretanto, a peculiaridade do caso manauara, com o predomínio do modelo lusitano, considerando-se o sistema de colonização aqui empreendido. É necessário, ainda, observar-se o hiato de cerca de trinta anos que separa as duas realizações, evitando-se o equívoco de contemporalizá-las. Tem-se, portanto, análise das duas propostas, destacando os pontos de concordância mais evidentes do planejamento de Manaus, à época do Pensador, com a proposta haussmanniana:

- *Traçado urbano*

Não há concordância entre os traçados urbanos admitidos para Paris, à época de Haussmann, e o de Manaus, com Eduardo Ribeiro: neste primeiro exemplo, a aparência da malha é completamente irregular e complexa (vide fig. 14), ao passo que, neste segundo, predomina a regularidade e a ortogonalidade das vias, revelando o melhor exemplo da influência portuguesa, com a proposta do ‘tabuleiro xadrez’, conforme se verifica na planta da cidade do ano de 1893, já em sua administração (vide fig. 15): o rígido traçado em malha reticulada, com ruas ortogonais, retilíneas, e a grande expansão urbana processada – “...ficando evidenciado a ampliação de seu espaço em pelo menos cinco vezes.” (MESQUITA, 1999, p. 200) - que a faz dar as costas para o rio e avançar para o norte e para leste, desbravando a mata.

É bem verdade, também, que o cruzamento de vias, com os entroncamentos em estrela e os anéis viários parisienses não se fazem perceber aqui, entretanto o ponto comum residirá na preferência pelas ruas retilíneas e amplas – os famosos boulevares - que permitem melhor controle e ordenamento, não apenas do trânsito, mas sobre a própria dinâmica das cidades (comparar fig. 16 e 19).



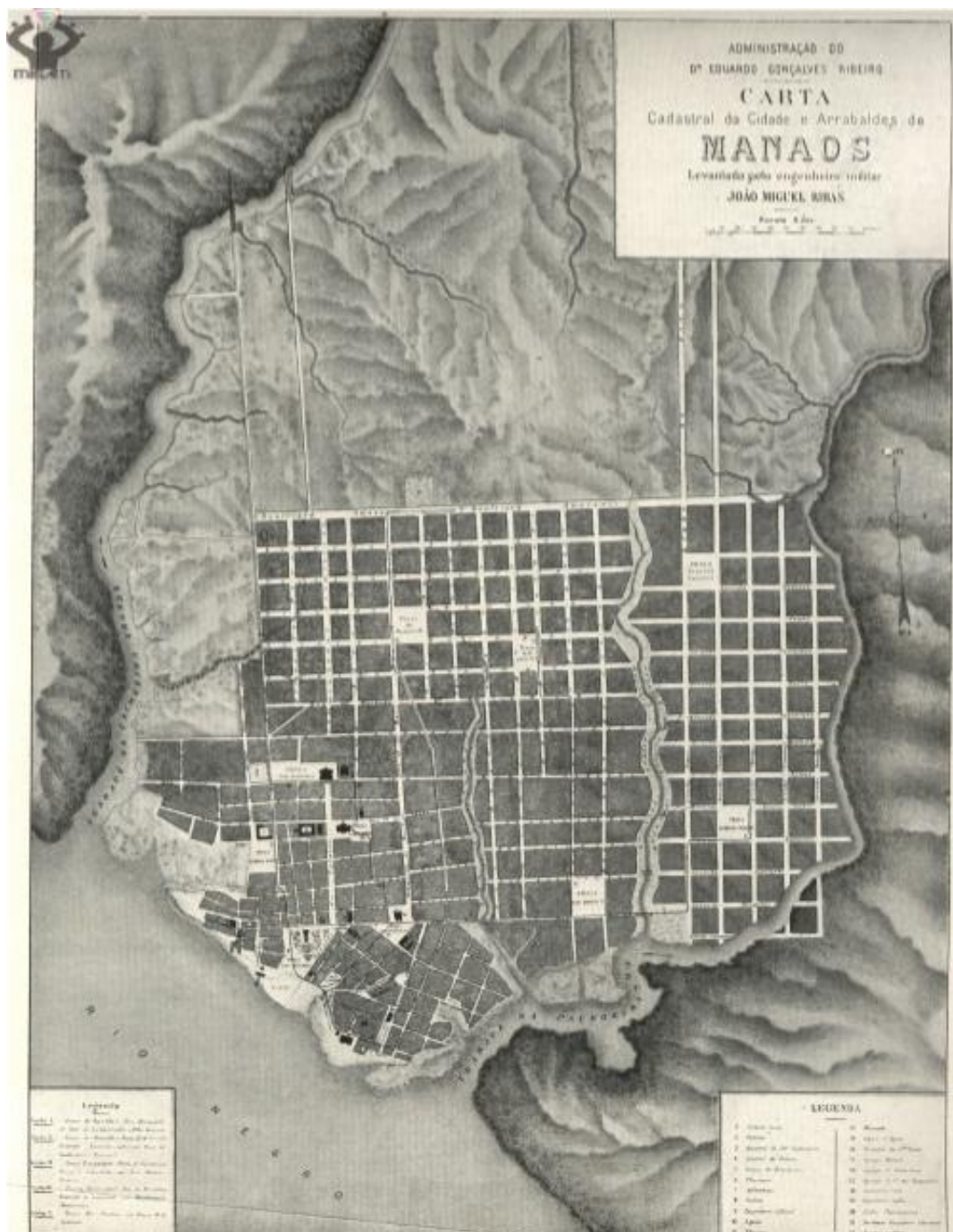


Fig. 15 - Carta Cadastral e arrabaldes de Manaus em 1893, na administração de Eduardo Ribeiro. Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.



- *Paisagismo*

Assim como em Paris constroem-se vários jardins e parques, não apenas pela finalidade paisagística estética, mas também para fins higienistas, de salubridade das cidades, como o requintado *Bois de Boulogne* e o popular *Bois de Vincennes*, Manaus vai ter sua malha entrecortada por várias praças e jardins novos, e também recebendo melhoramentos e remodelações nos já existentes.

Os boulevares são pavimentados (em Manaus, à pedra tosca e com paralelepípedos de granito de Lisboa) e arborizados em ambos os casos.

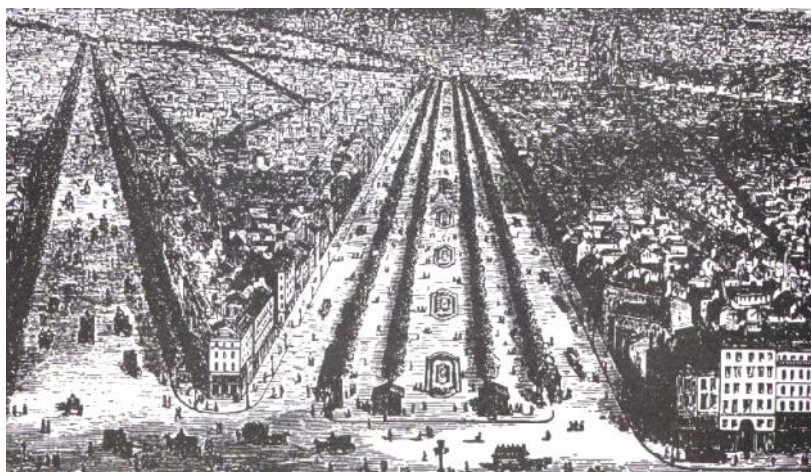


Fig. 16 – Boulevard Richard Lenoir (1863), em Paris, exemplificando a prática urbanística adotada por Haussmann. Fonte: BENÉVOLO, Leonardo. História da Cidade, 1999.

- *Padronização arquitetônica*

Para os dois exemplos analisados, há um consenso em se tentar eliminar, por completo, o aspecto insalubre e feio das antigas cidades – o organismo medieval, no caso de Paris, e o provinciano, no caso de Manaus.

A aparência urbana, portanto, será questão crucial, buscando aspirações de metrópole moderna, mesmo, em alguns casos, admitindo-se o aspecto cenográfico, visual.

A legislação reguladora das construções assegurará o sucesso dos empreendimentos – datando de 1859 a parisiense, e, no caso de Manaus, os seus Códigos de Posturas. Estes últimos, adotados em todo o país, normatizavam padrões de comportamento e regulamentavam as construções, determinando como a sociedade deveria conduzir-se, enquanto personagem de um novo cenário civilizado, este também rigidamente especificado, prevendo-se, inclusive, sanções – proibições, multas e prisões – aos infratores.

Reportando-se ao caso manauara, verifica-se uma preocupação com o aspecto formal da cidade, acentuando-se a cada nova legislação. No Código de 1872, as construções eram padronizadas em gabarito, “não tendo porem os edifícios menos de cinco metros de altura na parede da frente sendo térreos, a mesma altura os assobradados a contar do travejamento ao soalho, e nove metros os sobrados”, em esquadrias, “devendo ter as portas nunca menos de três metros de altura e as janellas dois metros e cincoenta centímetros sobre um metro e vinte e cinco centímetros de largura” e sendo proibidas, nas principais vias, coberturas em palha. O traçado das novas ruas deveria ser retilíneo, com largura de “dezesseis metros de casa á casa” e com passeio de dois metros de cada lado, não se podendo impedir seu livre trânsito, sendo proibidas esquadrias de articulação para fora, degraus localizados à frente das entradas da rua e a precipitação direta de águas pluviais, recomendando-se o emprego de calhas embutidas ou aparentes. Construções em estado de ruínas, desaprumadas ou destituídas de alicerces sólidos deveriam ser demolidas. Os estabelecimentos industriais que implicassem em risco ou em incômodo para os habitantes deveriam ser instalados no litoral ou além do perímetro urbano.

O Código de 1875 traz pequenas alterações, reportando-se, no caso dos edifícios, à redução das dimensões das janelas, que passam a ter, no mínimo,

dois metros e dez centímetros de altura e, no mínimo, um metro e cinco centímetros de largura; nas situações de esquina, as casas deveriam apresentar duas cumeeiras; no caso de casebres ou de pequenos quartos, ainda havia a obrigatoriedade de se elevar um muro simulando casa. Em relação à traça das ruas, a novidade fazia-se por conta da largura de cento e trinta e dois metros para os quarteirões, sempre que o terreno permitisse.

No Código de 1893, na administração de Eduardo Ribeiro, observa-se maior rigorosidade quando das solicitações de alinhamentos para novos prédios: apresentação do desenho do projeto, constituindo-se de fachada e de planta, e execução fidedigna ao mesmo. Especifica-se, para as construções, que permanecem com os mesmos gabaritos anteriores, que o térreo dos sobrados possua cinco metros de altura. No tocante às esquadrias, as janelas estreitam-se e ampliam-se, passando a ter, no mínimo, dois metros de altura e, no mínimo, um metro e trinta centímetros de largura. De inovações, tratará sobre os muros, que deveriam ter altura mínima de dois metros e meio, ou um metro de altura e um metro e meio de gradil; obrigatoriedade de platibanda para as construções de frente para ruas ou praças; obrigatoriedade de porões para as residências, com altura mínima de um metro, dispensando-se no caso de comércio; no caso de prédios em situação de esquina, as fachadas de frente para as vias deveriam ter altura definida pelo Código; as edificações ou muros de taipa ou de alvenaria deveriam receber reboco, caiação e pintura. Modificações também percebidas no traçado urbano, com quase a duplicação da largura das ruas, agora com trinta metros; especificações para a largura dos passeios, variando de um metro e meio a dois metros e meio, em função da largura da via; especificação dos materiais construtivos dos passeios, devendo ser de concreto coberto por lastro de cimento (no mínimo dois centímetros de espessura) ou lagedo de cantaria. Duas outras novidades referiam-se à proibição de instalação de fábricas de fogos de artifício dentro do perímetro da cidade e a instalação de quiosques autorizada somente mediante expedição de licença e indicação do local pela Superintendência.

Além das preocupações estéticas, a padronização dos imóveis visava atender várias preocupações: a obrigatoriedade dos porões, por exemplo, era

para evitar que a edificação nascesse diretamente do solo, evitando, assim, a umidade, bem como para facilitar as inspeções sanitárias<sup>80</sup>; a obrigatoriedade das platibandas era uma questão de conforto para os pedestres que transitassem pelos passeios, pois esta espécie de mureta impedia, do alto, precipitação à rua das águas pluviais, agora captadas por calhas e rufos; o uso de materiais mais frágeis nas construções, como a palha utilizada nas coberturas, comprometia a segurança, pois, sendo inflamável, o material proliferava os incêndios. Mas, segundo Mesquita, a aparência escamoteava irregularidades:

... o mesmo código revelava-se hipócrita, permitindo recursos cenográficos como as fachadas camuflando construções pouco cuidadas. Evidencia-se, portanto, o uso do código como um recurso para retirar da cidade sua marca indígena e pobre, buscando afastar do centro da cidade as populações carentes e eliminar as construções de aspecto popular e que revelavam uma tradição nativa. (MESQUITA, 1999, p. 203)

Os Códigos de Posturas vão normatizar as tipologias arquitetônicas, enquanto a sua ornamentação ficará a mercê do gosto e do poder aquisitivo de seus proprietários, predominando o ecletismo por excelência, coerente aos novos hábitos desta sociedade cosmopolita.

- *Perspectivas monumentais*

A estratégia de locar um imóvel em uma via ampla, de modo a criar perspectivas monumentais, permitindo-lhe uma melhor visualização, foi comum nas duas capitais, sendo em maior escala empregue em Paris, como no caso do arco do triunfo, posicionado na confluência de vias importantes como a Champs Elysées e La Grande Armée e outras

---

<sup>80</sup> Mensagem Apresentada ao Conselho Municipal de Manaós pelo Superintendente do Município Dr. Jorge de Moraes em Sessão Ordinária de 5 de Setembro de 1913. Manaus:1913. Neste mesmo documento, denunciava-se a infração da lei no tocante à finalidade dos porões, que jamais poderiam destinar-se à moradia efetiva, pois muitos proprietários estavam a alugá-los.

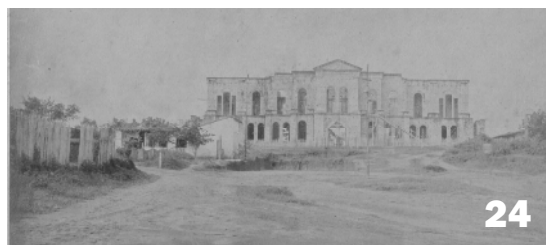
secundárias, e, em Manaus, o melhor exemplo vem a ser a Avenida Eduardo Ribeiro, que concentrava os principais ícones do poder público, à época – o Porto e a Alfândega, na base, marcando o hall de entrada, seguidos da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, e, no topo, em local de destaque, o antigo Palácio do Governo (atual Instituto de Educação do Amazonas), emoldurado pelo Palácio da Justiça e pelo imponente e suntuoso Teatro Amazonas. Ao longo desta Avenida, vários estabelecimentos comerciais, tornando, esta via, o coração administrativo e financeiro da cidade.

- *Outros melhoramentos urbanos*

Ambos os administradores preocuparam-se em dotar suas cidades de equipamentos urbanos e de instalações modernas, para melhorar a qualidade de vida da população. Haussmann equipou Paris com “mictórios, bancos, abrigos, quiosques, relógios, postes de luz, placas, etc., desenhados por Eugène Belgrand e Alphand<sup>81</sup>” (FRAMPTON, 1997, p. 18), sistema de esgotos e de água fresca, cemitérios e parques, por exemplo. Eduardo Ribeiro, por sua vez, trouxe o bonde e a luz elétrica, esta última, contratada com os ingleses, bem como os serviços de água e esgotos, construiu um teatro decente (o qual não pôde inaugurar), pontes, escolas apropriadas para o estudo e recreio das crianças, hospício, reservatório de água, iniciou a construção do Palácio do Governo e do Palácio da Justiça, dentre outras realizações (vide imagens abaixo):

---

<sup>81</sup> Para auxiliá-lo nessa empreitada, Haussmann elegeu colaboradores da qualidade, como os engenheiros Alphan e François Eugène Belgrand.



Exemplos das obras empreendidas por Eduardo Ribeiro, em Manaus: Fig. 17 e 18 – Calçamento da Praça Tamandaré, Fig. 19 – Av. Eduardo Ribeiro, Fig. 20 – Ponte Benjamin Constant, Fig. 21 – Teatro Amazonas, Fig. 22 – Palácio da Justiça, Fig. 23 – Reservatório de água do Mocó. Fonte: CD-ROM do Álbum do Amazonas, 1901-1902, durante a administração de Silvério Nery (Acervo do MISAM – Museu da Imagem e do Som do Amazonas). Fig. 24 – Construção do novo Palácio do Governo. Fonte: CD-ROM de Plantas Arquitetônicas de Construções Antigas de Manaus (Acervo do MISAM).

▪ *Financiamento:*

No caso de Paris, o financiamento ocorreu a partir de linhas de crédito, emprestadas aos bancos, tudo por conta da municipalidade, com mínima colaboração do Estado. No caso de Manaus, a moeda foi a borracha, pois esta atividade gerou grandes lucros e colocou a cidade no contexto econômico internacional. Eduardo Ribeiro, portanto, afora sua capacidade de exímio administrador, teve, em seu benefício, esta oportunidade e “em 1852, solicitou ao Congresso a verba necessária para realizar diversos melhoramentos da cidade” (MESQUITA, 1999, p. 197).

O interesse maior era eliminar, por vez, aquele tímido e precário ar provinciano, tão tristemente retratado por vários viajantes nacionais e estrangeiros que por aqui passaram, incompatíveis com a nova era de progresso e de modernidade, anunciada pela recém conquistada República. A política adotada vai ser, portanto, de uma verdadeira repaginação urbana, transformando a cidade, já ao fim do século XIX e no primeiro decênio do XX, em verdadeiro canteiro de obras, conforme análise de MESQUITA (1999, p. 198), para cuja viabilidade, vários terrenos são desapropriados. E é o que realmente pode-se constatar apreciando-se a lista de obras de Eduardo Ribeiro, publicada em 30 de setembro de 1898 pelo jornal amazonense A Federação, reproduzida, no mês seguinte, na revista italiana L 'Amazzonia:

- Nivelamento e embelezamento de dois terrenos na cidade de Manaus
- Abertura e nivelamento dos bairros novos da Cachoeira Grande e Cachoeirinha
- Pavimentação com paralelepípedo de granito das praças da República e da Constituição
- Pavimentação a paralelepípedo das ruas da Instalação, Municipal e da plataforma da Catedral
- Pavimentação a pedra tosca de várias ruas adjacentes
- Construção da avenida de Eduardo Ribeiro
- Construção do jardim da praça da República
- Construção do jardim e gradeamento da Catedral
- Levantamento da planta cadastral da cidade
- Edifício do Diário Oficial e respectivo jornal
- Edifício do Instituto Benjamin Constant para órfãos
- Seis escolas públicas primárias em Manacapuru, Humaitá e Lábrea

- Reorganização radical do ensino no Ginásio e Escola Normal
- Ereção não terminada do Instituto dos Educandos
- Reorganização da Biblioteca Pública
- Criação de um hospício para alienados – Hospício Eduardo Ribeiro – sob direção das irmãs de Santa Ana
- Ereção não concluída do Palácio do Governo
- Novo edifício do Quartel do Regimento Militar do Estado
- Teatro Amazonas
- Reservatório de Água do Mocó
- Contrato de navegação para o Mediterrâneo, com escalas
- Distribuição das terras baldias do Estado para cultivo
- Abertura da estrada Manaus – Campos Gerais do Rio Branco
- Pontes de ferro da Cachoeirinha e da Cachoeira Grande
- Pontes romanas da rua Municipal
- Ponte de madeira no bairro da Cachoeirinha
- Fonte monumental da praça 15 de Novembro
- Iluminação elétrica a arco voltaico, a primeira implantada no Brasil
- Telégrafo subfluvial
- Projeto do Código de Processo Criminal (MONTEIRO, 1990, p. 96-97)

Para Derenji (1998), contudo, em sua análise sobre a arquitetura das cidades do norte do Brasil no início do século XX, mesmo em suas capitais não houve tantas demolições como no caso parisiense, “... e elas puderam adotar os princípios ‘hausmaniannos’ sem destruir as pequenas áreas já ocupadas.” (DERENJI, 1998, p. 17).

A mão-de-obra para o grande empreendimento precisava ser especializada – não era a realidade local. O Governador, então, manda buscar técnicos, operários, mestres-de-obras e construtores da Europa, principalmente portugueses, italianos e franceses, e também maranhenses, estes vindos, principalmente, para a lavoura (MONTEIRO, 1990).

Para se ter uma idéia, por fim, do luxo e do requinte vivenciados à época por uma elite exigente, basta consultar os anúncios dos comércios e dos serviços disponíveis na cidade, publicados pela imprensa local, como o Jornal do Comércio e a Revista da Associação Comercial do Amazonas (BENCHIMOL, 1994, p. 183): alimentos, bebidas, vestuários, sapatos, cosméticos, artigos de decoração e até mesmo materiais construtivos procedentes dos maiores centros mundiais. Para exemplificação, foram selecionadas algumas destas publicidades (vide fig. 25 a 32): o Bazar Amazonense recebia “por todos os vapores, novidades de Londres, Paris e



Vienna.”; a Casa de Modas e Confecções Au Bon-Marché, também “por todos os vapores”, recebia “as ultimas criações em chapéus para senhoras, moças e meninas”; a Joalheria Riche comercializava, dentre outros produtos, “brilhantes, pedras e perolas finas”; a Perfumaria Universal, “por todos os vapores”, recebia artigos de perfumaria, toucador e barbearia; nos Bilhares dos Remédios, consumia-se frutas importadas “tanto da América como da Europa”, na Casa Sotto Mayor comprava-se “telhas marselezas”, além de “soleiras, degrãos, lagedo e bordaduras de Lisboa”; o Hotel Restaurant Français divulgava seus cômodos iluminados a luz elétrica; e o Grande Hotel Cassina oferecia “os mais finos e exquisitos vinhos de mesa, licores, águas e champagnes, assim como as mais raras conservas do paíz e do estrangeiro”.

Tomando-se por base, portanto, os conteúdos e as imagens desses anúncios publicitários, além dos relatórios e álbuns oficiais de diversas administrações, tem-se a impressão de que a cidade estivesse envolta por uma aura de fausto, de riqueza, de perfeição, contudo esta divulgação é seletiva e manipulada, escamoteia a realidade e é responsável pela construção do mito da Belle Époque, ao qual muitos, até hoje, ainda incorrem. É preciso, portanto, desmistificá-lo, esclarecendo que foi um processo excludente, não atingindo a totalidade do Estado do Amazonas, sequer a sua capital por inteiro, pois, nesta, beneficiou, apenas a elite e o centro, acirrando a divisão de classes (OLIVEIRA, 2003, p. 20). O centro foi o local escolhido para receber os melhoramentos, pois era esse o cenário das tão lucrativas relações comerciais, deveria, portanto, configurar-se adequadamente apresentável aos potenciais investidores e permitir a livre circulação e o acesso aos produtos e mercadorias:

Para execução dos serviços de obras públicas municipais e estaduais, (...), a prioridade são os locais onde se estabelecem as casas comerciais, isto é, os grandes estabelecimentos do comércio de importação e exportação, como também as artérias que facilitam o deslocamento para o porto da cidade, representativo de sua importância como centro dinâmico do comércio internacional e nacional. (DIAS, 2007, p. 40).

Assim, a transformação urbana processada, em nome da modernidade, configurar-se-á em edificações nobres e infra-estrutura repaginada, sobretudo no tocante às vias públicas, aterrando-se os igarapés e substituindo as velhas e toscas pontes de madeira por novas vias pavimentadas e pontes de estrutura metálica. Para tanto, assiste-se a retirada da população menos favorecida, que, antes, ali residia, estando próxima do comércio e de seu local de trabalho, deslocando-a para os subúrbios distantes e insalubres. Um exemplo aconteceu com a antiga Rua da Matriz (atual Rua Lobo D´Almada), viela suja e feia, que foi toda desapropriada, e seus moradores, a maioria operários das obras públicas, foram retirados, para ceder espaço a uma graciosa avenida (DIAS, 2007, p. 51).

Para legitimar o discurso modernizador, vêm os Códigos de Posturas, com suas normatizações sobre a conduta da sociedade, impungindo-lhe novos hábitos civilizadores, e prescrevendo a nova maneira de construir, de edificar a cidade, propondo uma homogeneidade apenas aparente, pois, como já comentado, os melhoramentos não chegaram os subúrbios, deixando a população mais carente sempre à margem das transformações.

Tudo que pudesse comprometer a ordem, a moral, os bons costumes, a família e o trabalho deveria ser erradicado. Assim, mendicância, vadiagem, prostituição, bem como as questões relativas à saúde pública serão alvo das preocupações por parte dos administradores públicos, que serão incansáveis em medidas controladoras e reguladoras, punindo os infratores com multas, prisões e, em casos mais graves, até com o recurso da reclusão “... em ambientes afastados e fechados, tais como: penitenciárias, hospitais, asilos de mendicidade, hospício e colônias agrícolas.” (DIAS, 2007, p. 121). Também havia a prática de exílio, pelo delito de vadiagem, confinando aos seringais, onde “...encontrariam ocupação e teriam garantida sua manutenção, evitando, dessa forma, que a população trabalhadora da cidade continuasse a ser importunada.” (DIAS, 2007, p. 133).

A reação da classe menos privilegiada não será, entretanto, passiva: dar-se-á, inicialmente, de forma isolada, através de protestos e de queixas,

mas tomando, posteriormente, maior organização, podendo ser comprovada através de seus impressos, como os periódicos da classe operária, e movimentos, como as greves dos estivadores e as passeatas do dia 1º de Maio pela cidade.<sup>82</sup>

Neste último aspecto, destaca-se a apropriação simbólica com que os trabalhadores tomam os logradouros freqüentados pela elite: a Praça de São Sebastião, por exemplo, que, assim como o Teatro Amazonas, jamais “...foram idealizados como espaços de expressão da cultura popular.” (COSTA, 1998, p. 71) será o ponto de partida e de chegada, respectivamente, das comemorações do dia do trabalho de 1914 e de 1920, em Manaus:

Localizada em frente ao Teatro Amazonas, ela se constitui como alternativa de apreensão da monumentalidade externa do mesmo. Não só os trabalhadores, como também outros segmentos despossuídos de Manaus, não vivenciavam esse lugar do luxo, dos chamados “barões da borracha”. Mas a bonita praça, construída à mesma época do teatro como seu complemento, tendo ao centro um monumento comemorativo da abertura dos portos do Amazonas ao mundo, por ter uma dimensão pública, era utilizada pelos trabalhadores para manifestarem-se contra o patronato local. (COSTA, 1998, p. 70).

A represália, entretanto, fazia-se sentir, calcada na legislação vigente à época: “O Código Penal de 1890 considerava a greve, com manifestações de violência, com crime.” (COSTA, 1998, p. 91), daí o caráter “pacífico” de muitas dessas manifestações, buscando “...estabelecer uma diferenciação entre o trabalhador e a marginalidade urbana que nesse momento apareciam de forma indissociável. Era preciso livrar-se da imagem de desordeiro.” (COSTA, 1998, p. 90).

---

<sup>82</sup> Para uma maior abordagem sobre o assunto, consultar: COSTA, Francisca Deusa Sena da. Os Trabalhadores e a Cidade. e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Escrevendo a Própria História. In: Amazônia em Cadernos, no. 04, out., 1998. Manaus: EDUA.

**Bazar Amazonense**

RUA DOS BARÉS, N.º 1  
Caixa postal n.º 222 End. telegr.: BAZAR  
MANAOS

CAMISARIA E CHAPELARIA  
DE PRIMEIRA ORDEM

Recebe por todos os vapores, novidades  
de LONDRES, PARIS e VIENNA

AVIAMENTOS PARA ALFAIATE  
ARTIGOS DE BAZAR

Tem constantemente um bello sortimento de  
**IMAGENS**  
DE TODAS AS INVICAÇÕES

Casa de confiança, a  
**Bazar Amazonense**  
foi estabelecido em 1906, por seus  
actuaes proprietarios.

**DOMINGOS DE MATTOS & C.ª**

25

**AU BON-MARCHÉ**  
CASA DE MODAS E CONTECÇÕES

CHIC ELEGANCIA

**ATTENÇÃO!!**  
Por todos os vapores,  
esta casa recebe as últi-  
mas creações em cha-  
peus para SENHORAS,  
MOÇAS e MENINAS.

**ESPARTILHOS**  
A nossa pratica d'esta  
cidade nos tem permit-  
tido esoeher unieamente  
modelos d'espartilhos  
propios para este clima.

TAPETES ENXOVAES para noivas

Grande Sortimento em ROUPAS BRANCAS

Visite a nossa casa—67, Rua Municipal, 67—MANAOS  
CASA FUNDADA EM 1906

26



**JOALHERIE RICHE**

BRILHANTES, PEDRAS  
E PEDRAS FINAS

BRONZER  
ELECTRO-PLATE  
CRISTOFFLE  
PRATARIA e ESTOJOS

COMPRASE OURO,  
PRATA, MOEDAS  
e PEDRAS FINAS

ESPLENDIDO  
SORTIMENTO de ARTIGOS  
PROPIOS  
PARA PRESENTES

**Krause, Irmaos & C.ª**

Teleg. KRAUSE Telephone, 184  
CAIXA NO CORREIO, 430

27

**Perfumaria**

DE  
**Universal**  
ARTHUR GUIMARÃES & C.ª

Unica casa especialista em perfumarias  
e objectos para toucador

COMPLETO SORTIDO PARA BARBEARIAS  
Leques e novidades

Os maiores importadores de artigos para Carnaval

Esta casa recebe novidades  
por todos os vapores,  
e vende por preços sem competencia

Rua Henrique Martins, 16  
MANAOS

28

Fig. 25 a 28 – Anúncios publicitários de comércios e de serviços em Manaus no início do Século XX. Fonte: Anuario de Manaus 1913-1914.

## BILHARES DOS REMEDIOS

BOTEQUIM, LEITARIA E BILHARES

Montados com aprimorado gosto

NO

PAVILHÃO DO MERCADO Portas Q. e R.

CAIXA POSTAL N.º 50-A



LEITE GELADO E QUENTE  
A QUALQUER HORA  
DEPOSITO PERMANENTE  
DE GELO  
ESTA CASA POSSUE O SALÃO  
DE BILHARES  
MAIS AREJADO  
E VENTILADO  
DE MANAOS  
IMPORTAÇÃO DIRECTA  
DE FRUCTAS  
NO FRIGORIFICO  
TANTO DA AMERICA  
COMO DA EUROPA

AMABILIDADE, GENILEZA E ASSUEIO

É a divisa da casa

## CORRÊA DE ARAUJO

Manaos

29

**Hotel Restaurant Français**  
DE  
**MOYSÈS MALCA & C.ª**  
AVENIDA EDUARDO RIBEIRO, 35 E 37  
Canto de Rua Sidanka Marielo  
Caixa postal, 92-A TELEPHONE, 7  
**MANAOS**

Este estabelecimento, situado no ponto mais aprazível da cidade, em prédio novo e provido de commodos arejados, hygienicos e illuminados a luz electrica, está em condições de receber as Ex.ªs famílias e Srs. viajantes

COSINHA VARIADA E SERVIÇO DE PRIMEIRA ORDEM  
Grande concerto todas as noites Asseio e modicidade nos preços



31

## CASA SOTTO MAYOR

DE

Sotto Mayor, Ferreira & C.ª

Rua Quintino Bocayuva, 45 e 47

CAIXA POSTAL N.º 260 TELEPH. 238 TELEGR. SOTOMAYOR

Tem sempre completo sortimento de pinho branco, pinha de riga, para saalho, canoás, forro e divisões



PRANCHAS E PERNAS MANCAS DE TODOS OS TAMANHOS

FALÇAS DE VITÓRIA

Pregos, tubos de grés e tubos de ferro galvanizado. Telhas marselehas de barro e vidro, soleiras, degrãos, lagado e bordadura de Lisboa. Cal virgem e nacional, azulejos, lavatorios, latrinas, telhas de zinco, ferragens, oleos, tintas e vernizes TINTAS FINAS EM BISHNAGAS, etc.

Unicos importadores do alamedo cimento **GLOBO**

30



64

## GRANDE HOTEL CASSINA

Caixa de Correio 51

MANAOS

End. Telgr.: CASSINA

Hotel de primeira ordem, situado no mais saudavel ponto da cidade. O primeiro no seu genero.

Commodos confortaveis para familias. Serviço de restaurant sem equal.

Recebem-se encomendas de banquetes para casamentos, bailes e baptisados.

Neste estabelecimento encontram-se os mais finos e exquisitos vinhos de mesa, licores, aguas e champagnes, assim como as mais raras conservas do pais e do estrangeiro.

ACCEITAM-SE ASSIGNANTES

Os Proprietarios: **FERNANDES & C.ª**

32

Fig. 29 a 32 – Anúncios publicitários de comércios e de serviços em Manaus no início do Século XX. Fonte: Anuario de Manaus 1913-1914, exceto Fig. 32, de BENCHIMOL, Samuel. Manaós-do-Amazonas: Memória Empresarial, 1994.

### 1.3. O Período em Crise

A benesse advinda da comercialização da borracha amazônica teve curta duração, declinando a partir da década de 1910, podendo-se identificar vários fatores contribuintes:

- A extrema dependência da economia amazonense em relação à borracha não permitiu estimular o extrativismo de outros gêneros, que poderiam configurar potencialidades alternativas, mas ficaram restritos a uma exportação cotada a baixos preços e com um mínimo de beneficiamento, devido à escassez de recursos financeiros e tecnológicos (GARCIA, 1998, p. 14);
- A produção gomífera não era explorada de modo racional, gerando desperdícios, fazendo-a perder em qualidade, em quantidade e em custo para os seringais asiáticos (GARCIA, 1998, p. 14);
- A ausência da industrialização favoreceu a importação de bens de consumo que poderiam ser produzidos na região (OLIVEIRA, 2003, p. 42);
- A Primeira Guerra Mundial vai-se constituir em um agravante, pois se rompe a comunicação com o mercado europeu;

O Anuário de Manaus de 1913 a 1914<sup>83</sup> expressa os sintomas da derrocada financeira, ao recordar, inicialmente, com saudosismo, os tempos de Eduardo Ribeiro, "...a quem incontestavelmente esta terra deve os seus principais melhoramentos materiaes.", justificando-lhe, inclusive, eventuais falhas em sua administração – "...ele póde ter errado, como muitos, na difícil missão de governar um povo *desgovernado*; mas tem que aceitar-se como eficaz e proveitosa toda a sua obra,...". Nesse discurso, o ex-Governador sobressairá aos seus sucessores, que também investiram na urbanização da cidade, "...mas nenhum seguiu orientação metódica e previdente do malogrado Pensador,...".

---

<sup>83</sup> FIGUEIREDO, Heitor de (org.). Anuario de Manaus 1913-1914. Lisboa: Typographia da "A Editora Limitada", 1913, p. 05-15.



Em seguida, através de duras críticas, o Anuário aponta a carência de algumas instituições, lamenta os infortúnios causados pela crise e projeta as expectativas de um futuro incerto:

Assim é que, possuindo Manaus um Teatro luxuoso e caro, um elegante Alcazar e dois Cinemas confortáveis, carece de um hospital de isolamento digno deste nome; com um belo e suntuoso Palácio da Justiça, falta-lhe um edifício para a Escola Normal e outro para o Congresso Legislativo; e não tem uma Creche, nem uma Maternidade.

E te-los-á algum dia?...

Porque hoje toda essa febre intensa de reformas cessou. O Estado atravessa actualmente a mais terrível de todas as crises financeiras e comerciais, cujas graves consequências nem nos é lícito prever. Com o seu único produto depreciado pela concorrência, as rendas públicas diminuíram muito, desfalcando os orçamentos.

Manaus é um nanabo que anda a pedir esmola, - na frase pitoresca de um jornal fluminense. E ninguém lhe estende a mão, porque foi um perdulário, - dizem.

Mas diga-se também, como atenuante do seu passado de deslumbramentos e imprevidências, que a União lhe arrancou arbitrariamente uma boa parte do seu fértil território, no Alto Acre, - questão ainda pendente que em breve ha de ser resolvida a favor do expoliado.

E para cumulo de infortúnios, o pouco que devia restar-lhe da antiga opulência está empenhado, por setenta anos, em uma casa bancaria francesa, em condições deploráveis da mais vergonhosa agiotagem.

Pois era bem digna de melhor sorte esta generosa e hospitaleira terra!

Nova Fenix decadente e arruinada! ressurgirás tu do incêndio voraz ateado pelos desmandos do teu passado de aventuras rocambolescas?

Talvez! (...)

Oxalá nas futuras edições deste Anuário nos seja dado o prazer de confirmar o vaticínio, arquivando nesta páginas alguma melhora sensível nas tristes condições regionaes do mais vasto departamento da federação brasileira. (FIGUEIREDO, 1913, p. 12-15).

A crise financeira vai atingir seu auge nas décadas de vinte e trinta, repercutindo, diretamente, na cidade, ocasionando-lhe grandes transformações, e este panorama de decadência vai persistir até 1967, quando

o advento da Zona Franca de Manaus<sup>84</sup> injetará novos recursos à economia local.

Para tratar desse período, recorrer-se-á à obra de Oliveira<sup>85</sup> (2003), cujo objetivo é analisar a espacialidade processada em Manaus no período de 1920 a 1967, “considerado, na maioria dos estudos, como o período da cidade em crise”.<sup>86</sup> O recorte temporal evidencia dois marcos históricos: o primeiro resulta do apogeu e do declínio da comercialização da borracha amazônica, ao passo que o segundo assinala a criação da Zona Franca de Manaus e de seu Distrito Industrial, ambos repercutindo, significativamente, em modificações na paisagem urbana<sup>87</sup>.

Nesse contexto, será assinalada a importância dos sujeitos sociais produtores desses espaços, evidenciando que a análise da cidade extrapola a mera aparência formal, a função, a técnica de construção, mas precisa considerar o modo como seus moradores relacionam-se com a mesma, a apropriação, o significado assumido nos imaginários coletivo e individual: “A cidade é produto das relações sociais que se espacializam como resultado do modo de ser de uma sociedade em espaços-tempos específicos.” (OLIVEIRA, 2003, p. 30)

Contudo as políticas públicas adotadas, em sua maioria, desprestigiam as massas populares, em um processo excludente no tocante ao direito à cidade, à apropriação e produção do espaço urbano, como se observará nas passagens a seguir.

### **1.3.1. O Direito à Cidade**

---

<sup>84</sup> A Zona Franca de Manaus foi criada a partir da Lei 3173, de 06 de junho de 1957, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek.

<sup>85</sup> OLIVEIRA, José Aldemir de. Manaus de 1920-1967: A Cidade Doce e Dura em Excesso. Manaus: Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, 2003, ibidem, p. 18.

<sup>87</sup> OLIVEIRA, 2003, loc. cit.



Com a cessão dos lucros, pela crise da borracha, muitas famílias deixaram Manaus, buscando melhor sorte em outros Estados, abandonando seus imóveis:

Em 1913, existiam, somente no centro de Manaus, mais de 2500 casas abandonadas, o que representaria umas 20000 pessoas a menos. A população passava necessidades por falta de recursos e de gêneros, chegando a se cotizar para sobreviver. Milhares de pessoas abandonaram o Amazonas sem nada.<sup>88</sup>

Entretanto há um inchaço populacional advindo do interior, com a migração de trabalhadores dos seringais falidos, que, não podendo retornar aos seus lugares de origem, estabelecer-se-ão, em condições precárias, à beira dos igarapés e nas periferias, acirrando os contrastes sociais:

...somente em 1922, chegaram cerca de 10 mil migrantes vindos da zona rural especialmente dos vales do Madeira, Purus e Juruá considerados rios seringueiros, agravando ainda mais o problema da habitação. Acrescente-se a isso o fato da diminuição do número de construções na cidade de Manaus que perdurava desde a década de dez.”<sup>89</sup>

Neste mesmo período surge a cidade flutuante (fig. 33 e 34), instalando-se na entrada da cidade e estendendo-se para a foz do Igarapé de Educandos, a sudeste, conferindo-lhe um triste cenário, não apenas do ponto de vista estético, mas social. As demais moradias populares, na década de vinte, situavam-se a norte (Bairro da Matinha), a leste (da Praça 14 ao Boulevard Amazonas, incluindo o Bairro da Cachoeirinha) e a sudoeste (Bairro de São Raimundo).

---

<sup>88</sup> LOUREIRO, Antonio José Souto. Dados Históricos da Evolução e Crescimento de Manaus. In: INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS. 332 Anos de Manaus – História e Verdade. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado, 2001, p. 98.

<sup>89</sup> OLIVEIRA, 2003, p.82.



Fig. 33 e 34 – Imagens da cidade flutuante, em Manaus.  
 Fonte: Postais da Revista A Favorita, Manaus.

A classe mais abastada vai concentrar-se na área sudeste (Praça dos Remédios, Avenida Joaquim Nabuco, seguindo, a leste, pela Avenida Sete de Setembro até a segunda ponte no alto da Eduardo Ribeiro, na rua 24 de Maio e ao norte até a Praça São Sebastião), tendo suas chácaras a nordeste (Vila Municipal).<sup>90</sup> Atualmente é possível, nesses logradouros, identificar-lhes alguns ícones isolados deste período e verificar o contraste entre a suntuosidade dos casarões, verdadeiros palacetes, se comparados às demais construções da cidade. Lamenta-se, entretanto, que alguns encontrem-se em situação de abandono, degradando-se a olhos vistos, no aguardo de possíveis compradores ou à mercê da própria sorte. É o caso, por exemplo, do antigo Palacete Nery, belíssimo exemplar do neoclássico manauara, datado de 1899, sito à confluência da Rua dos Andradas com a Avenida Joaquim Nabuco.

As desigualdades também irão manifestar-se nos melhoramentos urbanos, como ocorre nos anos vinte, com a recuperação de várias praças, a introdução do asfalto, em 1923 e a experimentação de materiais alternativos para o calçamento macadâmico, buscando valorizar as pedras da região, de menor custo. Entretanto estas ações vão restringir-se ao centro.<sup>91</sup>

Acrescente-se a atitude mais delicada do processo político, na ocasião, reportando-se à retirada dos hansenianos do centro, livrando a sociedade de sua presença inconveniente, contando com o apoio do comércio local, que

<sup>90</sup> OLIVEIRA, 2003, p.90.

<sup>91</sup> OLIVEIRA, 2003, p. 106-108.

facilitou a construção do refúgio, localizado entre a Cachoerinha e a Vila Municipal, próximo à Linha de Tiro.<sup>92</sup>

A oferta de habitações planejadas também priorizava determinados segmentos, como os funcionários públicos, muitas vezes apadrinhados por políticos, enquanto a população mais necessitada recebia, apenas, materiais de construção, como madeira e palha.<sup>93</sup>

Semelhante ocorrência percebia-se na questão fundiária, “...transformando a terra rural antes pública em latifúndios urbanos que se tornam sítios, banhos, chácaras nos arrabaldes da cidade, transformando a terra em instrumento de especulação e acumulação.”<sup>94</sup>. A cessão de terras a particulares acontecia em no sentido dos vetores de crescimento da cidade, enquanto a população mais carente era cada vez mais afastada do centro, em áreas desvalorizadas.<sup>95</sup>

Em 1965 promove-se a retirada dos flutuantes dos igarapés da cidade, sob responsabilidade da Capitania dos Portos, que os considerava empecilhos à navegação:

Todas as casas da cidade flutuante foram retiradas e aqueles moradores com maior poder aquisitivo foram transferidos para os Conjuntos Residenciais de Flores e da Raiz que foram construídos com recursos do BNH – Banco Nacional da Habitação – para receber os moradores. Todavia a maioria recebeu apenas uma pequena ajuda, autorização para desmanchar a casa flutuante e um meio de transporte para transferir o material para construir um barraco em outro local da cidade.<sup>96</sup>

Estes episódios confirmam o poder público como o grande regulador social, com sua estratégia política segregacionista e clientelista, ao afastar as camadas mais populares, destinando-as às distantes periferias, áreas menos

---

<sup>92</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 127.

<sup>93</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 84.

<sup>94</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 85.

<sup>95</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 85-88.

<sup>96</sup> OLIVEIRA, 2003, p. 81.

valorizadas. Buscava-se preservar a homogeneidade aparente do centro, cenário da modernidade e exclusivamente para usufruto da elite:

Os pobres da cidade eram ninguém, seus rostos queimados pelo sol e suas mãos calejadas pelo manuseio de pedras e tijolos das grandes construções, seus corpos impregnados do odor da borracha não contam na espacialização da cidade. Eles eram os outros, e a cidade moderna não tinha lugar para eles.<sup>97</sup>

### 1.3.2. Evolução Urbana

Outro aspecto a ser analisado, no período em estudo, é a expansão urbana, que vai avançar, em muito, os limites do núcleo histórico original da cidade, já na década de vinte:

a cidade se estendia para o norte até o Boulevard Amazonas, penetrando na parte do centro-norte através da estrada de Flores que era a continuidade da avenida Constantino Nery até o terminal da linha de bonde no lugar Bom Futuro; a nordeste, a Vila Municipal (...). Daí se estendia à estrada do Parque 10; a leste, o bairro da Cachoeirinha até o tributário do igarapé do mesmo nome na altura da rua Maués; a sudeste iniciava-se o processo de ocupação do bairro de Educandos e a sudoeste o de São Raimundo.<sup>98</sup>

Não houve significativas alterações na malha urbana da década de trinta (fig. 36), em relação ao decênio anterior, exceto pela expansão norte, com a construção do balneário do Parque Dez, e a sudeste, com o bairro de Educandos, cuja ocupação foi favorecida pela construção de uma ponte, interligando-o ao bairro da Cachoeirinha, e pela abertura da estrada da Colônia Oliveira Machado.<sup>99</sup>

Na década de quarenta, com o aeroporto e a refinaria de Manaus (fig. 45 e 46), estende-se a malha urbana para sudeste e adjacências.<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 135.

<sup>98</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 90.

<sup>99</sup> OLIVEIRA, 2003, p. 92-97.

<sup>100</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 97.

A espacialidade urbana na década de cinqüenta (fig. 37) vai ser modificada, principalmente, pela ampliação de sua rede viária, para viabilizar o transporte coletivo e o tráfego dos automóveis, correspondendo, assim, às demandas internas de circulação, com o aeroporto, a fábricas de beneficiamento de produtos extrativos e a construção da refinaria, mas também para acompanhar a conjuntura nacional, com a implantação da indústria automobilística no país, e a adequação deste ao capitalismo internacional, exigindo nova forma de produção do espaço urbano.<sup>101</sup>

São exemplos, desse processo, a construção de pontes, como a Presidente Dutra (interligando o Boulevard Amazonas ao bairro de São Raimundo, fig. 47), a dos Bilhares (interligando os bairros de São Geraldo e São Jorge), ambas sobre o Igarapé da Cachoeira Grande. Acrescente-se, no mesmo período, a segunda ponte interligando os bairros da Cachoeirinha e Constantinópolis.<sup>102</sup>

O bairro da Cachoeirinha foi beneficiado, também, com serviços de aterro de vales, arruamento e pavimentação, incluindo a abertura da Rua Ramos Ferreira, permitindo novo acesso ao centro da cidade.<sup>103</sup>

Contudo, o projeto mais significativo, no contexto da expansão da malha urbana, foi o planejamento, em 1955, no Governo de Plínio Coelho, da estrada Grande Circular, que à época, não foi construída em toda a sua extensão, mas concluída posteriormente.<sup>104</sup>

A partir da criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, os limites urbanos ampliaram-se, como se pode analisar a partir da planta da cidade de 1968 (fig. 38):

...ao sul, o rio Negro; expandindo-se para o norte, para além do Boulevard Amazonas, através da avenida João Coelho, segue-se

---

<sup>101</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 123-124.

<sup>102</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 98-99.

<sup>103</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 99.

<sup>104</sup> OLIVEIRA, 2003, p. 99, 101.

o bairro da Chapada. Ainda ao norte, a área contígua ao Mocó por trás do Parque Amazonense surgem o bairro de Jardim Amazonas; a leste, Adrianópolis; a nordeste, a rua Recife seguindo até o Parque 10 de Novembro, daí avançando para o norte até alcançar a estrada dos Franceses onde encontra a avenida João Coelho, entroncamento no qual se iniciava a estrada Manaus-Itacoatiara; a leste, os bairros de São Francisco, Petrópolis e a estrada do Aleixo; a sudeste, os bairros de São Lázaro, Colônia Oliveira Machado e o aeroporto Ponta Pelada; a oeste, os bairros de São Jorge, estendendo-se à estrada da Ponta Negra; a sudoeste os bairros de Santo Antônio e São Raimundo.<sup>105</sup> (OLIVEIRA, 2003, p. 94, 95).

---

<sup>105</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 94-95.

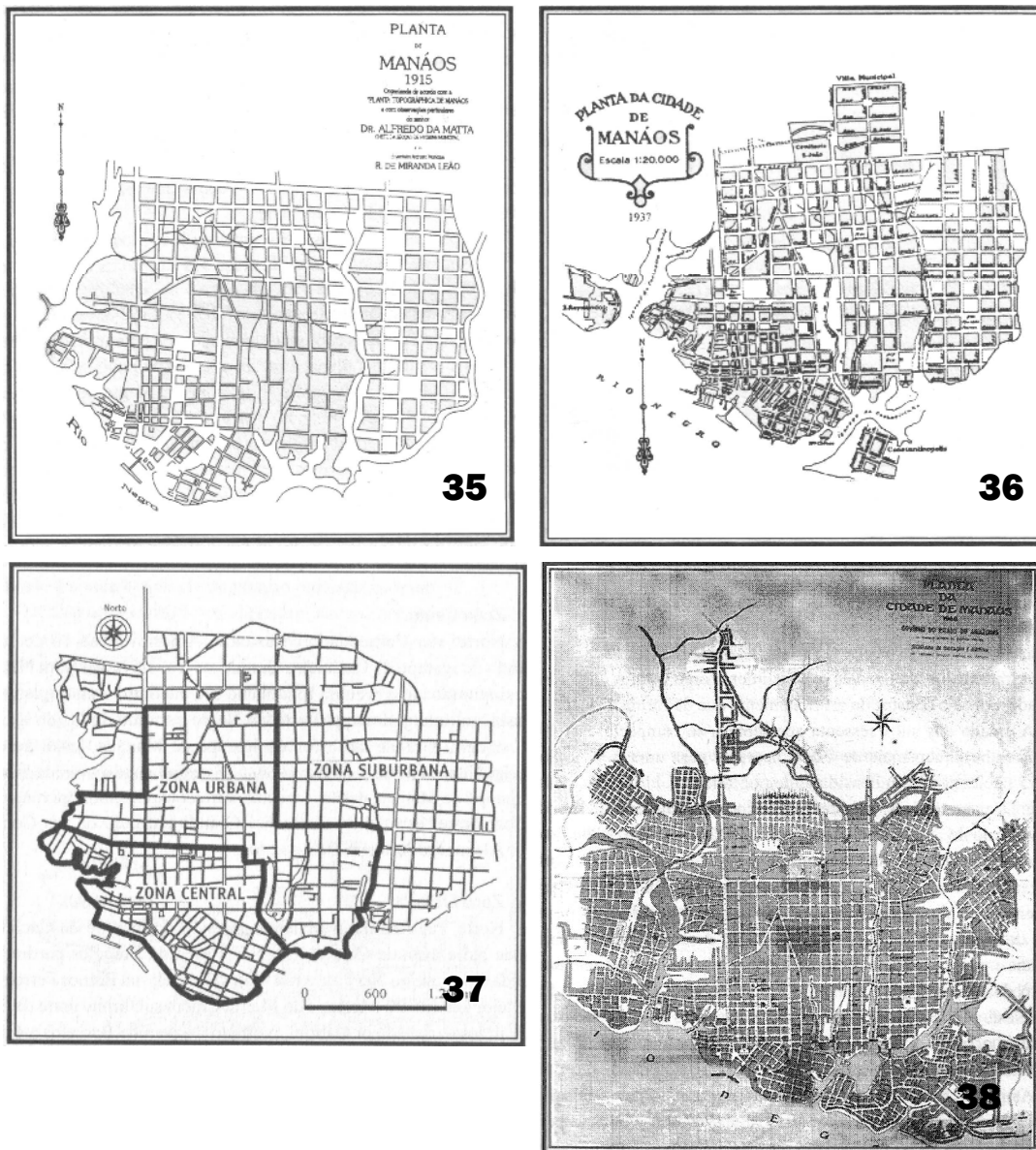


Fig. 35 a 38 – Mapas de Manaus, respectivamente, dos anos de 1915, 1937, 1951 e 1968, permitindo visualizar a expansão territorial da cidade. Fonte: OLIVEIRA, José Aldemir de. Manaus de 1920-1967: A Cidade Doce e Dura em Excesso, 2003.

### 1.3.3. Melhoramentos Urbanos

No início do século XX, os serviços públicos (transporte, água, luz, telégrafo e porto) eram terceirizados e explorados por empresas estrangeiras, mas não primavam pela qualidade, gerando freqüentes críticas por parte da população. Com o agravante da crise nas finanças públicas, o Governo do Estado, a quem competia a conservação da cidade, transfere a responsabilidade para o Município.

Os melhoramentos urbanos mais significativos no período em estudo vão-se reportar a situações pontuais, envolvendo a coleta de lixo, os logradouros públicos e o sistema de transportes.

A coleta de lixo, até 1926 realizada por carroças movidas a tração animal, passa, então, a dispor de caminhões adaptados. Tem-se, também, a primeira referência à reciclagem dos resíduos sólidos, cogitando-se a possibilidade de aproveitamento como adubo para projetos agrícolas.<sup>106</sup>

O tratamento dos logradouros públicos tem destaque em dois momentos: no final da década de vinte, com a administração de Araújo Lima (1926-1929), valorizando as praças do centro, tratando de seus parques e jardins, erguendo o Relógio Municipal na avenida Eduardo Ribeiro, além de criar, em 1928, o Bosque do Tarumã e redimensionar o Bosque Municipal<sup>107</sup>. Na década de trinta, a Administração de Antônio Botelho Maia, citem-se a criação do Balneário do Parque 10 de Novembro, o Aviaquário Municipal, o Horto Florestal e o Castanhal de Manaus na área leste da cidade.<sup>108</sup>

---

<sup>106</sup> OLIVEIRA, 2003, p. 117-122

<sup>107</sup> Contemplando o Álbum Municipal de Manaus de 1929 (fig. 39 a 44), verifica-se a grande preocupação com o paisagismo da cidade, com suas praças e parques à semelhança dos traçados dos jardins ingleses e franceses e bem servidos de equipamentos, como canteiros, fontes, espelhos d'água, mirantes e estátuas.

<sup>108</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 105.





39



40



41



42



43



44

Década de 20: A preocupação paisagística na administração do Prefeito Araújo Lima. Fig. 39 – Vista da atual Praça Heliodoro Balbi. Fig. 40 – Vista da Praça dos Remédios. Fig. 41 e 42 – Vistas da Praça da Matriz. Fig. 43 e 44 – Panorama geral e vista de bangalô no Parque do Tarumá. Fonte: CD-ROM Album Municipal de Manaus, elaborado na administração do prefeito Araújo Lima, 1929 (Acervo do MISAM).

O sistema de transportes é marcado, ao final da década de trinta, com o surgimento dos primeiros ônibus urbanos, atendendo, inicialmente, aos bairros Cachoerinha e Educandos, ampliando-se para demais áreas, posteriormente. Até o momento, a cidade só dispunha dos bondes, principal meio de transporte,

e das catraias, que seguiam pelos igarapés, acessando os bairros de São Raimundo e Educandos.<sup>109</sup>

O serviço de bondes decaiu ao final da década de quarenta, sendo encampada a empresa responsável.<sup>110</sup>, saindo, definitivamente, de circulação, ao final dos anos cinquenta, predominando os ônibus (fig. 47 e 48) e as kombi-lotação. O Governo, na ocasião, cria uma empresa de transporte de ônibus, a Transporte Amazonas, desativada na década de sessenta.<sup>111</sup>. As catraias, entretanto, permanecem como alternativa, concorrendo com os ônibus por praticarem um preço 50% mais acessível.<sup>112</sup>

Ainda no tocante a transportes, instala-se o Aeroporto de Ponta Pelada (fig. 46), em 1945, e o Plano Rodoviário do Estado, em 1949, “...que contemplava o arruamento da cidade e a abertura e/ou melhoramento de estradas em áreas próximas da cidade de Manaus.”<sup>113</sup>



Década de 40: Fig. 45 e 46 – Refinaria de Petróleo (Copam) e Aeroporto de Ponta Pelada.  
Fonte: Postais da Revista A Favorita, Manaus.

<sup>109</sup> OLIVEIRA, 2003, p. 142-144.

<sup>110</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 142.

<sup>111</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 115.

<sup>112</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 142.

<sup>113</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 97.



Década de 50: Fig. 47 – Ônibus sobre a Ponte Presidente Dutra, interligando o Boulevard Amazonas ao Bairro de São Raimundo. Fig. 48 – Ônibus tipo “zeppelin”, trafegando na Avenida Sete de Setembro, à altura do Colégio Estadual do Amazonas. Fonte: Postais da Revista A Favorita, Manaus.

#### 1.3.4. Contornando a Crise

As tentativas do governo central em reverter a crise, incentivando recursos à produção da borracha, serão vãs e não se concretizam.

Um surto de desenvolvimento vai acontecer na Segunda Guerra Mundial, pois a borracha amazônica é novamente valorizada, com o bloqueio de comunicação com os seringais asiáticos, entretanto este período “...foi efêmero e passageiro e pouco contribuiu para a superação da estagnação econômica e o tão esperado progresso novamente não chegou.”<sup>114</sup>

Mas, em termos de economia, é da década de trinta que a crise da borracha atinge seu ápice, justificando a estratégia do Governo do Estado em buscar alternativas no extrativismo de outros produtos. Assim, surge a Vila Amazônia, em Parintins, colônia dos imigrantes japoneses, onde se funda a Companhia Industrial Amazonense S.A., de beneficiamento da juta.

Com a Segunda Guerra Mundial, entretanto, extingue-se a Vila Amazônica, pelas restrições feitas aos japoneses, mas, àquela altura, a cultura da juta estava disseminada nas áreas do médio e baixo Amazonas.<sup>115</sup>

<sup>114</sup> OLIVEIRA, 2003, p. 53.

<sup>115</sup> OLIVEIRA, 2003, p. 51-52.

O término do segundo conflito mundial vai assinalar o desinteresse externo pela borracha, cuja produção será direcionada a atender as indústrias paulistas de pneumáticos.<sup>116</sup>

Como medida emergencial, cite-se o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criando a Amazônia Legal, a ser favorecida, durante vinte anos, pela União, Estados e Municípios, que lhe destinariam 3% de sua renda tributária.<sup>117</sup>

A recuperação econômica só vai efetivar-se, entretanto, com a instalação da Zona Franca de Manaus e de seu Pólo Industrial, alavancando o turismo de compras.

### **1.3.5. Análise do Período em Crise**

Analisando o processo evolutivo da cidade de Manaus no período de 1920 a 1967, percebem-se várias situações que comprovam a ausência de um planejamento urbano:

- Abandona-se a tipologia do traçado em tabuleiro xadrez, padrão adotado no período áureo da borracha, gerando uma composição desordenada, à mercê dos acidentes geográficos, tal como se procedeu na ocupação inicial, há mais de três séculos. A ponte consagra-se, nesse contexto, como o equipamento vital para a expansão urbana:

No período de 1920 a 1967, as políticas públicas, conforme o urbanismo adotado, são assinaladas pelo espontaneísmo, sendo criados bairros sem o mesmo planejamento adotado anteriormente e, em decorrência, é possível identificar o arruamento que se conforma à topografia dos lugares sem as linhas retas e a simetria que caracterizaram a paisagem urbana anterior.<sup>118</sup>

---

<sup>116</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 57.

<sup>117</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 60-62.

<sup>118</sup> OLIVEIRA, 2003, p. 128.

- Predomina a ocupação orientada de costas para o rio, confinando a cidade a um aglomerado de construções, carentes de áreas verdes, de logradouros públicos que permitissem escapar desse caráter insalubre, dificultando as relações sociais. Praças e parques, quando construídos ou reformados, buscavam pretensões estéticas, visando manter o padrão da Belle Époque:

A preservação de áreas verdes, por exemplo, só aparece esporadicamente como preocupação pontual de alguns administradores da cidade e, nestas, as praças têm uma dimensão exclusivamente estética. As referências à construção de parques no perímetro urbano são escassas, pois eram construídos ou planejados nos arrabaldes da cidade, sendo exceção o Seringal Mirim, que não foi uma iniciativa do poder público, mas da Associação Comercial do Amazonas a partir da idéia de Cosme Ferreira Filho.<sup>119</sup>

- Degrada-se o aparelhamento urbano, com suas construções e equipamentos, pela restrição de investimentos em decorrência da crise financeira, principalmente a partir da década de trinta. Mas o fenômeno mais avassalador para a destruição do patrimônio histórico será o advento da Zona Franca, pois a cidade mais uma vez não se planejou para assumir a nova vocação comercial. Assim, os estabelecimentos instalaram-se no Centro Antigo, sem haver nenhum tipo de orientação quanto à adaptação dos prédios ao novo fim, gerando as problemáticas tratadas no Capítulo 01, de descaracterização das fachadas pela comunicação visual, pela supressão de elementos, principalmente de esquadrias, concedendo maior visibilidade e acesso dos clientes aos produtos, dentre outras situações. Vide figura abaixo:

---

<sup>119</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 101.





Fig. 49 – Aspecto do Centro de Manaus, nos primeiros anos de implantação da Zona Franca. Fonte: Diapositivo de Robério Braga (Acervo do MISAM).

- As intervenções urbanísticas, em sua maioria, foram pontuais e emergenciais, carecendo de qualidade e de um planejamento mais abrangente, principalmente no que se refere à expansão urbana. Como resultado, tem-se a proliferação de assentamentos informais:

Aceita-se simplesmente o curso dos acontecimentos como contingencial e inevitável, o que parece torná-lo inquestionável, o que garantiria a dimensão política à espacialização da cidade. (...). Percebe-se que as políticas públicas eram de curtíssimo prazo e davam conta da resolução dos problemas da cidade e/ou pessoais, não aplicando um plano capaz de solucionar problemas coletivos, articulado a um planejamento preventivo, capaz de pensar a cidade para além do aqui e do agora.<sup>120</sup>

- Acentua-se o problema centro e periferia, registrando, na conformação urbana, as desigualdades sociais.

Mas a principal conclusão extraída do período é a situação de comodismo frente aos acontecimentos, de soluções paliativas, incapazes de pensar no que está por vir, preferindo, a elite, aguardar, passivamente, as intervenções por parte do Governo Nacional:

<sup>120</sup> OLIVEIRA, 2003, p. 128.

Essa talvez seja a principal característica da temporalidade e espacialidade amazônicas, a espera. (...). Aqui se está sempre à espera das migalhas que se possam vir dos de fora. Isso decorre do espaço-tempo da Amazônia caracterizar por um processo que não se conclui, ações que não chegam ao fim.<sup>121</sup>

---

<sup>121</sup> OLIVEIRA, 2003, p. 53.

## Capítulo 02 – A Situação do Patrimônio Histórico em Manaus

### A Situação do Patrimônio Histórico em Manaus

Após o resgate histórico da configuração urbana e arquitetônica da cidade de Manaus, faz-se necessário contextualizar o leitor a respeito da situação do patrimônio local na atualidade.

Inicialmente serão apresentadas as várias modalidades deste conjunto maior denominado Patrimônio Cultural, no qual se insere o Patrimônio Histórico Edificado, objeto de estudo desta pesquisa, apontando que, deste diversificado e incomensurável repertório, somente poucos bens são tidos como oficiais, através do instrumento do tombamento. Tratar-se-á, ainda, sobre a origem efetiva de uma conscientização política para a preservação do patrimônio no país, através da organização do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Em seguida, serão apresentados os bens oficiais da cidade de Manaus, nas três instâncias de poder, analisando-lhes a legislação patrimonial referente, observando a relevância destes para a sociedade local e as estratégias de preservação a eles dispensada.

Por fim, serão considerados os diversos posicionamentos assumidos pela sociedade no tocante à preservação de seu patrimônio histórico, buscando refletir sobre seus argumentos e identificar posturas mais coerentes.



## 2.1. Patrimônio Cultural e suas Subdivisões

Para introduzir a discussão sobre patrimônio histórico edificado, objeto de estudo do presente trabalho, são necessários alguns esclarecimentos e conceitos preliminares, buscando situá-lo como modalidade ou parte integrante de um contexto maior e abrangente – o patrimônio cultural.

Observando o caso brasileiro, percebe-se que o termo “patrimônio cultural” é definição recente e posterior mesmo às tentativas e ações primordiais de eleição e de proteção aos seus bens. Em 1936, o escritor Mário de Andrade, à época diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, atendendo pedidos do então ministro da Educação Gustavo Capanema, elaborou um projeto que tratava do Patrimônio Artístico Nacional, definindo-o como: “(...) todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.” (apud LEMOS, 2004, p. 38). O termo utilizado, “arte”, assume uma significação ampla, incluindo as obras, em sua maioria, de interesse eminentemente estético, mas também se reporta à produção artesanal.

Anteriores a este projeto, houve tentativas de salvaguardar o patrimônio, principalmente através de leis estaduais, mas ineficazes por serem inconstitucionais, no tocante a propriedades particulares (BRAGA, 2003, p. 14).

Em 1937, o projeto do escritor inspira a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que já distingue os bens históricos dos bens artísticos. Para sua direção, elegeu-se Rodrigo Mello Franco de Andrade, cuja gestão (de 1937 a 1967) ficou conhecida como “fase heróica” (BRAGA, 2003, p. 14).

No final do mesmo ano, após o golpe político de Getúlio Vargas, surge o Decreto-lei No. 25, de 30 de novembro de 1937, organizando o primitivo

SPHAN e definindo, oficialmente o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como sendo:

...o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". (BRASIL. Decreto-Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937, Art. 1º.)<sup>61</sup>

Esta mesma legislação vai reconhecer que, deste vasto e incomensurável repertório, somente poucos são privilegiados com o instrumento do tombamento, ou seja, são registrados oficialmente e reconhecidos como tal, incidindo-lhes a proteção legal. Este procedimento deverá ser imediato, logo após a identificação dos bens considerados referenciais para a memória de uma sociedade, e sua grande importância consiste no poder de polícia que a repartição competente passa a exercer sobre os mesmos (CURTIS, 1981, p. 16).

A indicação dos bens a serem tombados pode ser realizada por qualquer cidadão (pessoa física ou jurídica), bastando, para tanto, formalizar sua solicitação ao órgão competente, dentro dos três níveis de poder: municipal, federal ou nacional<sup>122</sup>.

Com a abertura do processo, inicia-se a avaliação técnica preliminar, submetendo-a à deliberação pelos órgãos responsáveis pela preservação. O resultado, se favorável ao tombamento, será comunicado ao proprietário através de notificação, reservando-lhe o direito de manifestar-se. Este procedimento já protege, legalmente, o bem, até a decisão final.

O processo termina com a inscrição do bem no Livro do Tombo e comunicação formal aos proprietários. Para os bens tombados a nível federal, o registro é efetuado em um dos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio

---

<sup>6122</sup> "O Tombamento pode ser feito pela União, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Governo Estadual, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado ou pelas administrações municipais, utilizando leis específicas ou legislação federal." (BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O que é Tombamento? Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em: 13 dez. 2005).

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dependendo de sua modalidade. Por fim, publica-se o novo registro no Diário Oficial, para conhecimento por parte de toda a sociedade.

Vale destacar que o bem pode ser tombado como uma unidade isolada, no todo ou em parte, e também em conjunto, ampliando o conceito para Patrimônio Ambiental Urbano, esta última possibilidade devendo ser observada como favorável à preservação, por contribuir para a compreensão do contexto original do qual fazem parte as construções e monumentos, o relacionamento destes com seus envoltórios, com a cidade propriamente dita.

No caso do patrimônio material, os bens culturais são classificados segundo sua natureza, separada ou agrupadamente, em um dos quatro Livros do Tombo (posteriormente, neste mesmo capítulo, serão indicados os bens tombados pelo IPHAN, em Manaus, com suas referidas classificações):

Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º. do citado art. 1º<sup>6123</sup>.

Livro do Tombo Histórico – as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica.

Livro do Tombo das Belas-Artes – as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira.

Livro do Tombo das Artes Aplicadas – as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.<sup>6124</sup>

Retomando o histórico da configuração do patrimônio no país, verifica-se que, somente na Constituição de 05 de outubro de 1988<sup>6125</sup>, surgem a denominação e a definição do termo Patrimônio Cultural:

---

<sup>6123</sup> Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana. (Art. 1º., §2º.)

<sup>6124</sup> BRASIL. Decreto-Lei No. 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:<<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em: 13 dez. 2005.

<sup>6125</sup> Disponível em: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) (site oficial do IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Artigo 216º – Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

*V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico.*

Percebe-se, portanto, que a legislação vincula o patrimônio a diversos interesses - artísticos, históricos, estéticos, ora de cunho coletivo, ora de caráter excepcional, buscando atender à amplitude de manifestações deste grande repertório.

Posteriormente nova categoria é implementada ao Patrimônio Cultural, através do Decreto No. 3551 de 04 de agosto de 2000 – trata-se do patrimônio imaterial, definido como:

...as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes serão associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.<sup>6126</sup>

Assim como para o patrimônio material, os bens imateriais são agrupados por categoria e registrados em livros, classificados em: Livro de Registro de Celebrações, para os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão, para as manifestações artísticas em geral; e Livro de Registro dos Lugares, para mercados, feiras, santuários, praças, onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.

---

<sup>6126</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>> Acesso em: 30 jan. 2006.

Esta classificação foi um grande avanço para a preservação da memória coletiva, pois atribuiu, aos bens intangíveis, o reconhecimento oficial e a proteção legal, confirmando que a abrangência do sentido da palavra cultura não se reporta, apenas, ao materializável, mas congrega outras expressões: a língua, o folclore, o conhecimento, a música, a dança, etc.

É importante esclarecer, independentemente do tipo de bem patrimonial – material ou imaterial -, que o recurso do tombamento não garante sua efetiva proteção, mas é condição indispensável para reconhecê-lo como parte integrante de um acervo oficial e atribuir-lhe o respaldo legal. Aliado às demais legislações patrimoniais e estratégias de preservação, precisa de ampla divulgação, esclarecendo, aos diversos segmentos da sociedade, além de seus objetivos, os benefícios deles advindos, inclusive os incentivos monetários, como descontos e, em alguns casos, até mesmo isenção total do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), podendo auxiliar na manutenção ou na conservação dos imóveis.

## 2.2. Bens Tombados e Legislação Patrimonial de Manaus

Do primeiro imóvel da cidade de Manaus a ser tombado, o Teatro Amazonas, registrado no Livro Histórico em 1966, e o seu conseqüente, o Reservatório do Mocó, registrado no Livro das Belas-Artes e no Livro Histórico, em 1985, ambos na esfera nacional<sup>6127</sup>, percebe-se haver um hiato de quase duas décadas. Várias razões podem ser atribuídas ao caso<sup>6128</sup>, como:

- desconhecimento acerca do repertório edificado de Manaus – as ações do SPHAN (ainda Superintendência), na Região Norte, concentravam-se em Belém, que sediava a 1ª. Diretoria Regional;
- desconhecimento da historiografia local, resultante de ausência de produções e de compreensão da Amazônia como um universo diferenciado, assim como as demais regiões do país;
- valorização do barroco e do neoclássico, em detrimento do eclético, este, por muitos, não sendo considerado estilo, por consistir em uma miscelânea de linguagens arquitetônicas de diversos períodos (a maioria das construções remanescentes de Manaus são ecléticas);
- prioridade em salvaguardar as construções mais antigas e ameaçadas – “...no Amazonas há raros vestígios do século 18, e em Manaus, raros bens tem 150 anos.” (ABRAHIM, 2003, p. 62).

Esta situação começa a se reverter na década de 80, quando da instalação de um Escritório Técnico do SPHAN/Pró-Memória em Manaus (1984), apesar de ainda vinculado à Diretoria Regional de Belém, com a finalidade de “... apresentar a capital do estado do Amazonas à própria instituição federal, e aproximá-lo da natureza específica desse patrimônio regional.” (ABRAHIM, 2003, p. 64). O país, portanto, desperta para a existência de um grande acervo arquitetônico nesta cidade e outras unidades serão tombadas: o Mercado Adolpho Lisboa (também denominado Mercado

---

<sup>6127</sup> Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

<sup>6128</sup> ABRAHIM, Ana Lúcia Nascentes. O Processo de Construção do Patrimônio Cultural no Amazonas. Manaus: UFAM, 2003. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), ICHL, 2003.

Público ou Mercado Municipal), registrado no Livro das Belas-Artes e no Livro Histórico, em 1987; e, no mesmo ano, as Instalações Portuárias (ou Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus), registradas no Livro das Belas-Artes e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico<sup>6129</sup>. Vide imagens abaixo:



Bens Tombados a Nível Federal: Fig. 50 e 51 – Mercado Adolpho Lisboa; Fig. 52 e 53 – Complexo do Porto Flutuante de Manaus; Fig. 54 – Teatro Amazonas; Fig. 55 – Reservatório do Mocó. Fotos: Antônio Carlos Nascimento.

Acrescente-se, também, que a implantação da Zona Franca de Manaus contribuiu para a formação de uma consciência sobre a preservação do patrimônio (ABRAHIM, 2003, p. XI), pois a sociedade reagiu às agressões feitas ao Centro Antigo, resultantes do surto modernizador e da implementação do comércio: vários imóveis foram descaracterizados e outros tantos

<sup>6129</sup> Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

desapareceram em nome da tendência à verticalização – a cidade realmente não se preparou para adaptar os novos usos aos imóveis antigos.

É nessa década, portanto, que o Estado vai eleger seus patrimônios oficiais<sup>6130</sup>, iniciando com o Governador José Tito Lindoso que, em 1980, tomba quatro imóveis: a Academia Amazonense de Letras, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), o Palácio da Justiça e o Palácio Rio Negro, seguido do Governador Amazonino Mendes, em 1988, tombando Agência do Banco Itaú, Agência Central dos Correios e Telégrafos, a Biblioteca Pública do Estado, o Cemitério São João Batista, o Colégio Amazonense Dom Pedro II, o Quartel do Comando da Polícia Militar do Amazonas, a Estação da Castelhana, a antiga estação de tratamento de esgotos, atual Usina Chaminé, a Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas, os Grupos Escolares Euclides da Cunha, Barão do Rio Branco, José Paranaguá, Nilo Peçanha, Ribeiro da Cunha, Saldanha Marinho, as Igrejas Matriz Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora dos Remédios, de São Sebastião e de Santo Antônio, o Instituto Benjamin Constant, o antigo Instituto Superior de Estudos da Amazônia (ISEA), atual Teatro da Instalação, a Penitenciária Central Raimundo Vidal Pessoa, o antigo Centro de Convivência do Idoso/LBA, atual Tribunal de Contas da União (TCU), o Relógio Municipal e a Ponte Benjamin Constant. Vide figuras 56 a 84.

---

<sup>6130</sup> Levantamento da Situação do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas. Manaus: Gabinete do Vice-Governador do Estado do Amazonas, 1992.





Bens Tombados a Nível Estadual: Fig. 56 – Agência do Banco Itaú; Fig. 57 – Academia Amazonense de Letras; Fig. 58 – Agência Central dos Correios; Fig. 59 – Biblioteca Pública; Fig. 60 – Cemitério São João Batista; Fig. 61 – Usina Chaminé; Fig. 62 – Antigo Comando da Polícia Militar; Fig. 63 - Colégio Amazonense D. Pedro II. Fotos: Antônio Carlos Nascimento.



Bens Tombados a Nível Estadual. Fig. 64 - Reservatório da Castelhana; Fig. 65 – Antigo Prédio da Faculdade de Direito; Fig. 66 a 71 – Grupos Escolares: Euclides da Cunha, Barão do Rio Branco, José Paranaguá, Nilo Peçanha, Ribeiro da Cunha, Saldanha Marinho.  
Fotos: Antônio Carlos Nascimento.





Bens Tombados a Nível Estadual. Fig. 72 a 75 – Igrejas: do Pobre Diabo, de São Sebastião, da Matriz de N.S. da Conceição, de N. S. dos Remédios; Fig. 76 – Instituto Benjamin Constant; Fig. 77 – IGHA; Fig. 78 – Antigo ISEA (atual Teatro da Instalação); Fig. 79 – Palácio da Justiça.  
Fotos: Antônio Carlos Nascimento.



Bens Tombados a Nível Estadual. Fig. 80 – Palácio Rio Negro; Fig. 81 – Penitenciária Desembargador Raimundo Vidal Pessoa; Fig. 82 – Ponte Benjamin Constant; Fig. 83 – Relógio Municipal; Fig. 84 – Tribunal de Contas da União. Fotos: Antônio Carlos Nascimento, exceto Fig. 81, de Sammya Cury.

Em termos de legislação municipal, a situação é extremamente delicada, pois, apesar de todo um aparato de artigos, conclui-se não haver unidades tombadas. Existe, é bem verdade, uma área tombada no Município de Manaus, denominada Centro Antigo, conforme a Lei Orgânica do Município de Manaus<sup>131</sup>, em seu Artigo 342:

Fica tombado, para fins de proteção, acautelamento e programação especial, a partir da data da promulgação desta Lei, o centro antigo da cidade, compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a orla fluvial, limitado esse espaço, à direita, pelo igarapé de São Raimundo e, à esquerda, pelo Igarapé de Educandos, tendo como referência a Ponte Benjamin Constant.

§ 1º - Incluem-se, no trecho tombado, os igarapés e a orla fluvial, que deverão ser recuperados com vistas a se transformarem em vias de respiração e circulação da cidade. (LOMMAN, 1990, p. 125)

Integra, esta área, o chamado Sítio Histórico da cidade, reportando-se à seguinte delimitação:

Art 235, § 2º – Tem-se por Sítio Histórico da cidade o trecho compreendido entre a Avenida Sete de Setembro até a orla do Rio Negro, inclusive Porto Flutuante de Manaus, Praças Torquato Tapajós, 15 de Novembro e Pedro II, Ruas da Instalação, Frei José dos Inocentes, Bernardo Ramos, Av. Joaquim Nabuco, em toda a sua extensão, Visconde de Mauá, Almirante Tamandaré, Henrique Antony, Lauro Cavalcante e Governador Vitório (LOMMAN, 1990, p. 92)

Esta mesma área de Centro Antigo corresponde atualmente ao Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação (SEUIP), “constituído pelo conjunto de bens imóveis de valor significativo que, de alguma forma, possam concorrer significativamente para marcar as tradições e a memória da cidade.”

132

---

<sup>70</sup> AMAZONAS. Câmara Municipal de Manaus. Lei Orgânica do Município de Manaus. Manaus: Câmara Municipal, 1990.

<sup>71</sup> Art. 2º., Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004 (Publicado no DOM No. 938 de 11/02/2004 e republicado no DOM No. 1018 de 14/06/04).





Fig. 85 – Vista parcial do Centro Antigo de Manaus, trecho compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a orla do Rio Negro. Foto: Antônio Carlos Nascimento.

Os imóveis, localizados nesta área, foram identificados com o título de Unidades de Interesse de Preservação, perfazendo um total de 1656 edificações, 10 itens do Conjunto da Orla Portuária e 10 Praças Históricas<sup>133</sup>, Deste modo, cumpriu-se a primeira etapa no sentido de eleger os bens significativos, listando-os e registrando-os oficialmente.

Faltou, entretanto, proceder-se ao tombamento destas unidades, quer para fins de redução do Imposto Predial e Territorial Urbano quer para sua proteção e acatamento, conforme recomenda a Lei Orgânica do Município de Manaus em seu Art. 342, §2o.<sup>134</sup> e em seu Artigo 338, § 3o.<sup>135</sup> Conclui-se, portanto, que as referidas edificações não são tombadas individualmente, não lhes podendo incorrer a legislação aplicável aos imóveis tombados.

<sup>72</sup>Todas as Unidades de Interesse de Preservação encontram-se listadas no Anexo I do Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004 (Publicado no DOM No. 938 de 11/02/2004 e republicado no DOM No. 1018 de 14/06/04).

<sup>73</sup> Art 342o, § 2o – Fica o Município incumbido de proceder às medidas relativas aos registros de tombamento, expedição de certidão, identificação e classificação dos imóveis e sítios, com vistas ao estabelecimento das providências de trato, acatamento e proteção, a serem adotadas, visando a determinação do percentual de redução do imposto predial, conforme dispõe o artigo 339 desta Lei, bem como emissão de normas a serem observadas para os casos de reformas e edificações. (LOMMAN)

<sup>74</sup> Art 338, § 3o – A incorporação de bens à condição de patrimônio cultural se fará por tombamento, que poderá ser feito individualmente, em conjunto ou parcialmente pelo Poder Executivo, com inscrições em livro próprio, ato que deverá ser dado a público.(LOMMAN)

Apesar desta falha, a legislação, em seus artigos, protege as Unidades a partir de restrições quanto às alterações em suas estruturas físicas:

Art. 5º. – As edificações classificadas como Unidades de Preservação de 1º. Grau deverão conservar suas características originais, no que diz respeito às suas fachadas, mantendo a mesma volumetria da edificação e a mesma taxa atual de ocupação do terreno, não podendo sofrer qualquer modificação física externa.

Art. 6º. - As edificações classificadas como Unidades de Preservação de 2º. Grau deverão conservar as características mais marcantes da ambiência local, no que diz respeito às suas fachadas, volumetria atual da edificação e do conjunto onde está inserida.

Art. 7º. – As edificações inseridas na área portuária deverão conservar suas características originais, não podendo sofrer quaisquer modificações físicas externas, por serem importantes para a harmonia do Conjunto do Porto de Manaus.

Art. 8º. – Os monumentos públicos de maior expressividade, por suas peculiaridades urbanísticas e paisagísticas, deverão conservar as características originais. As intervenções nestas áreas públicas devem ser absolutamente adequadas aos critérios e objetivos da legislação vigente. (DECRETO NO. 7176 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2004 - PUBLICADO NO DOM NO. 938 DE 11/02/2004 E REPUBLICADO NO DOM NO. 1018 DE 14/06/04).

Estes artigos que tratam das unidades de interesse de preservação de 1º. e de 2º. graus precisam ser observados com cautela: no primeiro caso, esta rigidez sobre o impedimento de alterar a volumetria e a taxa de ocupação do lote compromete a possibilidade de adaptações de uso nos imóveis, ações por vezes necessárias para garantir-lhes uma destinação útil, compatível aos novos tempos e costumes. No segundo caso, a imprecisão sobre “as características mais marcantes da ambiência local” a serem preservadas, pode também contribuir para decisões tendenciosas, findando por eliminar elementos importantes à compreensão do estilo da construção. Ou seja, há excesso e falta nestas considerações.

Conclui-se, portanto, que a legislação patrimonial para a cidade de Manaus carece de revisão. É bem verdade que muitos avanços ocorreram, mas há muito ainda a realizar, principalmente no sentido de critérios mais precisos sobre o que deve ser preservado e da metodologia a ser aplicada para tal fim. Mesmo considerando-se que cada imóvel tenha uma situação peculiar – estilo, estado de conservação, uso, entorno – falta, ao patrimônio edificado desta cidade, um mínimo de consenso sobre as intervenções permissíveis (adaptação de uso, comunicação visual, cromatização, restauro, dentre outras),

tal como acontece em outras cidades brasileiras: o Corredor Cultural do Rio de Janeiro e o Manual do Morador de Olinda, por exemplo, deixam registros, orientações aos usuários. Esta providência tende a minimizar os erros, muitas vezes irreversíveis, aos imóveis, decorrentes de atitudes e experimentações isoladas, à mercê da sensibilidade e da percepção de cada um, elaborando procedimentos gerais, orientando os profissionais da construção e seus usuários sobre a melhor forma de preservar os testemunhos antigos, aliando-os às necessidades contemporâneas. Este manual (poderia também ser esta a denominação) deve observar as experiências externas – seus erros e acertos -, mas em consonância com a identidade cultural da cidade, buscando criar parâmetros próprios.

Como exemplo das modificações mais recentes na legislação, pode-se citar a ampliação da área de abrangência do Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação que, criado pelo Decreto No. 4673 de 17/05/85, não correspondia à área de Centro Antigo, tombada pelo Município, ficando, assim, várias edificações de valor histórico e arquitetônico sem a identificação e o reconhecimento legais:

Art 1o. – Considera-se Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação a área edificada compreendida na planta anexa a este, limitada ao Norte pela Rua Leonardo Malcher (do Igarapé de São Raimundo até a Av. Joaquim Nabuco), pela Av. Joaquim Nabuco e Rua Lima Bacury a Leste, pelo Rio Negro ao Sul e a Oeste pelo Igarapé de São Raimundo. (DECRETO NO. 4673 DE 17 DE MAIO DE 1985)

A área cadastrada era “...formada pelo centro e bairros adjacentes, da Cachoeirinha e Aparecida, na direção norte até as imediações do Cemitério São João Batista...” (ABRAHIM, 2003, p. 69) e, em seu repertório, incluía construções datadas do

...final do século 19 e do início do 20, e edificações mais recentes de arquitetura vernacular ou exemplares pitorescos, como por exemplo: as casas com fachadas em forma de borboleta e de carro, alguns exemplares da arquitetura em madeira de Severiano Porto, etc. Entre imóveis públicos e privados, de igrejas e praças a residências, a tipologia variava desde as grandes residências assobradadas, chalés, até vilas operárias. Os critérios de escolha e de classificação eram os arquitetônicos e artísticos, muitas vezes acompanhado pelo histórico. (ABRAHIM, 2003, p. 69).



As referidas unidades foram listadas, posteriormente, na Portaria SEMPLURB No. 26/85<sup>136</sup>.

Mesmo com a atual adequação estabelecida pelo Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004, equivalendo a área às delimitações do Centro Antigo, a situação não se resolve por completo, pois, acima da Rua Leonardo Malcher, várias unidades ecléticas são remanescentes, inclusive exemplares tombados pela União, como o Reservatório Mocó, e alguns tombados pelo Estado, como a Estação da Castelhana e o Cemitério São João Batista.

A lei também estimula a perda de referências sobre os interiores das edificações, ao restringir o benefício de isenção sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) aos imóveis que conservarem fachadas e coberturas originais:

Art. 1º. - Estão isentos do IPTU, pelo prazo de cinco anos, os imóveis de interesse histórico ou cultural, assim reconhecidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer – SEMCLA, mediante expedição de Certificado, por iniciativa própria ou a requerimento do interessado.

Art. 2º. – O requerimento de isenção será apresentado à SEMEF, acompanhado do Certificado a que se refere o artigo 1º. deste Decreto e de Laudo Técnico expedido pela Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer – SEMCLA, reconhecendo que o imóvel possui suas fachadas e coberturas com as características originais.

Parágrafo único – Será admitido requerimento firmado pelo locatário do imóvel, desde que autorizado pelo seu proprietário.<sup>137</sup>

Semelhante ocorrência verifica-se com o já citado Decreto No. 7176 de 10 de fevereiro de 2004, em relação às Unidades de 1º. Grau: “Art. 12 – As Unidades de 1º. Grau só poderão sofrer intervenções para restauração de suas formas arquitetônicas externas. Entretanto serão permitidas modificações internas para adequação do uso.”

---

<sup>75</sup> Esta Portaria contém o resultado do primeiro inventário do patrimônio histórico de Manaus, 869 unidades de interesse de preservação, realizado pela antiga SEMPLURB (Secretaria Municipal de Planejamento Urbano) em 1985.

<sup>76</sup> AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. Lei No. 181 de 30 de abril de 1993: Altera a Legislação Tributária relativa ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, dispendo de maneira mais favorável ao contribuinte. Manaus: Diário Oficial de 30 de abril de 1993.

Observe-se que, mesmo se havendo a proteção legal, já se descaracteriza, imagine a situação ocorrente quando da ausência deste impedimento. Como já foi abordado, a idéia de preservação associa-se a uma destinação útil, do monumento, à sociedade que, por vezes, não consegue efetivar-se sem lhe promover uma adequação física. O resultado, por conseguinte, é que são poucos os exemplares ainda a conservar informações originais dos seus compartimentos internos (vide fig. 86 a 92); em casos mais graves, a descaracterização é completa, gerando contraste entre a expectativa criada ao se contemplar as fachadas autênticas e ao se adentrar o imóvel. O programa arquitetônico, a disposição e a interligação dos cômodos, as tipologias, os materiais construtivos e de revestimento, os mobiliários e os equipamentos de época retratam usos e costumes daquela sociedade, constituindo-se em importantes referenciais históricos, merecedores, também, de atenção, assim como as fachadas. Esta crítica não se opõe à incorporação de novos usos às construções antigas, pois, como já comentado, a cidade precisa ser compreendida como um organismo em contínua e plena mutação, caso contrário, transformar-se-ia em um museu a céu aberto, mas quer despertar a atenção para uma estratégia que preserve, também, as informações dos interiores desses imóveis, talvez selecionando alguns exemplares, a permanecerem com suas instalações originais, ou, ainda, fazendo a atuação dos órgãos fiscalizadores ser mais incisiva, recolhendo os elementos que viessem a ser substituídos e encaminhando-os a algum acervo, acessível à população, catalogando-os e registrando-os.

Retomando a discussão sobre as limitações da legislação patrimonial, verifica-se que nenhum imóvel contemporâneo elenca a listagem dos bens com direito a preservação. Isto está claramente enunciado no Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus:

Art. 35 – Constituem o patrimônio histórico, artístico e cultural de Manaus a ser preservado, por serem testemunhos mais antigos da história do lugar e importantes ao resguardo da identidade e memória da população local e ainda pelas características excepcionais, os bens incluídos no Setor Especial de Unidades de Interesse de Preservação, definido e regulamentado pelo Poder Executivo Municipal, no Sítio Histórico e no Centro Antigo, conforme os termos da Lei Orgânica do Município de Manaus – LOMMAN, demarcados no Mapa de Qualificação Ambiental do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus.<sup>138</sup>

Ora, “o presente também, amanhã, será passado”, como disse Curtis (1981, p. 15). Ou a justificativa seria a de que não se tem, atualmente, nenhum monumento digno de apreço, de representatividade? O repertório edificado tombado em Manaus, por exemplo, assim como o da maioria das cidades brasileiras desenvolvidas na última década do século XIX, reporta-se a uma arquitetura

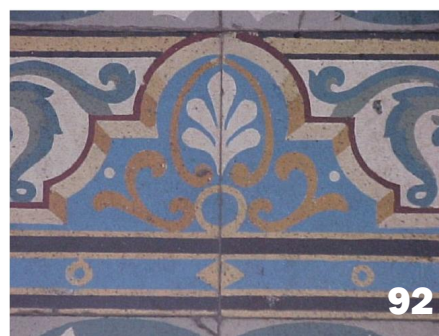
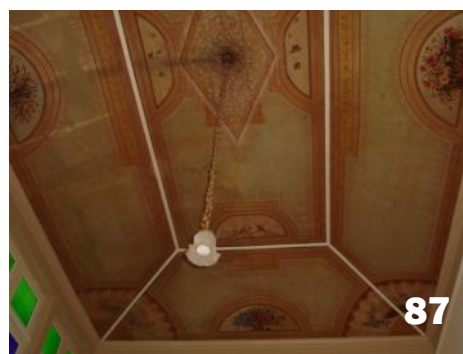
... comprometida com variados revivals tendo como resultado um conjunto bastante eclético, destacando-se entre seus prédios três tendências dominantes. A primeira dessas tendências, (...), foi a manutenção de um Neoclassicismo um tanto tardio, (...). A segunda tendência é marcada pelo estilo Neo-Renascentista, (...). A terceira tendência é marcada por um ecletismo comedido, sem exemplares extravagantes (...).” (MESQUITA, 1999, p.320)

Este será o caso da cidade de Manaus, como observado adiante, resultando dos processos culturais e econômicos por que passou, eliminando, para sempre, todos os referenciais de seu passado colonial, em busca de um ideal de modernidade não pautado na tradição.

Assinale-se, por fim, que de pouco ou nada servem legislações rígidas, específicas e criteriosas, caso as mesmas não sejam executadas. A fiscalização aos imóveis precisa ser contínua e eficaz, evitando perdas, talvez, irreversíveis.

---

<sup>77</sup> AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus. Manaus: Diário Oficial de 05 de novembro de 2002.



Detalhes de interiores de imóveis antigos de Manaus. Fig. 86 – Forro do corredor principal de imóvel sito à Rua Luiz Antony. Fig. 87 – Forro em gamela de imóvel sito à Rua Lauro Cavalcante. Fig. 88 – Forro de imóvel sito à Rua Quintino Bocaiúva. Fig. 89 – Pintura decorativa no rodadeto de imóvel sito à Rua Alexandre Amorim. Fig. 90 – Pintura decorativa no rodameio de imóvel sito à Rua Alexandre Amorim. Fig. 91 – Piso parquetado de imóvel sito à Rua Lauro Cavalcante. Fig. 92 – Piso em ladrilho hidráulico de imóvel sito à Avenida Joaquim Nabuco. Fotos: Márcia Honda.

### **2.3.Posturas sobre a Preservação**

Frente aos conceitos e legislações apresentados, verifica-se que a sociedade assume diversos posicionamentos, contrários e favoráveis à preservação do patrimônio.

Algumas posturas são extremistas, como a assumida pelo romântico nostálgico, que venera e sacraliza o passado como uma estrutura perfeita e idealizada, a permanecer intocável, ignorando as necessidades, os recursos contemporâneos e a importância dos novos testemunhos, das novas contribuições:

O saudosista, reacionário e contemplativo, para quem o passado é um produto acabado que deve ser indefinidamente repetido, vê a cidade como um fóssil ou como um organismo que já está morto. Esta postura conduz o homem a expressar-se numa linguagem anacrônica, impedindo-o de qualquer contribuição ao processo civilizatório, levando-o até a esquecer-se de que o presente também, amanhã, será passado. (CURTIS, 1981, p. 15, 16).

Esta seria uma atitude conservadora "... e oposta à dinâmica da vida e da cultura, oposta à necessidade que cada sociedade possui de deixar sua marca na estrutura urbana, tanto transformando o herdado como criando os novos desenvolvimentos." (SEGRE, 1991, p. 295) e responsável pelo falso mito de que a preservação está relacionada ao congelamento da cidade (SANTOS, 1997).

Telles (1998) justifica estes posicionamentos: "Por não conseguir estabelecer relações mais efetivas e profundas com o presente, precário e fugaz, os indivíduos tendem a projetar suas expectativas, suas referências no passado." (TELLES, 1998, p. 09).

Outra situação é a do indivíduo iconoclasta, alienado e interesseiro que, por sua vez, assiste com desprezo à cidade antiga, a ser eliminada por sua aparência desagradável e por sua tecnologia inferior e ultrapassada, entaves

incondicionais ao progresso: “Para ele, o passado passou, o futuro, a Deus pertence e a cidade morrerá consigo.” (CURTIS, 1981, p. 15). Esta visão errônea de progresso tem levado à destruição dos bens culturais, “... *que son reemplazados por otros más ‘acordes’ com el gusto imperante em la época actual, sin considerar que el progreso implica, necesariamente, la coexistencia armónica del pasado, el presente y el futuro.*” (COLCULTURA, 1995, p. 58).

Para Berman (1986), esta postura deve-se à própria dinâmica moderna e suas eternas transformações homogeneizadoras, conflitantes com o antigo, que lhes é ameaçador por sua resistência em se adaptar e mudar, daí a necessidade de eliminar todos os seus vestígios. O processo de renovação, motivado pela concorrência desenfreada, gera um círculo vicioso e esta consistiria na força motriz da modernidade, impedindo a manutenção de suas próprias raízes e referenciais:

Onde quer que o processo ocorra, todas as pessoas, coisas, instituições e ambientes que foram inovadores e de vanguarda em um dado momento histórico se tornarão a retaguarda e a obsolescência no momento seguinte. Mesmo nas partes mais altamente desenvolvidas do mundo, todos os indivíduos, grupos e comunidades enfrentam uma terrível e constante pressão no sentido de se reconstruírem, interminavelmente; se pararem para descansar, para ser o que são, serão descartados. (BERMAN, 1986, p. 77).

Parafraseando Marx, no seu Manifesto Comunista, Berman ratifica que “Tudo que é sólido, desmancha no ar”, ou seja, nesta visão modernista, tudo tem um prazo de validade, “... a fim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas.” (BERMAN, 1986, p. 97).

Telles (1998) esclarece a postura e informa que é mais cômodo ignorar o passado, pois, assim, “eximimo-nos de culpas e de responsabilidades com a memória regional e estamos livres para vivermos as ilusões do presente”. (TELLES, 1998, p. 08).

Nesse âmbito, outra noção recorrente precisa ser desmistificada – a de que o patrimônio histórico reporta-se, apenas, ao passado, ou ao ‘

ultrapassado', muitas vezes mantido com o intuito de aguçar a curiosidade do público frente a artefatos obsoletos ou pelo fato de terem participado de eventos importantes. Carlos Lemos (2004) denomina esta reverência 'culto ao objeto isolado' ou 'sacralização do objeto':

Muitas vezes, alguns daqueles objetos triviais de todo dia se diferenciam de seus iguais devido ao fato de terem participado de eventos que se convencionou chamar de históricos. Passam a ter uma respeitabilidade que os demais não possuem. É a sacralização do objeto. É um reverenciamento baseado na credibilidade, porque quase sempre resultante de afirmações não acompanhadas de comprovação; (...). (LEMOS, 2004, p. 20-21).

O autor vai lamentar, também, que muitos museus, até nos dias atuais, compõem seus acervos com tais critérios, os chamados gabinetes de curiosidade, "... que, isolando objetos diversificados, nada elucidam e mais nos constroem com sua inutilidade." (LEMOS, 2004, p. 12)

Considerando-se que a História implica processo, continuidade, sucessão e entrelaçamento de episódios, desenvolvidos a cada dia, é preciso observar as contribuições do nosso tempo, a fim de se identificar possíveis candidatos à preservação. Esta identificação, por vezes, talvez não se possa realizar no momento presente, pois há necessidade de sedimentação de memórias, de aquisição de significados, e tais situações demandam tempo para acontecer, mas não implica a impossibilidade, se tais condições forem respeitadas, de que o repertório contemporâneo também seja alvo de nossa atenção. Comprovando tal pensamento, pode-se comentar sobre Brasília, ícone do Modernismo no Brasil, considerada Patrimônio Mundial, pela UNESCO.

Na realidade, o melhor argumento sobre a preservação é o que admite as contribuições de todas as fases históricas, de relevância à memória coletiva de um povo, de uma civilização. Excluem-se, do conjunto, por conseguinte, os interesses particulares, sejam de um indivíduo ou de uma classe social, independente de seus valores pecuniários ou eminentemente estéticos. Este posicionamento é recente, segundo Lemos (1989):

Os enfoques modernos, ..., ao cuidarem da produção arquitetônica de uma sociedade não mais unicamente valorizam as obras da classe dominante, mas também dedicam especial cuidado às construções ditas populares, tanto às que apresentam características eminentemente vernaculares como àquelas sincréticas, decorrentes das inevitáveis influências nascidas de confrontos de culturas, como ocorreu freqüentemente no Brasil e que são detectadas com certa clareza, a nosso ver, na ampla produção da classe média. (LEMOS, 1989, p. 10).

Constata, o autor (LEMOS, 1989), que , “a arquitetura rica já foi bastante estudada entre nós” , em detrimento da produção das classes menos abastadas. E justifica:

...é que nela não é notado interesse artístico relevante e tampouco é visto o valor histórico – pretextos sempre alegados pelas entidades destinadas a conservar bens culturais. Devido a essa indiferença aos bens prosaicos do cotidiano popular, de alta representatividade cultural, no entanto, é que nosso repertório de exemplares significativos conservados é tão pequeno. (LEMOS, 1989, p. 13, 14).

Por fim, apresenta a problemática da exclusão: “esses bens diferenciados preservados sempre podem levar a uma visão distorcida da memória coletiva, pois justamente por serem excepcionais não têm representatividade.” (LEMOS, 2004, p. 22). O autor também alerta que “... um objeto isolado de seu contexto deve ser entendido como um fragmento, ou um segmento...” (LEMOS, 2004, p. 11), ou seja, não representa a totalidade, o contexto original do qual foi extraído.

José Alcimar de Oliveira (2002), por sua vez, faz outra denúncia:

Quando o povo é impedido de cultivar sua memória, de criar formas autônomas e emancipatórias de vida cultural, a vida se banaliza e a existência se reifica numa relação de pura exterioridade. É somente na vivência autônoma da cultura, de sua consciência histórica e de sua memória viva que o povo pode conquistar sua liberdade e exercê-la de modo efetivamente humano e livre. (OLIVEIRA, 2002, p. 31).

Curtis (1981) posiciona-se a esse respeito, informando que “... sob o ponto de vista de critérios, a preservação já formou consenso no seio da massa



crítica brasileira através da ampliação de sua abrangência, evoluindo de símbolos da classe dominante para a representatividade de todos os estratos sociais”. (CURTIS, 1981, p. 16).

Lemos (2002) já introduz mais uma justificativa: “É dever de patriotismo preservar os recursos materiais e as condições ambientais em sua integridade.” (LEMOS, 2004, p. 26).

Pode-se considerar, também, como justificativa para a preservação, que as edificações, através de suas configurações espaciais – tipologias, estilos, cômodos e suas disposições, partidos, programas e implantações – e de seus métodos construtivos – materiais, técnicas, instalações e equipamentos -, demonstram o modo de viver, os costumes, os conhecimentos e os recursos de suas épocas, e ainda são marcos físicos, vivos e ostensivos, da evolução urbana processada no lugar. É inegável, portanto, atribuir-lhes uma “função pedagógica”, como ressalta Freire (1997):

Como documentos, os monumentos são criações marcadas social e historicamente; testemunham, porém, melhor a época de sua execução do que o período que pretendem evocar. A utilização de materiais, os estilos de execução privilegiados são indícios do “espírito do tempo”. Têm função informacional e resgatam o sentido etimológico de docere: ensinar (FREIRE, 1997, p. 95).

LEMOS (2004) admite postura similar, exemplificando que

Os professores de engenharia, ou de arquitetura, por sua vez, podem preservar edifícios antigos com fins didáticos, dispondo, assim, de amplo mostruário de técnicas que irão elucidar, ao vivo, os alunos atentos à evolução da arte de construir (LEMOS, 2004, p. 31).

Otoni Mesquita (1999), citando os escritores locais, ressalta a importância do estudo da arquitetura manauara “... para a compreensão do processo histórico mais geral da Amazônia.” (MESQUITA, 1999, p. 21), pois as construções “... são documentos materializados que testemunham uma época, entendendo que, por estas razões, devam ser estudadas no sentido de descobrir-lhes valores para preservá-las, resgatando a memória da cidade.” (MESQUITA, 1999, p. 21).

A cidade, portanto, está à disposição para ser estudada e analisada por todos os saberes, por constituir-se em patrimônio de uma coletividade, para que possam atribuir-lhe a devida valoração, enquanto identidade cultural, e indicando novos caminhos para sua sustentabilidade e manutenção da qualidade de vida de seus habitantes.

A partir dessas considerações, deve-se eleger, com bastante critério, os bens dignos de representatividade cultural, que interessem à coletividade. Esta sugestão aplica-se bem aos órgãos administrativos, no tocante à definição dos chamados patrimônios ou bens oficiais, os que, legalmente, têm direito à perenidade, pois

...os monumentos públicos, em sua maioria, são financiados pelo Estado, sendo suportes materiais de uma certa memória oficial, celebrativa; (...). No entanto, ao enfocarmos esses lugares de memória, interessa-nos saber até que ponto, e de que maneira, eles são elementos significativos para os que habitam a cidade. (FREIRE, 1997, p. 128)

O valor social agrega-se ao monumento de forma espontânea, através do seu reconhecimento, de sua apropriação por parte da sociedade, e não de forma decretada. (FREIRE, 1997, p. 162).

Assim, a primeira atitude consistiria em conhecer a cultura e a história das sociedades, identificando o que mereça ser resguardado, fazendo-se um inventário ou cadastramento dos bens: “*Identificação*: é a ação preliminar de escolha da edificação ou conjunto a ser preservado, a partir de critérios atrás estabelecidos e medidos por valores de referência, como o arquitetônico, o histórico, o ambiental, etc.” (CURTIS, 1981, p. 16). Esta eleição, como já discutido, não poderia ficar sob o jugo exclusivo das autoridades públicas, mas da sociedade como um todo, para, assim, poder constituir-se em um referencial de grupo, e não de particulares.

A tendência a preservar monumentos isolados nasce do modelo pós-liberal, adotado pelas cidades em meados do século XIX, que, segundo

Leonardo Benévolo, reconhecendo seu fracasso frente às produções arquitetônicas relevantes,

...pede emprestado à cidade antiga o prestígio formal de que sente falta, razão por que não leva a fundo a sua destruição: seleciona alguns edifícios mais ilustres que devem ser conservados numa espécie de museu ao ar livre, como as estátuas e os quadros tirados das igrejas e dos palácios de famílias nobres e ricas e dispostos igualmente nos museus em lugar fechado. (BENEVOLO, 1991, p. 68).

Segre (1991) assume postura semelhante: “É desalentador verificar quão poucos foram os espaços urbanos criados no século XX capazes de ser comparados às qualidades dos ambientes da cidade colonial”. (SEGRE, 1991, p. 284).

Extravasando o âmbito da memória coletiva, da identidade cultural, da relevância histórica, deve-se atentar para uma questão de cunho prático: as edificações precisam, para continuar a fornecer seus testemunhos às gerações posteriores, ter utilidade adequada, assegurando o respeito às informações originais e garantindo qualidade de vida a seus usuários, adaptando-as, quando se fizer necessário, a novas exigências de conforto, segurança e praticidade.

Segundo Lemos (2004), as construções podem ser consideradas artefatos, assim como os demais tipos de bens culturais, ou seja, resultado do que se obtém a partir do meio ambiente e do conhecimento. E, como tais, admitem características pertinentes à sua utilidade e durabilidade (ou persistência), “... podendo até ter serventias diversificadas – ou melhor, ter trocado os seus fins utilitários originais. (...), embora a função abrigo própria do espaço arquitetônico continuasse sendo exercida.” (LEMOS, 2004, p. 13).

Para Hertzberger (1999), a versatilidade consiste em uma das propriedades da forma: “... a forma é capaz de adaptar-se a uma variedade de funções e de assumir numerosas aparências, ao mesmo tempo em que permanece fundamentalmente a mesma.” (HERTZBERGER, 1999, p. 103).

A própria Carta de Veneza<sup>139</sup>, importante documento patrimonial do qual o Brasil é signatário, defende que:

Art. 5º. – A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.

O objetivo, portanto, não implica em preservar apenas formas ou modelos inertes – a cidade transformar-se-ia em um mausoléu ou em um museu a céu aberto, concordando com Leonardo Benévolo, em que há, apenas, contemplação e não interatividade. O mesmo autor prossegue afirmando:

... o problema da conservação do centro histórico se transforma principalmente num problema social, porque o objeto a tutelar é uma qualidade de vida, e não uma forma a contemplar. Esta qualidade pode ser definida de maneira científica – com os métodos da pesquisa social – e não depende mais dos sutis raciocínios sobre o valor histórico e artístico que, em virtude de sua margem de incerteza, sempre acabam perdendo no confronto com os raciocínios econômicos (BENÉVOLO, 1991, p. 72).

Segre (1991), na mesma linha de pensamento, diz: “a conservação da cidade histórica não é um problema arquitetônico, técnico ou estético, mas um problema de caráter essencialmente econômico e social.” E aponta soluções: “a cidade deve conservar seu passado, mas ao mesmo tempo revitalizá-lo, torná-lo compreensível em novos termos expressivos ou através de novas funções.” (SEGRE, 1991, p. 286 e 289).

A preservação, para realmente tornar-se eficaz, requer utilização adequada do imóvel, evitando a degradação pela ociosidade ou abandono: “...

---

<sup>78</sup> Trata-se da Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza, de 21 a 31 de maio de 1964. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em: 03 mar. 2006.

imóvel sem uso é imóvel sem conservação e, portanto, fadado ao declínio.” (BRAGA, 2003 p. 47), e contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população. Por vezes, a evolução dos usos e dos costumes não permite a manutenção do programa original para o qual a construção foi concebida, embora, se for possível, esta deva ser a primeira opção a ser considerada, pois haverá maior chance de acertos. Esta é a posição defendida por Lemos (2004): “O uso do edifício nas condições previstas pelo projeto é, já de início, o primeiro fator de sua conservação garantida. Realmente, a satisfação integral do programa é condição básica de preservação da integridade de uma obra arquitetônica.” (LEMOS, 2004, p. 67-68). Na Carta de Veneza, também se encontra a mesma recomendação:

Art. 6º. A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.

Quando tais condições não puderem ser satisfeitas, pode-se analisar a aplicabilidade da metodologia *reutilização*, ou adaptação a novo uso que, segundo Márcia Braga (2003), também é conhecida como *retrofit*, *reciclagem* ou *reabilitação* de espaços preservados, e busca

... adaptar os espaços preexistentes para abrigar atividades diferentes para as quais eles foram projetados ou construídos. Esta é uma prática muito comum hoje em dia, uma vez que garante a permanência do edifício sem o risco da sua obsolescência, mantendo preservado o espaço da cidade (BRAGA, 2003, p. 25).

Esta alternativa demanda um estudo cauteloso para não haver comprometimento da estabilidade e para serem mínimas as interferências visuais – a edificação, por si só, já impõe sua limitação física, de capacidade. Somem-se, ainda, as determinações de uso e ocupação do solo definidas pelos planos diretores de cada Município, ou seja, não há uma plena liberdade de escolha do novo fim que um imóvel possa receber.

Justamente pela necessidade de critérios, a reutilização é vista, por Choay (2001), como “... a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio.” (CHOAY, 2001, p. 219). Segundo o autor, é fundamental que se avalie o estado de conservação do edifício e o fluxo de usuários potenciais, de modo a evitar a degradação do bem: “... esse fluxo arranha, corrói e desagrega os solos, as paredes, os frágeis ornamentos das ruas, praças, jardins, residências, que não foram concebidos para tantos passos apressados nem para serem apalpados por tantas mãos.” (CHOAY, 2001, p. 227).

Várias estratégias podem ser adotadas para contornar a situação: dispositivos de controle, medidas pedagógicas e políticas urbanas que regulem o acesso aos bens patrimoniais. A mais radical forma de controle consistiria no fechamento ao público. Outras possibilidades seriam: a redução do tempo de visita, a limitação dos ingressos diários de visitantes, a imposição dos trajetos a pé e, se necessário, descalços, o desvio da atenção pública para outros locais menos conhecidos. (CHOAY, 2001, p. 232, 233).

Para uma contemplação alternativa do bem, pode-se recorrer ao artifício do museu imaginário, envolvendo sua reprodução iconográfica, através da fotografia e de seus aperfeiçoamentos. (CHOAY, 2001, p. 233). Atualmente, com os recursos eletrônicos, as possibilidades são maiores: as imagens digitalizadas permitem ampliar os acervos pelo baixo custo e por facilidades como acessibilidade e armazenamento, se comparadas ao método tradicional, analógico. As maquetes eletrônicas permitem visualização em terceira dimensão do objeto, podendo-se observá-lo tanto externa como internamente, tendo seus efeitos de realismo potencializados quando associadas a simuladores de percurso. Para ambas as situações, há necessidade de informações adicionais, disponibilizadas sob a forma de legendas, textos, narrativas ou outros recursos, permitindo o conhecimento e a interação com o bem patrimonial.<sup>140</sup>

---

<sup>79</sup> Um exemplo interessante de utilização dos recursos tecnológicos para a divulgação do patrimônio histórico é o site do Solar do Jambuí ([www.solardojambuí.com.br](http://www.solardojambuí.com.br)). Nele, além de informações sobre o histórico deste palacete de Niterói, tombado pelo IPHAN, pode-se

Outra estratégia de fruição do bem patrimonial à distância seria a prática da *réplica*, "... cópia exata de um original ainda existente", mas, devido aos custos e à dificuldade de reprodução, o fenômeno é muito raro. (BRAGA, 2003, p. 26). Reitera-se, aqui, a orientação de que, mesmo sendo reprodução, precisa-se compreender o deslocamento do contexto original, analisando o artefato como algo isolado, não representativo da totalidade.

Ainda no discurso sobre a reutilização, merece análise a vocação imediata, no pensamento de muitos governantes, do patrimônio histórico para centros culturais e afins. A associação é óbvia, redundante, mas com as problemáticas apresentadas pela maioria dos centros urbanos brasileiros – vazios urbanos, áreas degradadas, carência de estacionamentos e de bons serviços, segurança pública, dentre outros – e admitindo que os imóveis antigos precisam ser mantidos, torna-se urgente que os mesmos também possam ser pensados para atender a tais demandas. É preciso qualificar as intervenções urbanas, conforme aconselha SANTOS (1997) e "...exercer sobre elas a crítica, para não nos tornarmos uma espécie de colecionadores contemplativos do nosso passado iconográfico, tomando a cidade apenas como objeto da nossa catalogação, e não da nossa intervenção." (SANTOS, 1997, p. 21)

A *conservação* é a atitude que deve ser difundida para todos os bens, como forma mais adequada de zelar pela autenticidade de seus conteúdos e informações, evitando as intervenções corretivas da restauração (esta demanda estudos criteriosos, investigação científica, mão-de-obra

---

conhecer todas as suas dependências, de modo interativo, bastando o observador posicionar o cursor do mouse no ambiente desejado: ao clicar sobre cada parte da planta baixa, tem-se o nome do ambiente, mesma situação para as benfeitorias constantes da planta de situação; ao clicar sobre um ícone da maquete eletrônica do exterior, que fica girando, permitindo-se visualizar o imóvel como um todo, consegue-se interromper este movimento e contemplar cada fachada, individualmente; alguns ambientes possuem fotomontagens que possibilitam, à mercê do posicionamento do mouse, a visualização dos mesmos em 360 graus. Pode-se, ainda, contemplar todo o delicado processo de restauração, ali desenvolvido, através de fotos, textos e filmagens. Trata-se, portanto, de um modo de divulgar este projeto, com informações técnicas completas, correspondendo a finalidades pedagógicas e culturais.

especializada e materiais não convencionais); envolve cuidados com sua estrutura, através da manutenção preventiva e da vigilância permanente.

Segundo Benévolo (1991), a palavra manutenção implica no “... cuidado cotidiano do homem com o seu ambiente de vida.” (BENEVOLO, 1991, p. 142-143)

Para Márcia Braga (2003), o conceito de conservação preventiva envolve “... realização de intervenções indiretas visando ao retardamento da degradação e impedindo desgastes pela criação de condições otimizadas para a conservação dos bens culturais de forma que essas medidas sejam compatíveis com sua utilização social.” (BRAGA, 2003, p. 08)

O Manual de Obras em Edificações Preservadas do Rio de Janeiro (1991), informa as operações triviais de manutenção, ressaltando, também, outra vantagem desse procedimento – dispensar a apresentação de projetos, mas recomendando a consultoria prévia aos órgãos de preservação:

- limpeza das calhas de escoamento de águas pluviais;
- remoção de vegetação das fachadas e coberturas;
- anulação dos fatores de concentração de umidade (...);
- preservação dos acessos para inspeção das coberturas e porões;
- preservação dos esquemas de ventilação e iluminação natural dos compartimentos da edificação;
- avaliação permanente das instalações hidráulicas, elétricas e de gás;
- avaliação permanente dos sistemas de ventilação mecânica e de prevenção de incêndios;
- pintura (quando não houver modificação das cores);
- acompanhamento constante do comportamento dos acabamentos (revestimentos em geral); alvenarias (paredes em geral); estruturas e fundação. (Manual de Obras em Edificações Preservadas, 1991, p. 11)

No Manual de Conservação Preventiva do Patrimônio Cultural, tem-se a experiência mineira, apontando outras atividades fundamentais para a efetiva preservação do bem cultural:

- Gerenciamento ambiental – através do estabelecimento de condições mais adequadas de umidade presente no ar e de



ventilação adequada do ambiente, controle da exposição à luz e aos poluentes, bem como o controle de insetos.

- Procedimentos e vistorias – através de formas adequadas de limpar, manusear e guardar os objetos, limpar os ambientes e realizar funções diárias no local.

- Segurança – através do controle dos riscos em relação ao roubo ou ações de vandalismo.

- Prevenção de emergências – através do controle dos riscos em relação a incêndios, inundações ou outras situações de emergência. (DINIZ et SOUZA, 2002, p. 13).

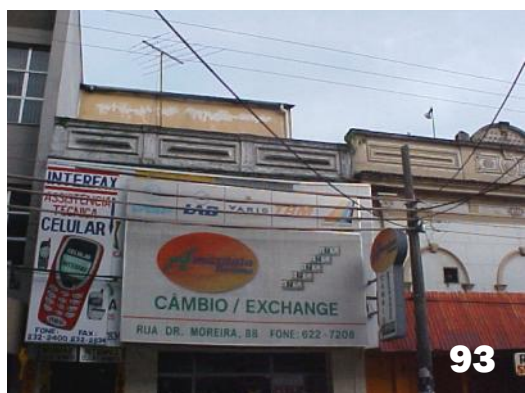
Outro processo utilizado consiste na *consolidação*, reportando-se a ações que garantam firmeza, estabilidade e sustentação à estrutura física do bem, ou seja, preliminares indispensáveis a toda e qualquer intervenção, evitando o desmoronamento ou a desagregação do imóvel e/ou de seus elementos.

A *anastilose* é mais uma possibilidade, definida, pela Carta de Veneza, em seu artigo 15º, como “... a recomposição de partes existentes, mas desmembradas”, devendo ser excluído, a priori, todo o trabalho de reconstrução, e explica a metodologia: “Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas.”

O procedimento que deve ser feito em última instância, quando as demais estratégias revelarem-se insuficientes, ou inevitáveis, é a *restauração*, pois, de certo modo, a intervenção, por si só, já consiste em alteração. Os custos despendidos também são mais elevados, por envolverem mão-de-obra especializada, materiais e equipamentos caros e não convencionais, além de todo o rigor científico necessário para garantir a autenticidade do bem e a veracidade das informações, podendo estender-se por um tempo maior do que uma obra comum. Na Carta de Veneza, podem ser resgatadas as orientações para o restauro.

Infelizmente, apesar de tantas possibilidades para o tratamento do patrimônio histórico, a situação extrapola o âmbito do discurso e transpõe-se para atitudes práticas desmedidas: cotidianamente vários imóveis são

demolidos, em circunstâncias bastante suspeitas, são mutilados, descaracterizados, acrescidos ou reproduzidos de maneira grotesca, fazendo desaparecer os registros vivos da história local, confundindo, por vezes, o observador a respeito da distinção entre o antigo e o novo. Outros se apresentam ociosos, abandonados, acumulando lixo, servindo de abrigos a marginais, degradando-se pela falta de uso e de manutenção, compondo um triste cenário à cidade e comprometendo a segurança de todos. As imagens abaixo ilustram alguns flagrantes encontrados na cidade de Manaus:



Exemplos de degradação do patrimônio histórico de Manaus. Fig. 93 - Poluição visual: placas e letreiros encobrendo quase que a totalidade da fachada de imóvel sito à Rua Doutor Moreira. Fig. 94 – Poluição visual: pinturas decorativas recobrem toda a extensão de fachada de imóvel sito à Rua Tamandaré. Fig. 95 – Sinistro de incêndio destruiu, por completo, imóvel sito à Rua Rocha dos Santos. Fig. 96 – Ociosidade: fachada, em ruínas, de imóvel sito à Avenida Epaminondas. Fotos: Antônio Carlos Nascimento.

As justificativas, para tanto, são as mais diversas: indisponibilidade de recursos para a conservação ou para o restauro, desconhecimento da legislação patrimonial, sinistros acidentais, incompatibilidade entre as novas necessidades urbanas e a originalidade das edificações, disputas entre herdeiros e omissão dos órgãos competentes.

Mas a principal razão, certamente, é a de que muitos não se identificam e até desconhecem o patrimônio, não encontram representatividade nos bens selecionados como oficiais, sendo conseqüência natural o descaso frente ao que não se lhe interessa. Lemos (2004) ratifica essa idéia, considerando que um dos primeiros entraves à preservação seria a falta de esclarecimento popular, “... para não dizermos deseducação coletiva.” (LEMOS, 2004, p. 84).

A educação patrimonial torna-se, nesse âmbito, uma estratégia fundamental, permitindo difundir o conhecimento em todos os níveis de ensino, da educação infantil à pós-graduação, inserida nos currículos e nos projetos pedagógicos, não apenas de modo informacional, mas que permitissem, efetivamente, a experimentação, a prática, a vivência destas realidades. Visitas técnicas guiadas a centros culturais, museus, monumentos, participação em eventos, dentre outros, poderiam ser sugeridos, pois consistiriam em “receptáculos de memória”, ampliando o conceito que Cristina Freire (1997, p. 97) atribui aos museus e aos monumentos. Resgata-se, portanto, a “função pedagógica” (FREIRE, 1997, p. 92) da construção, como já foi explorado anteriormente.

A própria dinâmica da vida moderna, pautada pela pressa, pela velocidade do automóvel, não permite o tempo necessário para a contemplação de seus monumentos<sup>141</sup>, que terminam assumindo, apenas, a finalidade de meros marcos espaciais, e não referenciais de memória:

*O andar pela cidade é indispensável para que se estabeleça com os monumentos uma relação. É preciso, inicialmente, observá-los com atenção para vê-los, e esse encontro pode ter muitas nuances. Se não passarem totalmente despercebidos, se a velocidade do deslocamento não for muito acelerada, podem até*

---

<sup>80</sup>Nesse contexto, exemplifica-se a oportuna contribuição de Thèrese Aubreton (1996), em sua obra “Caminhando por Manaus”, indicando cinco roteiros turísticos, envolvendo alguns dos principais monumentos históricos da cidade e seus respectivos entornos, para serem percorridos a pé, chamando a atenção do visitante ou do cidadão, inclusive, para detalhes arquitetônicos das referidas obras.

despertar lembranças, reavivar emoções e desencadear narrativas. (FREIRE, 1997, p. 124).

Por outro lado, não há oportunidade de fruição, também, pela insegurança dos centros urbanos, isolando os indivíduos: “O medo faz com que a cidade se encolha e impossibilita descobertas de novos espaços, propõe a paralização, a impossibilidade de ir além do já conhecido. A cidade é grande, mas é perigoso explorá-la.” (FREIRE, 1997, p. 167). Este confinamento trará conseqüências para a constituição das cidades e para o psiquismo dos cidadãos. (FREIRE, 1997, p. 170,171).

Não se privilegia, também, a figura do pedestre: os passeios, por exemplo, que deveriam estar livres, garantindo o direito à acessibilidade universal, quando não estão mal conservados e desnivelados, apresentam-se congestionados pelo estacionamento de carros e pelo depósito de lixo e de mercadorias das lojas e dos ambulantes, totalmente impróprios à circulação. Some-se, ainda, a carência de atrativos de infra-estrutura e de serviços, ratificando-se a urgência de requalificação urbana, para que se tenha restituído o direito à cidade.

Torna-se imperativo, por conseguinte, que a sociedade reassuma seu papel de sujeito de ações conscientes acerca da preservação de seus referenciais culturais, vencendo o isolamento, o ostracismo e a postura comodamente contemplativa ou indiferente, atentando à observação de Lynch (2007): “Os elementos móveis de uma cidade e, em especial, as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias. Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele;...” (LYNCH, 1997, p. 01, 02).

Com a degradação do centro, outra problemática configura-se, estendendo-se o vetor de crescimento da cidade para as periferias, destituídas de planejamento: no caso de Manaus, a baixa renda vai-se instalando cada vez mais a leste. Não conseguindo conter os assentamentos informais, o Governo vai tendo que assimilá-los, estendo-lhes os serviços e a infra-estrutura urbana, que passam a ser reivindicados pela população, em detrimento da

obsolescência do núcleo originário da cidade. Estes procedimentos findam por onerar os cofres públicos, Em contraposição, a oeste, a orla fluvial vem sendo ocupada por torres de alto luxo, contribuindo para uma notória segregação do espaço urbano, acirrando os conflitos sociais. Esta situação precisa ser revista, priorizando a estrutura já edificada, como alerta Benévolo (1991):

... é preciso orientar a intervenção pública antes para a organização das áreas já construídas, do que para a formação de novas áreas. As leis e os procedimentos tradicionais, concebidos para as periferias, não podem ser aplicados tal como são aos centros antigos e em seu lugar é preciso ter outros instrumentos, que ainda devem ser ajustados e verificados pela experiência. (BENÉVOLO, 1991, p. 73).

Outros empecilhos à questão do patrimônio histórico são as distorções recorrentes: a recusa em colaborar provém do conflito entre as noções de propriedade privada e propriedade coletiva<sup>142</sup>

---

<sup>81</sup>“Em seu sentido coletivo, ninguém é contra a preservação do patrimônio, abertamente. Mas, quando a situação se particulariza em torno de um monumento, seja ele público ou particular, e passa a envolver condicionantes e restrições ao desejo ou à ambição de proprietários, especuladores e outros interessados, nesse momento, quase sem exceção, todos são pragmaticamente contra a preservação.” (ABRAHIM, 2003, p. 28).

, da falsa idéia de que o tombamento implica, necessariamente, na desapropriação do bem, e de que o mesmo está, invariavelmente, associado à idéia de “congelamento”, preso à sua originalidade, não lhe podendo fazer nenhuma intervenção, inviabilizando o uso. Os meios de comunicação poderiam ser grandes aliados nesta campanha, além da educação escolar, permitindo, de modo rápido e objetivo, atingir todas as massas populacionais.

Moacir Andrade (1985), aponta que o desrespeito à história não é privilégio único da cidade:

Todas as cidades tradicionais, inclusive as chamadas cidades artificiais ou cidades planejadas, sofrem mutações compulsórias, por força da própria dinâmica social, por processos econômicos e políticos, ou mesmo por injunções espúrias, como é o caso da cidade de Manaus. (ANDRADE, 1985, p. 20).

Torna-se de fundamental importância, nesse processo, a conscientização de que, justamente por se tratar de um patrimônio coletivo, interessa e é de responsabilidade de todos zelarem por sua memória, por seus referenciais de vida. Deste modo, a sociedade e o poder público devem assumir-se como sujeitos das ações de salvaguarda deste acervo. Este compromisso, inclusive, está expresso na legislação maior do País, juntamente com suas estratégias: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e de preservação.”<sup>143</sup>

---

<sup>82</sup> Constituição de 05 de outubro de 1988, Art. 216, § 1º. Disponível em:<<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em: 06 jul. 2006.

## Capítulo 03

### Pensando o Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião

Este capítulo propõe-se a descrever e a analisar o Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas, enquanto exemplo de intervenção do poder público em área de interesse de preservação, trazendo, como resultados, não apenas a preservação dos monumentos, contestando-se algumas propostas em termos da real significação histórica e, até mesmo, considerando-as sob uma provável estratégia política de propaganda da cidade (city marketing), mas também a inegável restituição, à sociedade, de um logradouro, no centro de Manaus, dotado de segurança e infra-estrutura adequadas para sua população.

Toda a documentação de pesquisa para esta etapa foi adquirida a partir das informações gentilmente concedidas pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado da Cultura, responsável pelo projeto.

Será apresentado, inicialmente, o projeto-piloto Casas da Sete, primeira experiência da Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas em intervenção em área histórica, na qual se configuram as diretrizes norteadoras dos projetos consequentes. Prossegue com a apresentação do Programa Manaus Belle Époque, em termos de objetivos, justificativas e área de atuação.

Em seguida, de modo sintético, tem-se o histórico do lugar, principalmente de seus ícones – praça, igreja, teatro -, de bibliografia e de iconografia vastas. A pesquisa, assinala-se, encontrou dificuldades em se resgatar informações sobre os imóveis de particulares – os registros, aqui contidos, provém, em ínfima contribuição, dos acervos oficiais, e, em grande parte, das oportunidades conquistadas a partir da experiência de trabalho no projeto em questão, principalmente a partir dos relatos de moradores e de inquilinos do Largo de São Sebastião.

Finalmente tratar-se-á sobre as metodologias adotadas pelo projeto, verificando suas estratégias para a preservação do acervo arquitetônico daquele sítio.

### **3.1. O Programa Manaus Belle Époque**

Para tratar do Programa Manaus Belle Époque, faz-se necessária uma retrospectiva das ações do Governo do Estado do Amazonas, através da Secretaria de Cultura, envolvendo o patrimônio histórico da cidade.

Remontando ao ano de 1997, quando houve a Capacitação de Trabalhadores em Técnicas de Restauração, resultado de parceria entre o Governo do Estado, a Fundação Getúlio Vargas e o ISAE, da qual participaram seiscentos profissionais da construção civil, de todos os níveis, formou-se a mão-de-obra qualificada para intervir nas futuras obras de revitalização do Centro Antigo de Manaus. Os módulos trabalhados foram: “Introdução às Técnicas de Restauo, Conservação e Recuperação de Bens Imóveis e Elementos Integrados” e “Recuperação de Pinturas Decorativas e Elementos Decorativos na Arquitetura.” (SEC, 2002).

A primeira atividade prática desta experiência foi Projeto Canteiro-Escola Casas da Sete (fig. 97), em 1998, que recuperou as fachadas de onze imóveis vizinhos ao Palácio Rio Negro, bem tombado estadual, sito à Avenida Sete de Setembro, entre as pontes romanas.

Já a partir deste projeto-piloto, consolidavam-se as principais diretrizes norteadoras das atividades subseqüentes: a busca pela originalidade das construções, como caráter prioritário, e as adequações de uso, quando necessárias.



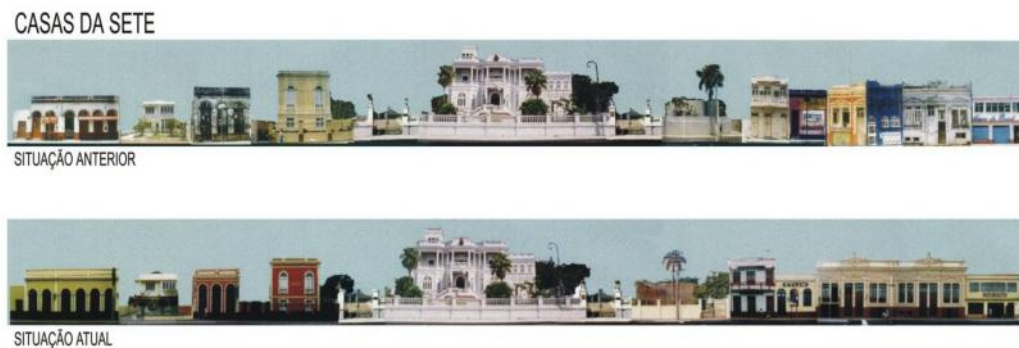


Fig. 97 – Sky-line do Projeto Casas da Sete, apresentando os imóveis vizinhos ao Palácio Rio Negro antes e após a intervenção. Fonte: Acervo da Casa do Restauro. Foto-montagem: Antônio Carlos Nascimento.

O Programa Manaus Belle Époque, idealizado em 1999, consiste em uma grande ação promovida pelo Governo do Estado do Amazonas, visando, a partir da revitalização de algumas das mais significativas áreas históricas da cidade<sup>84</sup>, fomentar o turismo, conforme justificativa anunciada na Apresentação<sup>85</sup> da proposta, pelo então Governador do Estado, Sr. Amazonino Mendes:

O Amazonas reclamava esta transformação para cumprir seu destino histórico. Consciente de que o turismo é a indústria para a qual se devem voltar todos os nossos esforços, ditei as diretrizes, examinei fundo as implicações e os caminhos que devemos seguir, e tenho a convicção de que este conjunto de Programas e Projetos permitirão que alcancemos, no romper do novo milênio, os primeiros resultados da completa inserção do Amazonas no mundo mágico e de longo desenvolvimento que o turismo propicia.

Ratifica-se tal preocupação no dizer do Secretário de Estado da Cultura e Turismo, à época, Sr. Robério Braga, na Introdução do mesmo programa, quando informa que “a transformação do Amazonas em efetivo pólo de turismo” era uma

<sup>83</sup> O Programa Manaus Belle Époque compreende os seguintes projetos: Projeto de Revitalização da Área de Entorno do Mercado Adolpho Lisboa, Corredor Especial de Turismo (Rua Marcílio Dias), Projeto de Revitalização de Imóveis Históricos (Igreja do Pobre Diabo, Cemitério São João Batista), ainda a executar; Restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, Casa da Cultura e Teatro da Instalação, já concluídos; Projeto de Revitalização do Entorno da Matriz, concluída a 1ª. Etapa; Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça de São Sebastião, praticamente concluído.

<sup>84</sup> SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO DO AMAZONAS. Programa Manaus Belle Époque. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2000.

“decisão política inadiável”, e seu advento será “representativo para a melhoria da qualidade de vida das suas populações.”

O Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça São Sebastião, compreendido neste Programa, iniciado em 2003, no Governo de Eduardo Braga, tem, como área de abrangência, o quadrilátero formado pelas ruas Costa Azevedo, José Clemente, Dez de Julho e pela Avenida Eduardo Ribeiro (fig. 98; vide, também Anexos A a E). Neste contexto, além das unidades de particulares, consideradas de interesse de preservação pelo Município, há uma concentração de monumentos públicos relevantes: bens tombados estaduais (Igreja e Praça de São Sebastião, Palácio da Justiça) e bem tombado federal (Teatro Amazonas). A evidente consagração recebida por este último, no volume de apresentação do projeto, justifica a escolha deste local para a intervenção – “o mais expressivo símbolo cultural do Amazonas”.

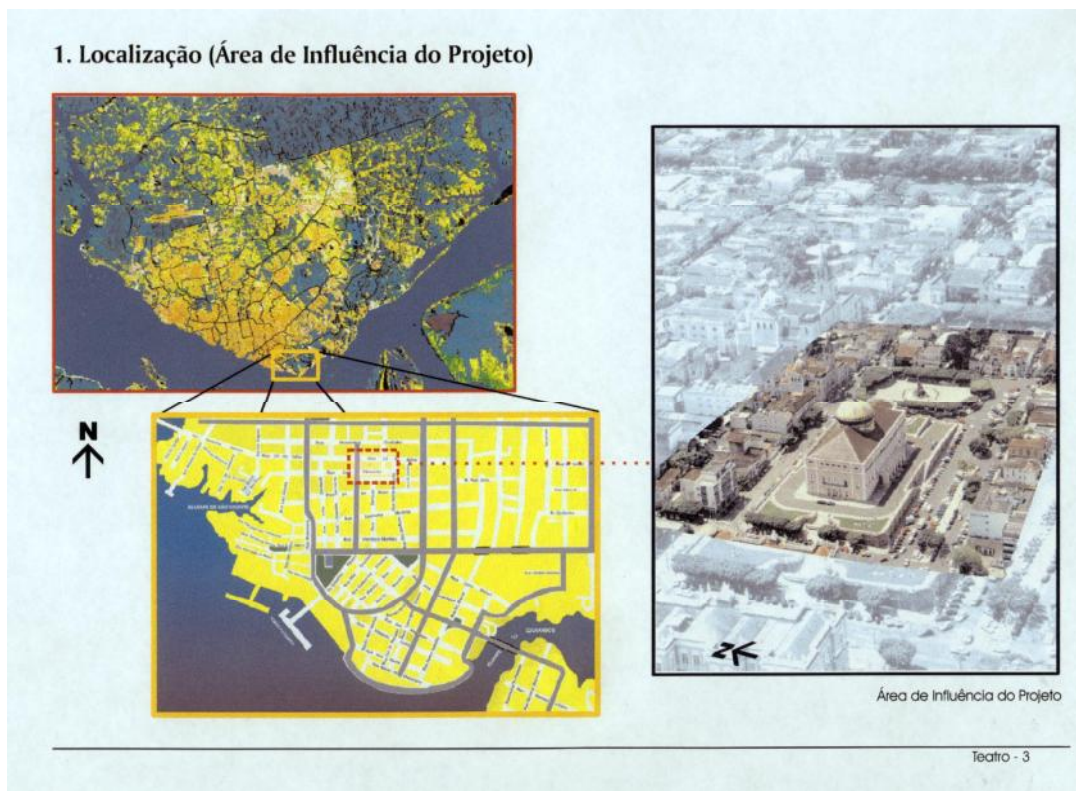


Fig. 98 – Prancha destacando a área do entorno do Teatro Amazonas. Fonte: Programa Manaus Belle Époque, 2000.

### 3.2.Histórico e legislação da área de abrangência

O Largo de São Sebastião, inicialmente, era local da antiga rocinha do Tenente-Coronel Antonio Lopes de Oliveira Braga, onde, em 7 de setembro de 1867, inaugurou-se um obelisco em homenagem à abertura dos portos de Manaus às nações amigas, por iniciativa do médico Antonio David Vasconcellos de Canavarro (IGHA, 1985), com a colaboração de amigos, tendo, por construtor, o cidadão português José Cardoso Ramalho<sup>85</sup>, pedreiro e mestre de obras (MONTEIRO, 1998, p. 641). Tratava-se de uma simples coluna de alvenaria de pedra, de seção quadrangular e faces lisas, tendo seis metros de altura e situada em uma das extremidades do Largo (vide fig. 70).

A praça, portanto, precedeu ao bairro, pois, somente em 1877, São Sebastião tornou-se o quinto bairro de Manaus, tendo o Largo como seu centro, mandado abrir também a partir da ação do Dr. Antonio de Canavarro. (MONTEIRO, 1998, p. 640)

O Teatro vem a seguir, atendendo às exigências da sociedade manauara por um local mais digno para as apresentações cênicas. Em 1881, o então Presidente da Província, Sr. Alarico José Furtado, sancionou lei que o autorizava a dispor da quantia de cento e vinte contos de réis para “.. a construção de um theatro de alvenaria nesta cidade e aquisição do terreno preciso.” (Lei No. 546 de 14 de junho de 1881, Artigo 1o. In: Provincia do Amazonas. Colleção das Leis de 1881. Parte Primeira. Tomo XXIX. Manaós).

Sua localização, inicialmente, deveria ser na Praça Paiçandu (confluência da Avenida Eduardo Ribeiro com a Avenida Sete de Setembro e a Rua Henrique Martins), mas a idéia foi abandonada: “Os empreiteiros não se responsabilizaram pela construção do edifício naquele local, por se tratar de área de igarapé, aterrada havia pouco tempo, sem a solidez necessária para sustentar obra de tal porte.” (GARCIA, 2005, p. 99). O local, então, foi transferido para a Praça de São Sebastião, em 10 de janeiro de 1884, desapropriada pela importância de Cr\$ 20.000,00 (MONTEIRO, 1998, p. 640). O lançamento da pedra fundamental do

---

<sup>85</sup> Pai do governador coronel José Cardoso Ramalho Junior – o construtor (idealizador) do atual Monumento à Abertura dos Portos (MONTEIRO, 1998, p. 641).

Teatro Amazonas acontece em 14 de fevereiro de 1884, pelo presidente José Paranaguá, ficando as obras paralisadas por alguns anos, sendo retomadas na administração de Eduardo Ribeiro, em 1892. A inauguração, entretanto, só vai acontecer em 31 de dezembro de 1896, com Fileto Pires.

Nesse ínterim, surge a Igreja de São Sebastião, “...contratada com Leonardo Malcher, orçada inicialmente em 8 contos de réis. Entregue ao povo em 8 de setembro de 1888, construída sob a direção do Franciscano Frei Gesualdo Macchetti de Lucas.” (IGHA, 1985, p. 96).

Em 1894, iniciam-se as obras do Palácio da Justiça, entregues, praticamente, concluídas, ao sucessor de Eduardo Ribeiro, o Governador Fileto Pires Ferreira. A inauguração, entretanto, ocorre em 1900, na administração de José Cardoso Ramalho Júnior (GARCIA, 2005, p. 105, 106).

Com a monumentalidade do novo conjunto arquitetônico que surgia, o Largo desempenhava triste papel, com o singelo obelisco implantado no rés-do-chão, tal como se pode observar na imagem abaixo:



Fig. 99 – Panorama do Largo de São Sebastião, tendo, ao centro, o obelisco comemorativo à Abertura dos Portos do Amazonas às Nações Amigas. Esta é uma fusão de imagens antigas do local. Fonte: Vida, Revista de Cultura, Saúde e Qualidade de Vida, da Unimed Manaus, Ano 2, no. 4, maio/2005.

Para modificar esta situação, em 1897 novo estudo para o monumento é apresentado pelos engenheiros Raimundo Hipólito Girard e Guilherme Capretz, mas a construção do modelo atual deve-se a Domenico de Angelis, contratado em 14 de

março de 1899, que entregou a obra em 5 de setembro de 1900 (IGHA, 1985, p. 95).

Com o calçamento do local, ao redor do obelisco, devido a Antonio Augusto Duarte, a partir do contrato de 8 de agosto de 1899 (IGHA, 1985, p. 95), e somado à construção dos passeios dos imóveis do entorno, cuja conclusão foi anunciada pelo governador Silvério Nery em 15 de janeiro de 1901 (MESQUITA, 1999, p. 294), finalmente Manaus podia desfrutar de mais um cenário urbano, majestoso até os dias contemporâneos.

A área em estudo vai abrigar um repertório de bens patrimoniais tombados nas três instâncias de poder: pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o Teatro Amazonas, pelo Estado, a Igreja de São Sebastião e o Palácio da Justiça, e, pelo Município, as demais construções (unidades de interesse de preservação de 1º. e de 2º. Graus). Esta particularidade torna-se interessante de ser analisada para verificar como o poder público articula-se para administrar este sítio urbano.

Em termos da legislação patrimonial, também é importante ressaltar a inclusão deste logradouro na área tombada da cidade, o Centro Antigo de Manaus, conforme já explicitado anteriormente, segundo a LOMMAN (Lei Orgânica do Município de Manaus).

### **3.3. Metodologias**

A principal metodologia adotada pelo projeto em estudo consistiu na *valorização*:

... colocação em evidência do monumento através da proteção do seu entorno de interferências visuais indevidas, bem como do seu destaque com ambientação (jardins, iluminação, passeios, etc.) adequada. Está contida sempre no processo de preservação integrada. (CURTIS, 1981, p. 16).



A importância do entorno deve-se à necessidade de contextualização do bem cultural ao seu ambiente envolvente, analisando suas relações e interferências. A estratégia, de modo mais simplificado, consiste em valorizar o monumento central, no caso, o Teatro Amazonas, a partir de um tratamento dispensado à sua moldura, ou seja, aos imóveis circunvizinhos. As legislações patrimoniais para cada instância de poder, prescrevem as intervenções permissíveis aos entornos de imóveis tombados, delimitando seu raio de abrangência, além de outras definições, como os gabaritos (alturas) máximos das construções.

A intencionalidade desta metodologia foi turística, como já anunciado, e, para tanto, adotou várias outras estratégias de intervenções, priorizando, sempre que possível, a busca das informações originais. Esta diversidade de experiências torna o projeto uma fonte enriquecedora para o estudo da preservação do patrimônio histórico edificado.

Vale assinalar a complexidade assumida por projetos dessa natureza, envolvendo patrimônio histórico, se comparado ao de obras comuns, pois, além de resguardar a integridade física do bem, há de se garantir sua perpetuação enquanto representante da memória coletiva. A seguir, temos as demais metodologias de intervenção adotadas pelo projeto, destacando os casos mais relevantes para exemplificação da minúcia e dos cuidados dispensados (Fig. 100).

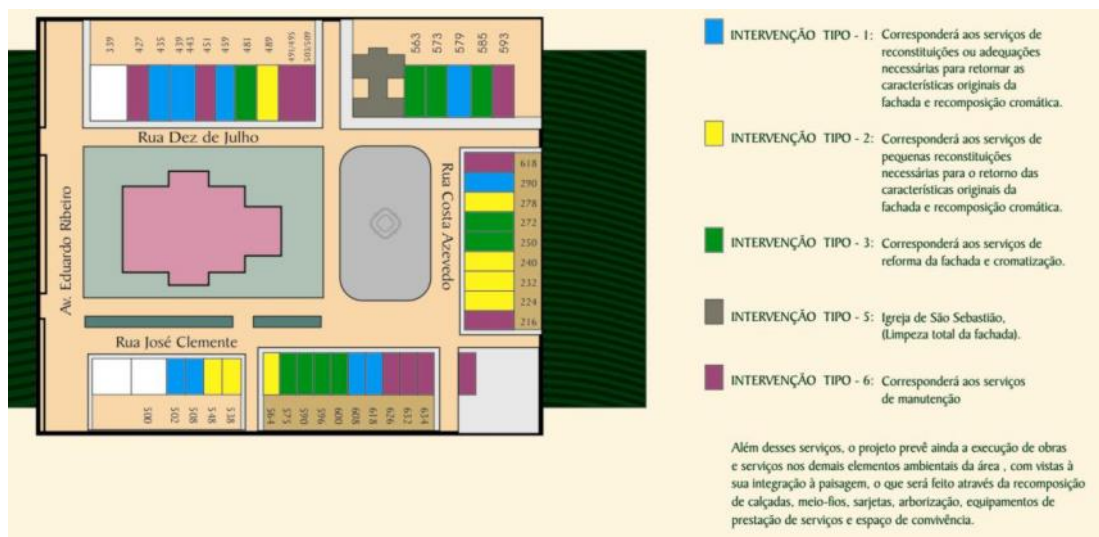


Fig. 100 – As intervenções adotadas pelo projeto. Fonte: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça de São Sebastião, 2003.

### **a) Equipe Multidisciplinar**

Consoante o Art. 2º. da Carta de Veneza, informando que “A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.”, há necessidade de organização de equipes multidisciplinares para o tratamento do patrimônio histórico, composta de profissionais, como: arquitetos, engenheiros, restauradores, historiadores, cientistas sociais, arqueólogos, antropólogos, dentre outros especialistas convocados à medida do avançar e da complexidade do projeto.

A integração do grupo, respeitando a importância de contribuição de cada participante, é condição *sine qua non* para o sucesso do empreendimento, embora o arquiteto seja peça fundamental, por sua responsabilidade em canalizar todas as informações, investigadas e participadas por seus companheiros, materializando-as no projeto: “Cabe a ele a decisão e a condução da intervenção.” (BRAGA, 2003, p. 20).

No caso do projeto em estudo, elaborado pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Turístico, da Secretara de Estado da Cultura, envolveram-se os seguintes profissionais: arquitetos, engenheiros civis e restauradores, com seus respectivos estagiários, todos funcionários, além de consultores contratados, como os restauradores que analisaram a composição da argamassa das fachadas do Teatro Amazonas e a intervenção de restauro para o Monumento à Abertura dos Portos.

### **b) Divulgação do Projeto**

Os moradores do entorno do Teatro Amazonas tomaram conhecimento do projeto através da equipe do Departamento de Patrimônio Histórico, que os procurou, pessoalmente, orientando-lhes sobre a relevância histórica dos imóveis e apresentando-lhes as propostas de intervenção pretendidas.

Esclareceu-se que a adesão, ao projeto, não lhes implicaria em ônus, ao contrário, somente benefícios, pois teriam as fachadas e coberturas de seus imóveis completamente recuperadas. Para as unidades de interesse de preservação, ainda havia a possibilidade da isenção total do IPTU, conforme a Lei No. 181 de 30 de abril de 1993, já mencionada anteriormente.

Apesar de tantas vantagens anunciadas, o convencimento não foi tão fácil para alguns casos, comprovando a falta de esclarecimento coletivo acerca da legislação do patrimônio histórico: uns sentiram-se invadidos em seu direito particular de propriedade; outros temiam desapropriação, após o término do projeto; outros lamentaram o inconveniente das obras. Mas, em geral, a aceitação transcorreu bem, com grandes expectativas por parte da maioria. Um fator que certamente contribuiu para a implantação do projeto foi a experiência na Avenida Sete de Setembro, quer no entorno do Palácio Rio Negro, como no entorno da Matriz, repercutindo, positivamente, com seus imóveis revitalizados.

Somente a partir do consentimento, por escrito, dos proprietários, iniciaram as investigações in loco, realizando-se o levantamento físico (medições para gerar a representação em desenho técnico) e as prospecções cromáticas.

A participação dos moradores foi de fundamental importância para as decisões projetuais, através de entrevistas e de contínuas visitas promovidas, conseguindo-se preciosas informações, quer através de seus depoimentos, quer através do acesso possibilitado aos álbuns fotográficos das famílias, resgatando-se, assim, a memória do lugar e dos imóveis, testemunhos somente presenciados e vivenciados por eles, perdidos no passado:

O relato revolve antigas camadas da construção da cidade que se encontram sedimentadas na memória de seus habitantes. Só podemos encontrá-las através da rememoração que, por sua vez, desperta-se nos lugares onde essa condensação de sentidos se realiza. (FREIRE, 1997, p. 177).



As descobertas mais relevantes serão tratadas, posteriormente, nas demais metodologias de intervenção.

As propostas para cada imóvel em momento algum foram impostas por seus idealizadores, sendo necessário, para algumas situações, realizarem-se vários estudos até obter-se a concordância por parte de seus proprietários.

### **c) Pesquisa Iconográfica**

A pesquisa em referenciais iconográficos é de extrema valia para o tratamento de imóveis históricos e, assim como ocorre para a investigação bibliográfica, não se esgota no levantamento cadastral – pode estender-se ao desenvolvimento do projeto (ou até mesmo à execução) -, por vezes resultando em alterações à programação inicial: “É muito comum interromper obras de restauração/conservação devido ao aparecimento de um dado novo, e à conseqüente necessidade de interpretá-lo e definir para a recondução ou não das diretrizes do projeto.” (BRAGA, 2003, p. 28). Necessita-se, portanto, haver compreensão e sensibilidade, por parte de seus autores ou responsáveis, para que as novas decisões sejam as mais favoráveis à preservação da memória coletiva.

Nesse âmbito, as fontes são diversas: mapas, projetos, plantas, croquis, desenhos, postais, fotografias, dentre outros, poderão ser analisados.

A importância consiste em informações adicionais ou possibilidade de elucidação ou confirmação acerca do bem patrimonial em questão, complementares aos dados obtidos através da pesquisa bibliográfica e do próprio conteúdo remanescente ao imóvel. Para tanto, a investigação destas fontes precisa ser norteada por rigor, buscando confirmar a veracidade das informações nelas contidas.

Por vezes, no caso das fotografias, exemplificando, o registro mais importante não se encontra nas imagens em primeiro plano, e, sim, no cenário, no envoltório,

ou, até mesmo, nos detalhes, demandando, por parte do pesquisador, esta cautela de não se deixar satisfazer, apenas, pelas evidências.

Outra informação preciosa, reportando-se a fotografias, particularmente as antigas, seria a gradação das cores de tintas aplicadas às fachadas. Um pesquisador atento saberá aproveitar este recurso, ainda que monocromático, e descobrir, por exemplo, a utilização de tonalidades diferenciadas para os elementos constituintes dos imóveis de época – barramento (faixa da base da construção), plano de fundo, esquadrias em madeira, esquadrias em ferro e ornamentos em geral – que poderão ser incorporadas à intervenção. Pode-se ainda, confrontar estes dados com o resultado das prospecções cromáticas, e, a partir de então, ter a possibilidade de confirmar ou refutar as cores encontradas.

Em se tratando de mapas, é preciso considerar as possíveis alterações, não apenas no aspecto formal (traçado urbano, benfeitorias, construções), mas também a toponímia do lugar pode estar diferente de sua denominação atual, podendo levar o pesquisador a incorrer em erros. No caso da cidade de Manaus, analisando os mapas de suas diversas etapas históricas, consegue-se identificar a evolução urbana e os seus vetores de crescimento – as nomenclaturas e muitos logradouros modificam-se, outros desaparecem, é a dinâmica da renovação processando-se.

Além dessas observações, para a incorporação de fontes iconográficas à pesquisa, é de extrema relevância a metodologia indicada por Kossoy (2001) em sua obra *Fotografia & História*<sup>87</sup>. Alerta, o autor, para que a fotografia seja analisada a partir de seus três elementos constitutivos – o assunto, o fotógrafo e a tecnologia: “O produto final, a fotografia, é portanto resultante da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia.” (KOSSOY, 2001, p. 37)

Assim, o conteúdo ou a expressão da imagem precisam ser considerados enquanto fragmentos de uma realidade pretérita, selecionados sob a ótica de um

---

<sup>86</sup> KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, 2ª. ed. rev.

fotógrafo, este movido por interesses pessoais ou de terceiros, e nunca traduzirá ou recuperará a situação originalmente observada, em sua totalidade. Pode, inclusive, estar escamoteando ou omitindo informações, a partir de critérios pré-definidos, sendo esta estratégia "... uma prática corrente de manipulação da informação, fato que ocorre tanto nos países em que vigoram os regimes democráticos quanto naqueles onde prevalecem a intolerância e o autoritarismo." (KOSSOY, 2001, p. 113). Ou seja, nem tudo o que se aparenta é real, necessitando-se "ler nas entrelinhas":

Apesar do amplo potencial de informação contido na imagem, ela não substitui a realidade tal como se deu no passado. Ela apenas traz informações visuais de um fragmento do real, selecionado e *organizado* estética e ideologicamente.

A fotografia ou um conjunto de fotografias não reconstituem os fatos passados. A fotografia ou um conjunto de fotografias apenas congelam, nos limites do plano da imagem, fragmentos desconectados de um instante de vida das pessoas, coisas, natureza, paisagens urbana e rural. Cabe ao intérprete compreender a imagem fotográfica enquanto informação descontínua da vida passada, na qual se pretende mergulhar." (p. 115)

Para escapar desta armadilha da aparência deve-se buscar a identificação da finalidade a que se propõe o registro e recorrer-se à análise de dados escritos, em suas diversas fontes, complementos indissociáveis da pesquisa histórica: "É um engano pensar-se que o estudo da imagem enquanto processo de conhecimento poderá abdicar do signo escrito." (KOSSOY, 2001, p. 78).

No caso do projeto em estudo, tanto o referencial escrito quanto o iconográfico foram considerados, além do próprio conteúdo arquitetônico, remanescente a cada unidade, cruzando os dados em busca de confirmações sobre os aspectos originais dos imóveis. Nesse último aspecto, considerando-se que a área possui quatro símbolos históricos mais evidenciados – teatro, palácio, igreja e praça – a iconografia disponível é farta, principalmente a oficial, constante dos álbuns dos administradores locais. Além destas fontes, foram de importância fundamental os registros de particulares, das famílias que ainda residem ou trabalham no local, pois a respeito das unidades de interesse de preservação, quase

não havia registros. Estas informações, adicionadas ao conteúdo arquitetônico dos imóveis, a sua maioria em bom estado de conservação, permitiu muitos acertos nas propostas de intervenção.

Para ilustrar a importância da pesquisa iconográfica para o projeto em estudo, selecionou-se um dos vários imóveis contemplados – uma residência localizada à Rua José Clemente, no. 626. Neste caso, as imagens antigas foram decisivas para nortear o processo investigativo em busca da originalidade da fachada.

Esta unidade, antes da intervenção, encontrava-se bastante descaracterizada, tendo, apenas, como originais, os seguintes elementos: platibanda; cimalha; cunhais; barramento; um dos gradis retangulares do porão; a guarnição inferior da porta em madeira, com seu portãozinho de ferro, ambos do tipo abrir, duas folhas; uma das ombreiras de uma das janelas; resquícios do revestimento cerâmico, em tom de verde musgo, no friso e na parte entre o cunhal e a ombreira. Não havia mais as bandeiras, as guarnições das janelas, seus guarda-corpos e a cobertura (vide fig. 101).

Em uma foto antiga (fig. 102), monocromática (não foi possível identificar a autoria, nem a datação, mas descoberta em consulta a arquivos antigos), que permite a contemplação parcial do casario deste logradouro, conseguiu-se identificar o imóvel completamente original: as bandeiras eram em arco pleno, daqueles modelos mais simples, com duas folhas de vidro e guarnição em madeira; as janelas eram duas, do tipo abrir, duas folhas, sendo que a parte superior estava aberta, a mediana, fechada, em venezianas, e a inferior, por detrás dos guarda-corpos entalados, também estava fechada, mas da qual não se conseguia precisar detalhes; abaixo de cada janela, a abertura retangular do porão; a porta e o seu portãozinho estavam a comprovar a sua autenticidade; a cobertura era em duas águas, com telhas capa-canal; percebia-se um tom escuro para o plano de fundo (era o revestimento cerâmico, em verde-musgo), contrastante às cores dos demais elementos; a edificação era geminada, por fim, às suas adjacentes.

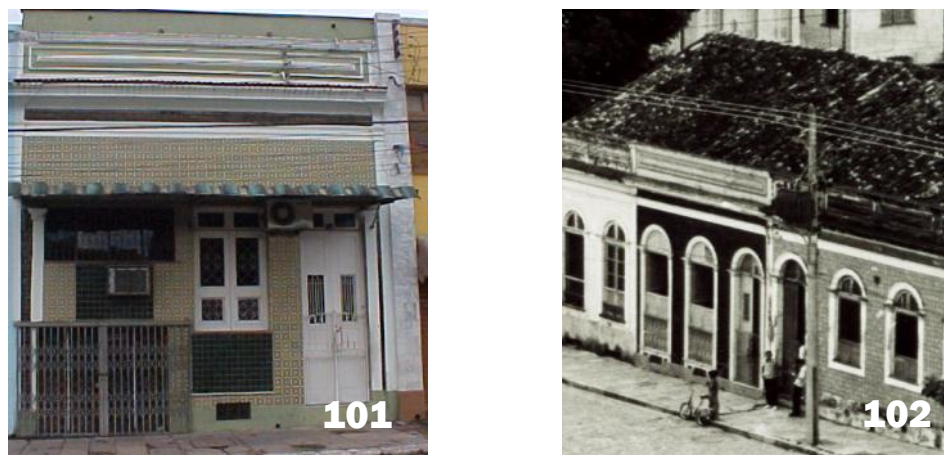


Fig. 101 e102 – Imóvel do entorno do Teatro Amazonas: à esquerda, antes da intervenção; à direita, aspecto original da unidade. Fonte: Acervo da Casa do Restauro.

Três fotos extraídas do álbum de família do proprietário do imóvel vêm somar à investigação. Na primeira (fig. 103), vê-se, em primeiro plano, um grupo de três jovens na Praça de São Sebastião, mas estes personagens não constituem o centro das atenções. Como dito anteriormente, a importância reside no cenário – a casa 626. Nesta imagem, confirmam-se a cobertura, a platibanda, a cimalha, as três bandeiras em arco, a tonalidade escura das paredes, os demais elementos claros, o gradil de uma das janelas, embora a guarnição superior destas ainda esteja aberta. Na segunda foto (fig. 104), com a intenção de enquadrar um menino, percebe-se, parcialmente, o detalhamento da base do imóvel, com mais confirmações: a tonalidade escura, vista nas outras fotos, é realmente do revestimento cerâmico, a parte remanescente, entre o cunhal e uma ombreira de janela (facilmente identifica-se a marcação das peças retangulares); o tom mais claro dos demais elementos de fachada (ombreiras, gradis, esquadrias); uma aproximação do gradil de uma das janelas, com sua ferragem sinuosa; o barramento baixo, liso e de cor mais escura que os detalhes; uma das aberturas retangulares do porão. Na terceira imagem (fig. 105), vista interna do imóvel, demonstra uma cena em que três jovens fumam e bebem, próximos a uma das janelas, revelando a parte inferior, por detrás do guarda-corpo, fixa, lisa; as partes mediana e superior abertas, articuladas, com venezianas. Ainda é possível verificar o piso original deste ambiente, com suas régua de madeiras bicolores.



Fig. 103 a 105 – Três fotos extraídas do álbum de família do proprietário de um dos imóveis do entorno do Teatro Amazonas revelam informações originais da unidade. Foto: Acervo da Casa do Restauo.

A pesquisa iconográfica e sua confirmação através da prospecção da fachada (fig. 106) – retirando o reboco, descobriram-se as estruturas originais dos vãos dos arcos das esquadrias - foi de fundamental importância para a reconstituição da fachada do imóvel.



Fig. 106 – A prospecção da argamassa revelou os arcos originais das esquadrias e uma viga acrescida para dar sustentação aos novos vãos. Fonte: Acervo da Casa do Restauro.

Uma particularidade da intervenção promovida a esta unidade, ainda tratando sobre a relevância dos registros de imagens, é que se adotou, como proposta cromática, o mesmo contraste revelado em fotos antigas do imóvel (fig. 107) – escuro, para o plano de fundo, e claro, para os detalhamentos e esquadrias. A tonalidade escura, resultante do revestimento cerâmico original, foi mantida, preservando-se as duas únicas faixas remanescentes, e aplicando-se, às demais áreas da fachada, massa corrida com tinta de cor semelhante a este elemento verde-escuro. Observando-se à distância, tem-se a impressão de unidade da cor e do revestimento (fig. 108), entretanto, aproximando-se, percebe-se a segregação de materiais (fig. 109). Esta é uma das possibilidades de tratamento ao patrimônio histórico, assegurada pela Carta de Veneza, preservando-se os resquícios primitivos e complementando-os com materiais e técnicas contemporâneos, sendo possível, visualmente, identificá-los, garantindo a autenticidade das informações originais, contudo havendo uma integração entre ambos, que não agride a construção:

Art 9o – ... no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. (...).

Art 10o – Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Art 12o – Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história. (ITÁLIA, Carta de Veneza, 1964).





Fig. 107 e 108 - Nestas imagens, percebe-se que o contraste original de cores do imóvel à direita, revelado pela foto antiga, foi mantido na atual intervenção. Fontes: Fig. 107, autor desconhecido; Fig. 108, Márcia Honda N. Castro.



Fig. 109 – Detalhe de fachada: a faixa inferior, em massa acrílica, recebe pintura em tonalidade próxima ao revestimento cerâmico original, na faixa superior. Foto: Márcia Honda N. Castro.

#### d) Barreiras Visuais

Uma das primeiras etapas executivas do projeto consistiu na retirada de todos os elementos descaracterizados das fachadas que, por vezes, tornavam-se barreiras visuais, encobrendo informações originais. Foi esta a situação, por exemplo, do imóvel no. 451, sito à Rua Dez de Julho, hoje Casa Ivete Ibiapina, quando a remoção do toldo implantado para proteger o porão revelou os gradis originais dos guarda-corpos das janelas do pavimento superior (fig. 110 e 111).

De um modo geral, o projeto não encontrou dificuldades nessa questão, pois as ocorrências foram pontuais.



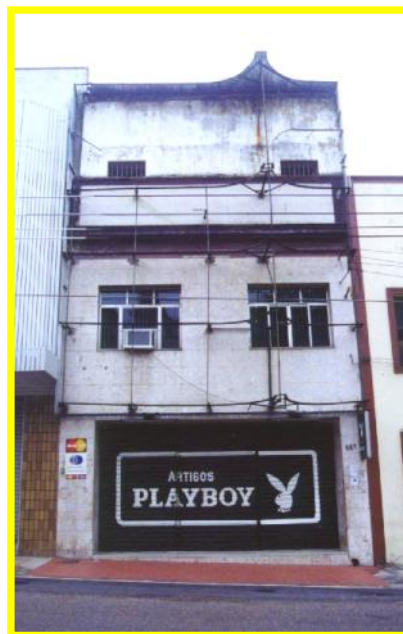
Fig. 110 e 111 – Imóvel do entorno do Teatro Amazonas, antes e após a intervenção: a retirada do toldo sobre o porão revela os guarda-corpos originais das janelas do 1º. pavimento. Fotos: Acervo da Casa do Restauro e Márcia Honda N. Castro.

Existem casos, entretanto, principalmente no tocante à comunicação visual, em que placas e letreiros chegam a encobrir, por completo, as fachadas, não deixando, sequer, nenhuma informação original aparente. A impressão transmitida é, certamente, de uma construção de tipologia contemporânea<sup>88</sup>. Vê-se, aqui, a postura iconoclasta, insensível às contribuições estéticas e históricas do patrimônio edificado, incompatíveis com os ideais de progresso e de modernidade, como já discutido anteriormente.

<sup>88</sup> O centro comercial de Manaus está repleto de exemplos, como na Avenida Eduardo Ribeiro, sua principal artéria. Fazendo referência a outra etapa do Projeto Manaus Belle Époque – o entorno da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição -, que revitalizou as unidades da Avenida Sete de Setembro, localizadas entre a Rua Itamaracá e a Avenida Eduardo Ribeiro, pode ser citado um imóvel, à época, uma loja de roupas, que apresentava o aspecto de uma construção moderna, de linhas simples, sem nenhum vínculo com a arquitetura antiga. Retiradas as barreiras visuais, revela-se uma surpresa: apesar de bastante descaracterizado, o imóvel ainda mantinha a cimalha (moldura situada abaixo da platibanda, com a finalidade de pingadeira) original e deixava perceber a platibanda (espécie de mureta de alvenaria que encobre, parcialmente, a cobertura, ocultando a calha de escoamento das águas pluviais), embora destituída de seus ornamentos. Vide fig. 112 e 113.



112



113

Fig. 112 e 113 – Imóvel do entorno da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, antes e após a retirada das barreiras visuais da fachada, permitindo identificar a platibanda e a cimalha originais.  
Fotos: Antônio Carlos Nascimento.

Ainda refletindo sobre a comunicação visual, é reconhecível e fundamental sua importância para o mundo capitalista, pautado no consumo: os estabelecimentos de comércio e de serviços necessitam deste suporte para sua divulgação.

A concorrência desenfreada, entretanto, gera resultados desastrosos e, por vezes, ineficazes em seus propósitos, pois a intenção de destacar, de segregar é anulada, quando se observa o conjunto formado pelo centro: a poluição visual impera e é desagradável do ponto de vista estético, além de confundir o observador, por uma ausência de boa pregnância<sup>89</sup> das formas que lhe são apresentadas, tendo dificuldades em se orientar espacialmente:

<sup>87</sup> A pregnância é a Lei Básica da Percepção Visual da Gestalt, Escola de Psicologia Experimental que "... atuou principalmente no campo da teoria da forma, com contribuição relevante aos estudos da percepção, linguagem, inteligência, aprendizagem, memória, motivação, conduta exploratória e dinâmica de grupos sociais." (GOMES FILHO, 2000, p. 18). Um objeto com alta pregnância "... apresenta um máximo de equilíbrio, clareza e unificação visual, e um mínimo de complicação visual na organização de seus elementos ou unidades compositivas." (GOMES FILHO, 2000, p. 36).

Os monumentos cobertos por *outdoors*, néons e sinais de trânsito podem ser tudo menos marcos, referências nesta cidade que pasteuriza seus ícones.

Escondidos pela publicidade ou degradados pela poluição, perdem a possibilidade de ser referências espaciais. (FREIRE, 1997, p. 173).

A solução apresentada pelo projeto para a comunicação visual foi a padronização de placas, em dimensões mais reduzidas, com duas tipologias – perpendiculares ou paralelas às fachadas -, e um estudo para seus posicionamentos, de modo a lhes permitir a leitura, pelo observador, causando o mínimo de interferências ao imóvel (fig. 114 a 117). A única exceção é o caso do imóvel sito em confluência das ruas Costa Azevedo e José Clemente, no qual se optou pela introdução de letreiro pintado, diretamente, sobre a alvenaria, para assemelhar-se à sua feição original (fig. 118).

Observa-se, nestas intervenções, uma clara influência da programação visual aplicada ao Corredor Cultural do Rio de Janeiro<sup>90</sup>, normatizada em termos de dimensionamentos, tipologias, localização, cores e fontes, buscando harmonização com as fachadas, sem lhes encobrir informações originais (comparar com fig. 119 a 121). Este projeto, inclusive, vai buscar referências nos antigos engenhos publicitários para inspirar as novas propostas. De fato, retornando ao caso de Manaus, percebem-se alguns casos estéticos e discretos, como se pode observar nas figuras 122 a 124. Outros, contudo, não mereceriam o reporte, por se configurarem tão agressivos e sobrecarregados como algumas soluções atuais (vide fig. 125 a 128).

O resultado alcançado pelo Projeto Manaus Belle Époque é agradável, harmônico com os estilos das construções, permitindo legibilidade e identificação de todos os estabelecimentos.

A estratégia utilizada é bastante coerente e válida, pois a comunicação visual não é o único artifício da publicidade: a melhor propaganda deriva dos diferenciais de qualidade dos serviços e dos produtos oferecidos.

---

<sup>88</sup> Trata-se de uma zona especial inserida no centro histórico da capital fluminense, criada através da Lei No. 506 de 17 de janeiro de 1984, publicada no Diário Oficial de 17.01.84. (RIOARTE, 1989).



114



115



116



117



118

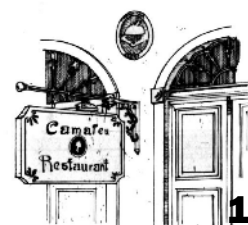
Exemplos de comunicação visual utilizada no projeto do entorno do Teatro Amazonas:  
 Fig. 114 a 116 – Placas perpendiculares à fachada. Fig. 117 – Placa paralela à fachada.  
 Fig. 118 – Letreiro pintado sobre fachada. Fotos: Márcia Honda N. Castro.



119



120



121

Exemplos de comunicação visual utilizada no Corredor Cultural do Rio de Janeiro:  
 Fig. 119 – Placas paralelas à fachada. Fig. 120 – Letreiros pintados sobre a fachada .  
 Fig. 121 – Placa perpendicular à fachada. Fonte: RIOARTE, Corredor Cultural: Como Recuperar,  
 Reformar ou Construir seu Imóvel, 1989.



122



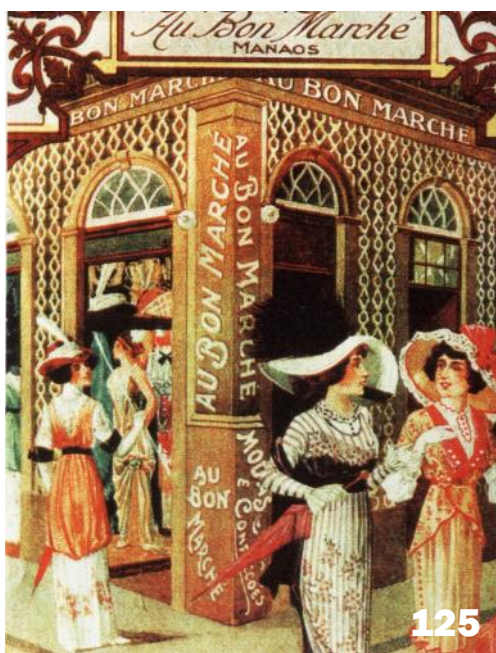
123



124

Exemplos de comunicação visual discreta, utilizada em Manaus no início do séc. XX:  
 Fig. 122 e 123 – Placas paralelas às fachadas. Fig. 124 – Letreiros pintados sobre os toldos. Fonte:  
 BENCHIMOL, Samuel. Manaós-do-Amazonas: Memória Empresarial, 1994.





Exemplos de comunicação visual agressiva, utilizada em Manaus no início do séc. XX:  
 Fig. 125 a 127 – Letreiros pintados sobre fachadas. Fig. 128 – Letreiros pintados sobre os muros, em talude, da Igreja Matriz. Fontes: Fig. 125 – Acervo da família Hatoum. Fig. 126 e 127 - BENCHIMOL, Samuel. Manaós-do-Amazonas: Memória Empresarial, 1994. Fig. 128 – Relatório Apresentado à Intendência Municipal de Manaus, 1901.

### e) Cromatização

A cor é um importante artifício utilizado na Arquitetura, pois, dependendo do modo como for aplicada, trará diversas possibilidades de efeitos visuais: segregação ou unificação, equilíbrio ou desarmonia, recuos ou avanços, peso ou leveza, redução ou expansão, dentre outros. Segundo Gomes Filho (2000, p. 65), pode ser empregada para expressar ou reforçar a informação visual, além de finalidades funcionais, psicológicas, simbólicas, mercadológicas, cromoterápicas, etc.

Contemplando o entorno do Teatro Amazonas, percebe-se que o Projeto Manaus Belle Époque considerou este recurso nas fachadas dos imóveis, quer antigos, com informações a serem preservadas, quer contemporâneos ou já descaracterizados. Note-se que o repertório de edificações, em sua maioria, são ecléticas ou neoclássicas, datando da transição do século XIX para o XX, tendo, como uma das principais características, a ornamentação, mais rebuscada para o primeiro caso e mais elegante para o segundo. Para melhor visualização destes elementos e dos demais que também integram a composição (esquadrias em madeira, gradis, barramentos), adotaram-se-lhes cores distintas, contrastantes, em relação aos planos de parede. O efeito visual é interessante, por valorizar os detalhes. Vide figura abaixo:



Fig. 129 – O contraste de cores valoriza os detalhes das construções: detalhe da fachada principal da Casa do Restauo, na Rua Costa Azevedo. Foto: Márcia Honda N. Castro. É possível, também, a partir da cromatização adotada, a orientação espacial, pois cada imóvel recebeu uma cor diferenciada. Vide figuras a seguir:





Os melhoramentos beneficiaram imóveis antigos (Fig. 130 a 133) e atuais (134 a 136), sendo possível a identificação de cada unidade pelo recurso da cromatização. Fotos: Márcia Honda N. Castro.

Um exemplo de unidade, entretanto, pode ser identificado no sobrado de dois pavimentos localizado à confluência das ruas Tapajós e Dez de Julho, vizinho ao Teatro Amazonas. Antes da intervenção, o imóvel, que possui uso misto (residencial, comercial e serviços), assumia, no térreo, cores distintas para cada estabelecimento, demarcando-os individualmente. Para recuperar a unidade arquitetônica, a construção foi uniformizada com a cor azul nas paredes, branco nos detalhes e azul escuro nas esquadrias de madeira e gradis, ficando a encargo das placas a identificação visual dos usos. Vide figuras abaixo:



Fig. 136 e 137 – Imóvel do entorno do Teatro Amazonas antes e após a intervenção, recebendo cromatização unificada. Fonte: Acervo da Casa do Restauro.

Os imóveis contemporâneos e os descaracterizados também foram contemplados, considerando-se que a intenção foi a de valorizar o Teatro Amazonas, a partir do tratamento dispensado ao seu entorno. Não poderiam ficar excluídos das intervenções, pois gerariam lacunas, interrupções na seqüencialidade de leitura do envoltório.

O Corredor Cultural do Rio de Janeiro (RIOARTE,1989) também inspirou as propostas cromáticas, com suas sugestões:

- Os ornatos e frisos devem ser pintados em tons mais claros do que o fundo das paredes.



- Recomenda-se que os gradis sejam pintados em cores mais escuras do que aquelas empregadas nas esquadrias, por exemplo: preto, verde-colonial, grafite e marrom.
- Os gradis de barras finas podem ser pintados de qualquer uma dessas cores enquanto que nos gradis de ferro fundido, de barras grossas, deve-se evitar a cor preta.
- As cores das esquadrias podem se manter em tons mais claros, assim como os ornatos, ou em tons contrastantes com o fundo das fachadas.
- Convém lembrar que é proibido o uso de tintas ou vernizes na cantaria. Esta deve permanecer no seu estado natural.
- Quando houver necessidade de se utilizar porta de enrolar, sua pintura deverá seguir a mesma cor usada nos gradis.<sup>91</sup>

Como o projeto foi norteado pela primazia das informações originais, realizou-se, nos imóveis antigos, sempre que possível, a prospecção cromática, “... decapagem metódica das sucessivas camadas de material pictórico, por meios mecânicos, químicos ou mistos.” (MORAES in Revista da Biblioteca Mário de Andrade, s/d, p. 131), buscando resgatar as primeiras cores de tintas empregues nas unidades (vide exemplo de estratigrafia na fig. 138). A investigação permitiu identificar, para a maioria dos casos, o ocre e o terracota, em diferentes tonalidades, confirmando a prática recorrente à época. Em alguns imóveis, entretanto, devido às intervenções sofridas, a atividade não pôde ser efetivada.

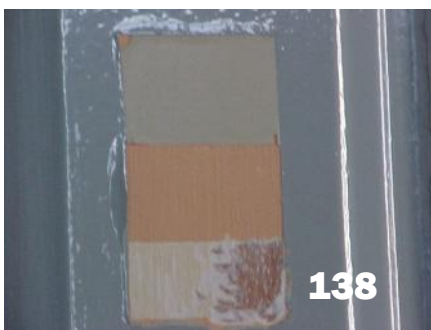


Fig. 138 – Demonstração estratigráfica de tintas em detalhe de imóvel do entorno do Teatro Amazonas. Fonte: Acervo da Casa do Restauo.

Procedeu-se, então, aos estudos cromáticos: várias propostas foram sugeridas, considerando tanto as informações originais identificadas, quanto as demais possibilidades constantes das atuais paletas de cores disponíveis no mercado. Os resultados, como já anunciados, valorizam os elementos estéticos das

<sup>89</sup> INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA DO RIO DE JANEIRO. **Corredor Cultural: Como Recuperar, Reformar ou Construir seu Imóvel.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1989, 2ª. Ed., p. 41.

unidades, permitem-lhes identificação individualizada e promovem a harmonia do conjunto, formado de construções antigas e contemporâneas.

Como anunciado anteriormente, as propostas cromáticas foram submetidas à apreciação dos proprietários dos imóveis, até atingir-se um consenso. Em geral, não houve resistências, mas um caso particular, que exemplifica a cor enquanto suas implicações culturais, além de suas propriedades de efeitos visuais, merece destaque: ao se confirmar o terracota em uma fachada de unidade na Rua Costa Azevedo, comentou-se, com sua proprietária, a intenção de adotar esta cor original no projeto. Qual surpresa teve a equipe com sua reação, indignada e ofendida com a possibilidade de sua casa ser pintada com cor de “meretrício”. E, de fato, nenhum argumento convenceu-a do contrário, e o imóvel permanece com as cores em que se encontrava quando do início do projeto.

Deve ser admitido, por fim, que é de suma importância considerar as relações existentes entre os imóveis e seus entornos para orientar a cromatização ao efeito desejado.

#### f) Restauro

Pode-se generalizar e admitir que atividades de restauração, propriamente ditas, envolvendo critérios e investigação científica, ocorreram, apenas, no Teatro Amazonas e no Monumento à Abertura dos Portos, para os quais, como informado no início deste capítulo, contrataram-se consultores especializados.

No caso do Teatro Amazonas, para solucionar degradações nas fachadas, envolvendo desprendimento e fissura da argamassa, precisou-se descobrir o seu traço<sup>920</sup>. Para tanto, amostras de argamassa foram retiradas e enviadas para laboratório especializado (fig. 139 e 140), cujo resultado estratigráfico apresentou a seguinte composição: cimento, areia (incluindo pequenas conchas), barro, cal. A terapia consistiu em preparar outra argamassa, de composição semelhante à original, e aplicá-la nas partes necessárias, para não gerar incompatibilidade entre seus materiais.

---

<sup>920</sup> Relação entre quantidades de aglomerante e aglomerados na composição de argamassas e concretos representada pela seqüência de números proporcionais aos seus volumes ou pesos.” (ALBERNAZ *et* LIMA, 2000, p. 632).

Para o Monumento à Abertura dos Portos, necessitou-se de informações específicas para o tratamento dos materiais pétreos e dos metais. Assim, as peças foram higienizadas, complementadas e feita a reintegração cromática, com douramento para os metais (fig. 141 a 144).



Fig. 139 e 140 – Retirada de amostras de argamassa das fachadas do Teatro Amazonas para análise estratigráfica de traço. Fonte: Acervo da Casa do Restauro.



Restauro do Monumento à Abertura dos Portos: Fig. 141 – Higienização. Fig. 142 e 143 – Reintegração cromática. Fig. 144 – Restauradora Elisabete Chaves recebe universitários de Arquitetura e Urbanismo em visitação à obra. Fotos: Márcia Honda N. Castro.

### g) Reconstituições Parciais

Alguns imóveis apresentavam alterações pontuais, sendo possível, a partir dos elementos arquitetônicos remanescentes, servindo de matrizes para moldes, e orientando-se através dos registros iconográficos, restituir-lhes a feição original.

Houve casos, também, em que, mesmo havendo registros físicos, não houve um retorno ao aspecto primitivo das unidades, por coerência a novas demandas de utilização.

Ambos os casos podem ser ilustrados através de dois imóveis geminados, de mesma tipologia, localizados na Rua Costa Azevedo. O imóvel datado de 1910 não apresentava mais o pequeno frontão que coroava a platibanda, como observado na fig. 145, entretanto este ornato pôde ser recomposto a partir do modelo, ainda existente, na unidade vizinha, datada de 1911, através de molde de silicone (fig. 146 e 147);



Fig. 145 – Imóvel datado de 1910, antes da intervenção, não apresentando mais o frontão sobre a platibanda. Fig. 146 – O frontão do imóvel de 1910 é reconstituído a partir do modelo remanescente do imóvel geminado, datado de 1911 (Fig. 147). Fotos: Márcia Honda N. Castro.

As mesmas unidades, contudo, prevaleceram com suas alterações a um dos afastamentos laterais: no caso do imóvel de 1910, a agressão foi maior, pois alterou a sua volumetria original – a fachada principal foi prolongada ao que deveria ser o



recuo, coberto por originalmente por alpendre, comportando mais um cômodo -, com o agravante de ter dado continuidade aos ornamentos, prolongando-se as molduras superior e inferior da platibanda (esta última denominada cimalha) e o rebatimento da esquadria, com seus ornamentos e guarda-corpo, além do barramento do porão (fig. 148). O imóvel de 1911 está mais íntegro, pois somente houve alteração na cobertura do alpendre e na esquadria de acesso ao térreo deste mesmo compartimento – as tipologias e os materiais não são originais, contudo não há informações sobre seu estado primitivo (fig. 149).



Fig. 148 e 149 – Imóveis de mesma tipologia, localizados na Rua Costa Azevedo, que mantiveram alterações decorrentes de novas demandas de uso. Fotos: Márcia Honda N. Castro.

#### **h) Reconstituições Totais**

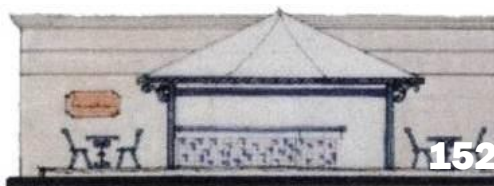
Alguns imóveis foram completamente reconstituídos, embora dos mesmos não houvesse mais nenhum vestígio físico.

O caso mais polêmico é a unidade de esquina entre as ruas Costa Azevedo e José Clemente, que, inicialmente, conforme registros iconográficos antigos, configurava-se com uma tipologia simples, de casa térrea colonial, com quatro portas de verga reta, na fachada principal, cobertura em telhas de duas águas, sem

platibanda, e tendo, em seu friso, o letreiro pintado “AFRICAN HOUSE” (fig. 150). Não se encontraram informações a respeito do uso primitivo da construção.

À época de início do projeto, nada mais havia da construção original, substituída por uma lanchonete (fig. 151). A primeira proposta consistiu em adotar a tipologia térrea e simples do imóvel, inserindo uma cobertura para proteger e indicar a entrada, perfeitamente notável como uma contribuição contemporânea (fig. 152). A solução final, entretanto, através das fotos antigas e tomando o imóvel geminado, embora de tipologia eclética, como parâmetro para a proporção (fig. 153), reconstruiu as fachadas e o letreiro (fig. 154-155).

Outra situação ocorre no imóvel 290, na Rua Costa Azevedo, que abrigava o escritório da Construtora Rayol, sem haver nenhum elemento da unidade primitiva, ao contrário: sua fachada em pedras era de aspecto moderno. A primeira idéia para o caso foi a manutenção deste partido, mas a busca pela ambientação da Belle Époque prevaleceu novamente, erguendo-se uma fachada cenográfica, de tipologia eclética, com esquadrias em arco, rebatendo-se as informações do imóvel geminado, de esquina com a Rua Dez de Julho, um restaurante japonês (fig. 156 e 157).





Reconstrução total de fachadas para o imóvel de esquina das ruas Costa Azevedo e José Clemente. Fig. 150 – Aspecto original do imóvel, no início do século. Fig. 151 – Aspecto do imóvel à época de início do projeto. Fig. 152 – Primeira proposta de intervenção, não executada. Fig. 153 – Segunda proposta de intervenção, executada. Fig. 154 – Obra de reconstrução da fachada do imóvel. Fig. 155 – Fachada atualmente reconstruída. Fontes: Acervo da Casa do Restauro, à exceção de Fig. 155, de Márcia Honda N. Castro.



Exemplo de fachada cenográfica em imóvel sito à Rua Costa Azevedo: Fig. 156 – Reconstrução da fachada antiga, encobrendo a fachada contemporânea. Fig. 157 – Fachada reconstituída. Fotos: Márcia Honda N. Castro.

A crítica estabelecida a estes procedimentos é sua finalidade meramente cenográfica, destituída de importância e de veracidade histórica – o leigo, ao contemplar tais fachadas, pode até mesmo acreditar que se tratem de imóveis originais, implicando em caso de falsidade ideológica, ferindo, inclusive, as recomendações da Carta de Veneza (1964): “Art. 15 – (...).Todo trabalho de reconstrução deverá, portanto, ser excluído a priori, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas.” Torna-se bastante pertinente, para este caso, uma inserção da autora Márcia Braga (2003), quando informa:

... o arquiteto deve curvar-se ao antigo e respeitar sua superioridade. Assim, o novo proposto, quando necessário, não pode e não deve, sob nenhuma hipótese, concorrer com a estrutura preexistente reconhecida como detentora de valor histórico, muito menos confundir o leitor quanto ao momento da sua introdução. (BRAGA, 2003, p. 28)

Agrega-se, ainda, o depoimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do antigo SPHAN: “Reproduzi-los [aos monumentos], por mais minuciosamente que seja o trabalho executado nesse sentido, equivalerá sempre a substituir a jóia verdadeira pela falsa.”<sup>93</sup>

Outras intervenções teriam resultado mais acertado, envolvendo melhoramentos, inspirados ou não nos estilos de época (inclusive, no caso da Galeria do Largo, mantendo-se a fachada moderna da antiga Construtora Rayol), uma vez que “...a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, ...” (Carta de Veneza, art. 11º., 1964). Poder-se-ia, até mesmo, em nome da ambientação almejada, promover-se a reconstituição, desde que esta informação ficasse evidente à sociedade – um informe, contido em uma placa, seria bastante elucidativo.

#### i) Construções Fantasiosas

Houve um caso, no projeto, em que as fachadas estavam completamente descaracterizadas, sem haver nenhum resquício físico de informação original, exceto as informações iconográficas – trata-se do imóvel da Editora Brasil, sito à Rua José Clemente.

Sua tipologia primitiva era de casa colonial térrea (fig. 158), mas, à época do projeto, apresentava-se totalmente descaracterizada, de feição moderna, contendo dois pavimentos (fig. 160), isto após ter sofrido uma alteração, de aspecto também moderno, mas ainda prevalecendo o tipo térreo (fig. 159).

Como não mais se justificasse a demolição do pavimento acrescido, mesmo pela nova demanda de uso, mas necessitando de que houvesse uma integração da unidade com seu entorno, a estratégia foi inspirar-se em um antigo sobrado (não mais existente), vizinho à Igreja São Sebastião, e adotar seu partido (fig. 161), compondo-se uma nova fachada, com janelas em arco, balcões em gradis e platibanda com balaustrada (fig. 162).

---

<sup>91</sup> **Rodrigo e o SPHAN: Coletânea de Textos sobre o Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.



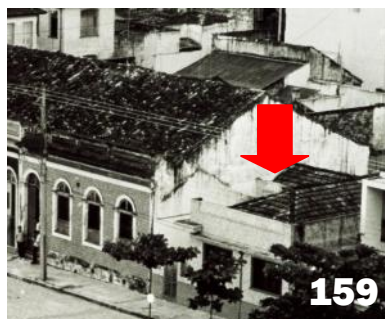
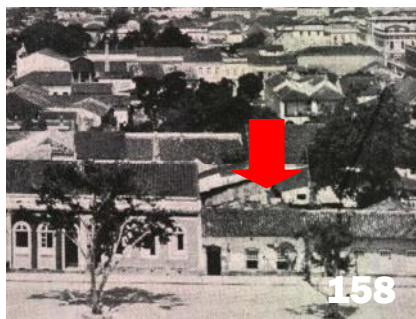


Fig. 158 – Aspecto original do imóvel sito à Rua José Clemente, no início do séc. XX, casa térrea colonial. Fig. 159 – Aspecto do mesmo imóvel, em tipologia moderna, mas ainda térreo. Fonte: Acervo da Casa do Restauro.

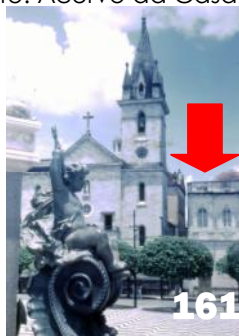


Fig. 160 - Aspecto do imóvel sito à Rua José Clemente, quando do início do projeto. Fonte: Acervo da Casa do Restauro. Fig. 161 – Imóvel vizinho à Igreja de São Sebastião, cuja tipologia inspirou a intervenção feita ao imóvel da Rua José Clemente. Fonte: Diapositivo de Robério Braga (Acervo do MISAM). Fig. 162 – Imóvel da Rua José Clemente após a intervenção. Foto: Márcia Honda N. Castro.

### **j) Intervenções Paisagísticas**

Para complementar a ambientação do local, houve necessidade de se trabalhar a Praça de São Sebastião – a intervenção resgatou sua amplitude original, restituindo-lhe a antiga denominação: Largo de São Sebastião.

Inicialmente, impediu-se o trânsito de veículos na Rua José Clemente, ocupado, à época de implantação do projeto, por estacionamento, no trecho da Rua Costa Azevedo, entre as Ruas Dez de Julho e José Clemente, e no trecho defronte ao Teatro Amazonas, permitindo, aos visitantes, saírem do espaço da praça e acessarem, tranqüilamente, os imóveis do entorno, nos quais dispuseram-se alguns comércios e serviços.

Houve, também, todo um tratamento dispensado às pavimentações das vias e dos passeios, gerando uma paginação das vias e dos passeios, gerando uma paginação das originais paralelo de piso diversificada. Os materiais originais foram mantidos - pedras brancas, negras e vermelhas da praça (fig. 166 e 167); pedras de

lióz nos passeios (calçadas) em trechos das ruas Costa Azevedo, Dez de Julho e José Clemente (fig. 168); pedras jacaré (arenito vermelho) na rua Barroso (fig. 165) - prestando-lhes serviços de manutenção: nivelamento das áreas comprometidas e fixação de peças soltas. Para o trecho de trânsito de veículos interdito – Costa Azevedo e José Clemente -, removeu-se toda a camada asfáltica, substituindo-a por pavers que simulavam os paralelepípedos de granito originais (Fig. 163). Pedras miracema foram aplicadas nas demais áreas de passeios, escolhidas por suas tonalidades próximas ao lioz (fig. 164).

Para valorização e visualização dos imóveis do entorno, instalaram-se, nos passeios, spots de luz, direcionados às fachadas, iluminando-as à noite (fig. 169).

Equipamentos urbanos, inspirados nos estilos de época, foram incorporados: bancos, postes tipo “cajado de São José” (com seus capitéis art nouveau), banca de revista, banca de tacacá, estações do passeio de charrete, cabine telefônica, contribuem para o glamoroso cenário (fig. 170 a 173).



Paginações de piso no entorno do Teatro Amazonas: contemporâneos – Fig. 163 e 164 (pavers e pedra mineira); antigos – Fig. 165 a 168 (pedras jacaré; pedras negras, brancas e vermelhas da Praça de São Sebastião; pedras de lioz). Fotos: Márcia Honda N. Castro.



Fig. 169 – Spots implantados nos passeios iluminam as fachadas dos imóveis à noite. Fig. 170 – Trilhos originais do bonde já estão recuperados em trecho da Rua Costa Azevedo. Foto: Márcia Honda N. Castro.



Exemplos de equipamentos urbanos no Largo de São Sebastião. Fig. 171 – Poste tipo “cajado de São José”. Fig. 172 – Cabine Telefônica e Estação das Carruagens. Fig. 173 – Bonde. Foto: Márcia Honda N. Castro.

## I) Entretenimento

Admitindo o conceito de preservação atrelado à destinação útil dos monumentos, o Projeto Manaus Belle Époque de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça de São Sebastião, implantou vasta programação cultural e de lazer, garantindo assiduidade do público, principalmente nos fins-de-semana.

Para as crianças, é possível comprar-lhes guloseimas (pipoca, algodão-doce, bananinha frita, balas, bombons) e brinquedos com os ambulantes, todos credenciados, e levar-lhes a assistir peças e musicais encenados em palcos montados no Largo ou na Casa Ivete Ibiapina. Ou então apresentar-lhes às brincadeiras e jogos antigos, como casinha de boneca, perna-de-pau, esconde-esconde, bolinha de sabão, monitorados. Ou, simplesmente, correr atrás dos

pombos, sem a ameaça do trânsito, ou alimentá-los, subir as escadarias do Teatro Amazonas, molhar as mãozinhas no espelho d'água do Monumento à Abertura dos Portos, fingir-se de condutor ou passageiro do bondinho (ainda não está em funcionamento, mas parte de seus trilhos já foram resgatados), guiando-o por onde a imaginação mandar. Enfim, possibilitar-lhes diversão distante dos ares confinados dos shopping centers e da virtualidade dos computadores e vídeo-games.

Para os adultos, também há muito o que fazer: tomar tacacá, freqüentar cafés, lanchonetes, restaurantes, pizzaria, andar de charrete, ver exposições de arte na Galeria do Largo, apreciar as apresentações no Largo ou no Teatro. Neste último aspecto, alguns eventos já estão consagrados, como o Festival Amazonense de Ópera e o Manaus Film Festival, que, anualmente, tornam a capital amazonense palco de celebridades nacionais e internacionais. Tanto a ópera, como o cinema, democratizaram-se, com preços mais acessíveis e com exhibições em pleno largo, tomado como cenário.

Enfim, o convite a freqüentar o Largo é estendido a todas as gerações, classes e familiares – há opções para todos.

### 3.4. City Marketing

O Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e do Largo de São Sebastião remete, indiscutivelmente, ao que se denomina *city marketing*. Trata-se de uma prática recorrente, no mundo capitalista, de transformar a cidade em um modelo, em um produto acabado, resultante de padrões pré-concebidos, capazes de torná-la competitiva, quer no âmbito local, quer no âmbito internacional.

Esta política urbana tem, como premissa, o discurso da sustentabilidade, pautada na preservação de uma qualidade de vida realizável a partir de planejamento urbano e ambiental, e se utiliza dos meios de comunicação para massificar suas ideologias, em um verdadeiro processo de manipulação, difundindo suas vantagens e conclamando toda a sociedade a colaborar, apelando ao sentimento de patriotismo, de cidadania: “Qualquer resistência, ação ou pensamento não consensuado pode ser tomado como agressão, desamor à cidade.” (SANCHEZ, 2001, p. 166). A imagem da cidade, portanto, é transformada em mercadoria, amplamente divulgada, buscando, assim, atrair investidores e consumidores.

Como referência a tais paradigmas, cite-se a Conferência Mundial sobre Cidades-Modelo, realizada em Cingapura, em 1999, com o apoio da ONU (Organização das Nações Unidas), definindo critérios para classificar a cidade como modelar:

a) condições de moradia adequada e universalização do acesso aos serviços; b) mobilidade e acessibilidade; c) forma ecológica dos assentamentos; d) reforço à identidade como fator de atratividade; e) construção de base econômica favorável ao desenvolvimento fundado na compreensão ecológica e na justiça social; f) adaptação tecnológica e organização funcional para a realização de negócios em meio urbano eficiente; g) participação da comunidade e construção da cidadania. (MOURA apud SANCHEZ, 2001, p. 159)

Por detrás dos aparentes benefícios anunciados, o *city marketing* pode trazer algumas problemáticas que venham a interferir na identidade cultural do lugar. A primeira crítica reporta-se à uniformização, à homogeneização da imagem da cidade, configurada em tipologias e em estruturas padronizadas, resultantes da pressão política, que, por vezes, não correspondem às peculiaridades do lugar. Esta difusão exacerbada do modelo ideal também pode escamotear ou desviar a atenção



de outras realidades, merecedoras de atenção, reforçando a idéia de estratégia política:

...a *pasteurização* ou supersimplificação das identidades urbanas através de logomarcas opera através de seleções, inclusões e omissões de espaços e ângulos da vida social, numa codificação que transmite pela imagem uma linguagem coerente e verossímil acerca da cidade. É essa aparente verossimilhança que impede a identificação dos processos depuradores da codificação. (SANCHEZ, 2001, p. 158)

Outra situação seria a postura, também determinada, aos cidadãos, de adesão ao novo modelo, exigindo-lhes uma conduta para se tornarem atores desses cenários, levando à "...configuração de um novo *ethos* ou código social, um conjunto de valores que estimula formas de ser e de viver nas cidades de hoje." (SANCHEZ, 2001, p. 157). Todos são induzidos a participar, ou melhor, a aceitar e a consumir os produtos e serviços oferecidos, dirimindo eventuais críticas.

Pode-se, então, reverter para uma prática excludente e arbitrária, a partir da coibição dos movimentos e manifestações sociais, como se estivessem em oposição ao progresso e ao desenvolvimento: "... os conflitos sociais gerados pela reestruturação urbana e as questões trazidas por qualquer movimento de resistência são rapidamente minimizados e esvaziados de seu conteúdo político na linguagem oficial sobre a cidade." (SANCHEZ, 2001, p. 164)

Em outra análise, o apelo ao voluntarismo individual pode ser considerado uma estratégia de despolitização das questões, sobretudo ambientais, transferindo a responsabilidade do poder público para a sociedade, quando, corretamente, deveria partir de uma ação conjunta.

No caso do projeto do Largo de São Sebastião e do entorno do Teatro Amazonas, verifica-se a consagração do local como o cartão-postal do Estado, com seu mais expressivo símbolo cultural. Esta é a imagem vendida para o país e para o mundo, amplamente difundida, pela mídia, sobretudo, a partir da programação cultural, como o Manaus Film Festival, Festival Amazonense de Ópera e o Amazonas Jazz Festival, que entraram para o calendário de eventos oficiais. A característica de *city marketing* adotada é a de intensa vida cultural e artística, aqui

processada. Lazer e cultura são mercantilizados, e a sociedade é estimulada a consumir tais produtos.

Para compor o cenário, recriando-se a ambiência da Belle Époque, não se pouparam esforços, considerando-se a reconstrução de algumas unidades arquitetônicas sem delas haver nenhum resquício material, como já comentado, a não ser registros iconográficos, ou, em maior gravidade, as construções fantasiosas, que jamais existiram, mas inspiradas nos modelos de época, aparências que escondem a essência do real significado histórico do qual são destituídas. Eis, então, mais uma problemática trazida pelo modelo-exportação: “... não permite identificar como se deu sua construção; sua história parece velada, sua gênese, esquecida.” (SANCHEZ, 2001, p. 171).

Outra característica identificada no projeto é que, devido a alguns excessos de zelo e de segurança, finda-se por perder o caráter de espaço público, disponível a todos. Tornou-se um verdadeiro condomínio, repleto de restrições, como o horário de funcionamento – os visitantes são abordados e convidados a se retirar, quando desrespeitam esta instrução. É a postura exigida para se atuar no local, como já tratado.

O modelo do Centro Cultural Largo de São Sebastião, por fim, tornou-se paradigmático para o tratamento do patrimônio histórico de Manaus e está a gerar frutos – a revitalização das praças Heliodoro Balbi e da Saudade, também situadas no Centro Antigo da cidade, seguirão os mesmos padrões – e corresponde a uma tendência mundial, de tomada dos projetos de revitalização como espetáculos da cidade.

## Considerações Finais

O Programa Manaus Belle Époque, em sua etapa de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas, é uma clara evidência de que, comprovadamente, o principal agenciador do patrimônio histórico é o poder público: as ações promovidas foram louváveis por conseguirem articular as três instâncias responsáveis pela proteção do acervo arquitetônico, congregando-as em prol de um objetivo comum, favorecendo o aspecto econômico e fomentando o turismo, através da revitalização da área. A preservação da memória coletiva e de suas manifestações dependem dos governantes e a experiência demonstrou a viabilidade e a possibilidade de integração política.

A divulgação do projeto, por outro lado, confirmou a urgência de esclarecimento coletivo acerca do patrimônio cultural, não apenas no tocante à sua relevância, mas também a respeito da legislação e das possibilidades de adaptação da estrutura antiga dos imóveis às atuais demandas de utilização. O temor e a desconfiança dos moradores sobre a possibilidade de desapropriação, dificultando uma adesão integral, assim como o estado de descaracterização de algumas unidades, antes da intervenção, justificam a necessidade de elucidação. É preciso haver uma identificação da sociedade com seu patrimônio, uma apropriação simbólica e efetiva, para que se lhe atribua o devido valor e evitem-se as agressões.

A única crítica estabelecida consiste na busca incondicional por uma originalidade questionável em seu valor histórico, reconstruindo-se todo um cenário antigo, mesmo contrapondo-se, em alguns aspectos, às recomendações constantes da legislação patrimonial. Quer-se recompor o fausto de uma época não vivenciada na atualidade, criar-se a nostalgia de algo desconhecido aos nossos, e o agravante dessa realidade postíça é o espaço acolhido no imaginário dos freqüentadores contemporâneos, sem a menor restrição, pois todos estão embevecidos com o resultado (e com razão), com o que lhes é aparente, desconhecendo a constituição de suportes de novas memórias equivocadas, afinal, algumas unidades do entorno



do Teatro Amazonas, como já abordado, não são originais e foram reerguidas à semelhança das tipologias primitivas, embora, destas, não houvesse mais nenhum resquício material. O visitante não detém a informação para dissociar o original da reprodução, dada a homogeneidade do repertório, podendo-se rotular o caso como “falsidade ideológica”. Com tal postura saudosista, levada ao extremo em alguns imóveis, o projeto negligencia as alterações sofridas pela cidade, decorrentes da ausência de um planejamento eficaz que pudesse ter melhor orientado sua evolução natural, com novos usos, costumes, tecnologias e economias. Estas transformações também constituem referenciais históricos, temporalidades, cabendo selecionar as contribuições válidas e execrar os resultados espúrios. Reitera-se, nesse aspecto, a coerência dos artigos da Carta de Veneza, zelando pela importância do testemunho dos imóveis, independentemente de seu estilo ou período de construção, desde que permeados de valores estéticos, artísticos ou históricos, e pela possibilidade de preencher os interstícios urbanos ou arquitetônicos através de intervenções qualificadas, mas que preservem a autenticidade dos bens, deixando ostensivas as contribuições contemporâneas, as marcas do novo tempo. Entretanto a situação é reversível, podendo-se adotar, nos próximos projetos (inclusive na continuidade deste, pois alguns imóveis da Rua Dez de Julho ainda não sofreram intervenções), outras metodologias mais acertadas, respeitando a trajetória evolutiva da cidade, com seus marcos físicos e temporais, tal como ocorreu, nesta mesma experiência, em algumas unidades mais recentes, como os bungallows das décadas de 40/50, localizados na Rua José Clemente, e outras de aspecto mais moderno, datando das últimas décadas do século XX, dispersas por todo o entorno – suas tipologias foram mantidas, recebendo, apenas, alguns melhoramentos para não distoarem da composição do envoltório.

Independente do discurso da preservação, é notória a receptividade por parte da população: com a infra-estrutura, os serviços disponíveis, a programação cultural intensa e a qualidade estética, retorna-se à praça e revive-se este hábito de freqüentar locais públicos, que parecia improvável de resgatar-se, numa sociedade fadada ao confinamento, à pressa, mas tão necessário para a fruição do urbano e do patrimônio e para o bem-estar psíquico do cidadão. A vida moderna, com sua dinâmica acelerada, não possibilita a contemplação e a interação com a cidade e com seus monumentos, o desenvolvimento de experiências significativas, e a

memória precisa de tempo para ser constituída e sedimentada. O Largo de São Sebastião permite o lazer passivo, o flunar despreocupado e a pausa para a observação, quer pelo trânsito, privilegiando o pedestre, quer pela visibilidade dos monumentos, isento de barreiras. Não apenas o Teatro Amazonas, mas seus imóveis circunvizinhos, podem ser apreciados em percursos a pé ou de charrete, contudo, apesar do apelo visual romântico de reconstrução da Belle Époque, a relação estabelecida extrapola a cenografia, pois oferece a possibilidade de utilização, com qualidade e segurança – nenhum outro logradouro do centro de Manaus, dispõe, atualmente, destes atributos. Assim, o projeto também desperta, a todos, para a urgência de se recuperar o Centro, tão degradado, ocioso e inseguro, merecendo um olhar protetor, buscando aliar, sempre, a preservação a uma destinação útil, e reconhecendo a valiosa estratégia de se recuperar a estrutura já edificada, ao invés de negligenciá-la e admitir o avanço de assentamentos informais, ampliando, progressivamente, o vetor de crescimento da cidade para a periferia, num processo completamente acéfalo e desordenado.

Incontestavelmente o resultado do projeto é positivo por restituir, ao cidadão, o direito à cidade, almejando-se, por tal mérito, sua continuidade nas próximas administrações, como vem se procedendo, dispondo da parceria da sociedade no sentido de incentivá-lo, prestigiá-lo e conservá-lo, e estendendo sua abrangência a outros logradouros de Manaus, resguardando a qualidade de vida de seus moradores e a preservação da memória coletiva.

## Referências Bibliográficas

- ABRAHIM, Ana Lúcia Nascentes. **O Processo de Construção do Patrimônio Cultural no Amazonas**. Manaus: UFAM, 2003. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), ICHL, 2003.
- ALBERNAZ, Maria Paula *et* LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. São Paulo, ProEditores, 2000, 2ª. Edição.
- ANDRADE, Moacir. **Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas**. Manaus: Humberto Calderaro, 1985.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- BATES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- BENCHIMOL, Samuel. **Manaós-do-Amazonas: Memória Empresarial**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/ Universidade do Amazonas/ Associação Comercial do Amazonas, 1994.
- BENEVOLO, Leonardo. **A Cidade e o Arquiteto: Método e História na Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRAGA, Márcia (org.). **Conservação e Restauro: Arquitetura**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.
- BRAGA, Robério. **Breviário de Manaus**. Manaus: Fundação Lourenço Braga, 1998.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.
- CORRÊA, Luiz de Miranda. **Guia de Manaus: Roteiro Histórico e Sentimental da Cidade do Rio Negro**. Rio de Janeiro: Artenova, 1969.
- COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Os Trabalhadores e a Cidade**. In: Amazônia em Cadernos, no. 04, out., 1998. Manaus: EDUA.
- COSTA, Hideraldo Lima da. **Tensões Sócio-Culturais na Manaus de Meados do Século XIX – Discurso dos Viajantes**. In: Amazônia em Cadernos, no. 04, out., 1998. Manaus: EDUA.

CURTIS, J. N. B. de. Preservação Urbana: Implicações de uma Postura e Extensão de um Conceito. In: **Revista Sphan Pró-Memória No. 15, nov/dez 1981**, p.15,16.

DERENJI, Jussara da Silveira. **Arquitetura Nortista: A Presença Italiana no Início do Século XX**. Manaus: SEC, 1998.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto. Manaus: 1890-1920**. Manaus: Editora Valer, 2007, 2ª. edição.

DINIZ, Wivian et SOUZA, Luiz Antonio Cruz. **Manual de Conservação Preventiva do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes da UFMG; IEPHA, 2002.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Museu Paraense Emilio Goeldi, s/d.

FIGUEIREDO, Heitor de (org.). **Anuario de Manaus 1913-1914**. Lisboa: Typographia da "A Editora Limitada", 1913.

FREIRE, Cristina. **Além dos Mapas: Os Monumentos no Imaginário Urbano Contemporâneo**. São Paulo: SESC: Annablume, 1997.

GARCIA, Etelvina. **Manaus: 329 Anos de História**. Manaus: Sergio Cardoso, 1998.  
 \_\_\_\_\_ . **Manaus, Referências da História. Manaus: Norma Ed., 2005**.

GOMES FILHO, João. **Gestalt do Objeto: Sistema de Leitura Visual da Forma**. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 2ª. ed.

INSTITUTO COLOMBIANO DE CULTURA (COLCULTURA). **Restauración Hoy: Revista de Divulgación**. Colombia, Bogotá: Centro Nacional de Restauración, nov/ 1995, vol. 08.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS. **332 Anos de Manaus – História e Verdade**. Manaus: Valer, Governo do Estado, 2001.

INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA DO RIO DE JANEIRO (RIOARTE). **Corredor Cultural: Como Recuperar, Reformar ou Construir seu Imóvel**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1989, 2ª. Ed.

LEMOS, Carlos A. C.. **O que é Patrimônio Histórico?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_ . **Alvenaria Burguesa: Breve História da Arquitetura Residencial de Tijolos em São Paulo a Partir do Ciclo Econômico Liderado pelo Café**. São Paulo: Mobel, 1989.

**Manual de Obras em Edificações Preservadas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1991.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo Rio Amazonas**. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas. Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: História e Arquitetura – 1852-1910**. Manaus: Editora Valer, 1999.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. **Fundação de Manaus**. Manaus: Metro Cúbico, 1994, 4ª edição.

\_\_\_\_\_. **Negritude e Modernidade: A Trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1990.

MORAES, Júlio Eduardo Corrêa Dias de. **Pintura Mural no Brasil: O Início da Redescoberta**. In: Revista da Biblioteca Mário de Andrade, s/d.

**Museu da Catedral Nossa Senhora da Conceição**. Manaus: Governo do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas, 2003.

NASCIMENTO, Maria Evany. **Patrimônio e Memória da Cidade: Monumentos do Centro Histórico de Manaus**. Manaus: UFAM, 2003. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), ICHL, 2003.

OLIVEIRA, José Alcimar de. **Cultura, História e Memória**. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2002.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Escrevendo a Própria História**. In: Amazônia em Cadernos, no. 04, out., 1998. Manaus: EDUA.

**Rodrigo e o SPHAN: Coletânea de Textos sobre o Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

SANCHEZ, F. **A (In)sustentabilidade das Cidades-vitrine**. In ACSELRAD, H. A Duração das Cidades. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 54 a 175.

SANTOS, Afonso Carlos Marques do. Entre a Destruição e a Preservação: Notas para o Debate. In: **Memória, Cidade e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO DO AMAZONAS. **Apresentação das Atividades da SEC**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Programa Manaus Belle Époque**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Programa Manaus Belle Époque: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça de São Sebastião**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SEGRE, Roberto. **América Latina Fim de Milênio: Raízes e Perspectivas de sua Arquitetura**. São Paulo: Studio Nobel, 1991.

SPIX, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

TELLES, Tenório. Manaus: Poesia e Memória. In: **Amazônia em Cadernos, no. 04, out., 1998**. Manaus: EDUA.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelos Rios Amazonas e Negro**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

## Documentos e Legislações

AMAZONAS. Câmara Municipal de Manaus. **Lei Orgânica do Município de Manaus.** Manaus: Câmara Municipal, 1990.

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. **Decreto No. 1939 de 29 de dezembro de 1993. Regulamenta o artigo 7º. da Lei No. 181, de 30.4.93, que isenta do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana os imóveis de interesse histórico ou cultural.**

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. **Decreto No. 4673 de 17 de maio de 1985. Cria o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação.** Manaus: Diário da Justiça de 21 de maio de 1985.

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. **Lei No. 181 de 30 de abril de 1993. Altera a Legislação Tributária relativa ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, dispondo de maneira mais favorável ao contribuinte.** Manaus: Diário Oficial de 30 de abril de 1993.

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. **Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus.** Manaus: Diário Oficial de 05 de novembro de 2002.

AMAZONAS. Prefeitura Municipal de Manaus. **Portaria/SEMP LURB No. 26/85. Sujeita à Tutela e à Apreciação da Municipalidade as Intervenções no Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação.** Manaus: Diário Oficial de 22 de janeiro de 1986.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em: 2005-2006.

BRASIL. **Decreto No. 3551 de 04 de agosto de 2000.** Disponível em:<<http://www.iphan.gov.br>> Acesso em: 13 dez. 2005.

ITÁLIA. **Carta de Veneza de maio de 1964. Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios.** Veneza: II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos/ ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), 1964.

**Lei N. 247 de 1 de junho de 1872. Promulga o Código de Posturas Municipaes da Cidade de Manaós.** In: Colleção das Leis da Província do Amazonas. Manaós: Typografia do Amazonas, 1872, Tomo XX, Parte I.

**Lei N. 336 de 29 de maio de 1875. Approva o Código de Posturas da Câmara Municipal desta Capital.** In: Colleção das Leis da Província do Amasonas. Manaós: Typografia do Commercio do Amasonas, 1875, Tomo XXI, Parte Primeira.

**Lei N. 23 de 6 de maio de 1893. Promulga o Código Municipal.** In: Colleção das Leis da Província do Amazonas. Manaós: Typografia do Amazonas, 1893.

**Levantamento da Situação do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas.** Manaus: Gabinete do Vice-Governador do Estado do Amazonas, 1992.

**Mensagem Apresentada ao Conselho Municipal de Manaós pelo Superintendente do Município Dr. Jorge de Moraes em Sessão Ordinária de 5 de Setembro de 1913.**  
Manaus:1913.

## **CD-ROMs**

SANTOS, Ana Christina (coord.). **Documentos da Província do Amazonas: Legislação e Relatórios 1852-1889.** Manaus: Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto/ Biblioteca Pública, s/d. 2CDs.

\_\_\_\_\_ **Projetos Arquitetônicos: Plantas e Mapas do Final do Séc. XIX e Início do Séc. XX.** Manaus: Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto/ Biblioteca Pública, s/d. 1 CD.

MISAM (Museu da Imagem e do Som do Amazonas). **Álbuns do Amazonas.**  
Manaus: MISAM, 1CD, s/d.

## **Sites**

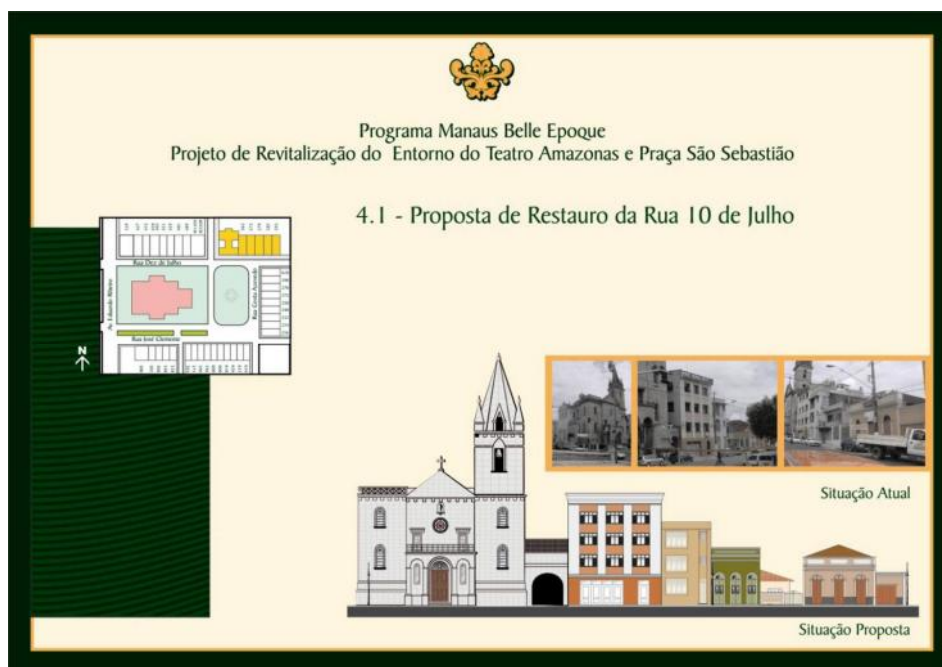
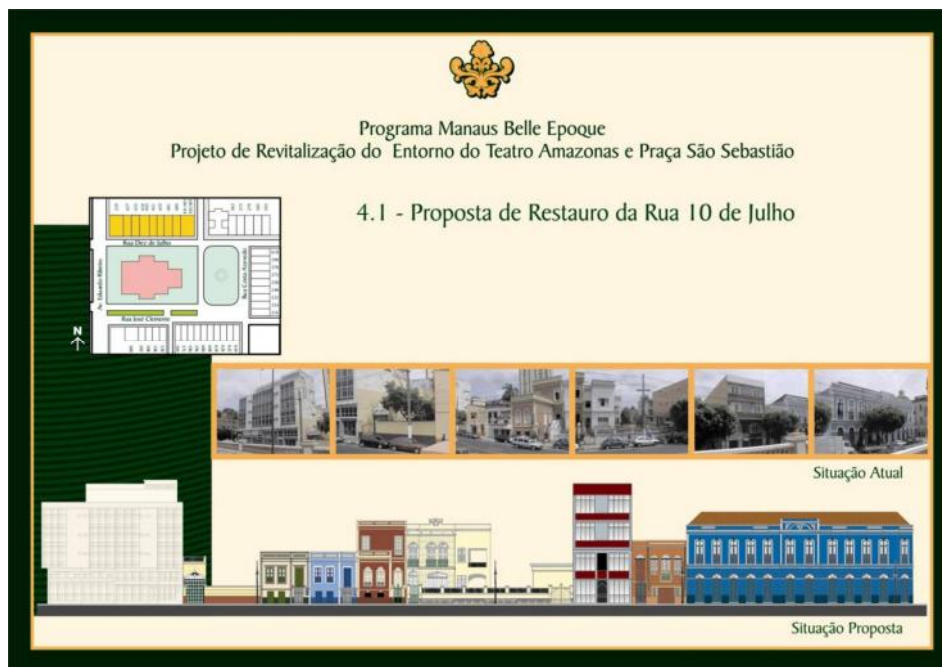
[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) (site oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

[www.manaustur.com.br](http://www.manaustur.com.br) (site oficial da Empresa Municipal de Turismo)

[www.solardojambeiro.com.br](http://www.solardojambeiro.com.br) (site oficial do Solar do Jambeiro, tombado pelo IPHAN Niterói)

[www.visitamazonas.com.br](http://www.visitamazonas.com.br) (site oficial da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas)

# Anexos



Anexos A e B – Pranchas contendo situação dos imóveis localizados à Rua Dez de Julho, antes das intervenções, e a proposta do Projeto Manaus Belle Époque. Fonte: SEC, Programa Manaus Belle Époque: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça de São Sebastião, 2003.





Anexos C e D – Pranchas contendo, respectivamente, situação dos imóveis localizados às Ruas Costa Azevedo e José Clemente (1ª. quadra), antes das intervenções, e a proposta do Projeto Manaus Belle Époque. Fonte: SEC, Programa Manaus Belle Époque: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça de São Sebastião, 2003.



Anexo E – Prancha contendo situação dos imóveis localizados à Rua José Clemente (2ª. quadra), antes das intervenções, e a proposta do Projeto Manaus Belle Époque. Fonte: SEC, Programa Manaus Belle Époque: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça de São Sebastião, 2003.